

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO
HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

Amanda Hoffmann de Oliveira

“É A CEREJA DO BOLO DO NOSSO TRABALHO”

**O processo de reintegração familiar de crianças acolhidas sob a ótica dos profissionais
do acolhimento institucional**

Porto Alegre

2024

Amanda Hoffmann de Oliveira

“É A CEREJA DO BOLO DO NOSSO TRABALHO”

**O processo de reintegração familiar de crianças acolhidas sob a ótica dos profissionais
do acolhimento institucional**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise. Programa de pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa Dra. Milena da Rosa Silva

Linha de Pesquisa: Psicanálise, Teoria e Dispositivos Clínicos

Porto Alegre

2024

Amanda Hoffmann de Oliveira

“É A CEREJA DO BOLO DO NOSSO TRABALHO”

**O processo de reintegração familiar de crianças acolhidas sob a ótica dos profissionais
do acolhimento institucional**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise. Programa de pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora

Nome

Assinatura _____

Instituição:

Nome

Assinatura _____

Instituição:

Nome

Assinatura _____

Instituição

AGRADECIMENTOS

Difícil dizer onde começa um percurso, que influências me trouxeram até aqui e quem fez parte dessa história. Onde, quando e por quem foi plantada a semente que agora floresce nesse trabalho. Talvez todos que cruzaram meu caminho contribuíram para que essa produção, e a pessoa de onde ela vem, pudessem existir, ambas incompletas, inquietas e faltantes. Resta agradecer àqueles que regaram a semente, encorajaram seu crescimento e a protegeram do sol.

À minha mãe...

Damaris, por, durante a tempestade que me atingiu e mudou o curso dos meus planos em 2022, dizer com convicção “*o mestrado tu vai fazer, a gente vai dar um jeito!*”, e me mostrar que, independente das intempéries da vida, minhas conquistas deviam ser celebradas, investidas e sobretudo, vividas.

Ao meu pai...

Jorge, por tolerar o medo de ver sua filha morando sozinha na capital do estado, por todas as dicas de segurança, por toda a disponibilidade de enviar um tutorial detalhado sempre que eu demando um “*pai, como eu faço isso ou aquilo?*”.

A ambos por todos os níveis de apoio e compreensão que me permitiram chegar até aqui, por toda palavra de carinho e demonstração de orgulho, e especialmente por me criarem forte, independente e destemida... por me ensinarem a voar.

Ao meu companheiro...

Augusto, por escolher dividir a vida e esse percurso comigo, por ouvir atentamente cada reclamação e aflição e oferecer um “*tu consegue, amor*” repleto de uma fé inabalável de alguém que nunca duvidou do meu potencial, por me dar tempo e me mandar dar um tempo sempre que precisei.

À minha vó, Iria, por, a cada visita panambiense, enviar um pão, uma bolacha, um *kesekuchen* ou um *chimia* que me ajudam a matar um pouquinho a saudade de casa. À minha irmã, Giulia, à minha afilhada, Laura, ao restante da família e amigos que em algum momento me ofereceram uma palavra de incentivo e interesse.

À minha orientadora, Milena, que me acolheu nesse mundo da pesquisa, me direcionou, me guiou, me inspirou. Ao Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Infâncias, pelas trocas. À Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul por abrir as portas para mim, e àqueles sem os quais esse trabalho não existiria: os sujeitos que se dispuseram a participar dessa pesquisa. Obrigada. Obrigada. Obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado foi construída através do objetivo explorar a temática da reintegração familiar de crianças acolhidas institucionalmente. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com profissionais da equipe técnica de dois Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR) da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE-RS). Tendo em vista a escassez de pesquisas sobre o assunto, busquei compreender de que maneira esse processo ocorre na instituição, uma vez que a reintegração é tida, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como a saída preferencial frente à medida protetiva de acolhimento institucional. Procurei investigar como os profissionais experienciam, pensam e percebem esse processo. A via metodológica que sustentou esse trabalho foi a psicanálise, sendo assim, a partir da leitura das transcrições das entrevistas, dirigida pela escuta, foram elencados cinco temas de análise: 1) Para além da política pública, o que é a reintegração familiar na FPE-RS? No qual busquei formular uma compreensão a respeito desse processo. 2) O papel da equipe e a Experiência Familiar: entre o cuidado e o controle. Temática em que explorei a Experiência Familiar, ferramenta de transição entre instituição e família desenvolvida no âmbito da FPE-RS, através do conceito de espaço potencial de Winnicott demonstrando a inseparabilidade das tarefas de cuidado e controle às quais os profissionais são convocados a responder. 3) Padrões e ideais evocados para possibilitar a reintegração. Tema que destacou os atravessamentos de classe e raça presentes no processo de acolhimento e desacolhimento e de que maneira isso influencia o processo de reintegração. 4) Família acima de tudo? Tema no qual discuto a supervalorização da família e dos laços consanguíneos presente na preferência pela reintegração, bem como, até que ponto os profissionais a buscam. E 5) E a criança, onde fica? No qual proponho uma reflexão a respeito da forma como as crianças apareceram nos discursos das participantes. Os capítulos foram compostos por trechos das entrevistas articulados às demais produções científicas sobre os temas abordados. A análise dos dados demonstrou, por um lado, que persiste no cenário do acolhimento institucional uma tendência a separação de famílias desfavorecidas economicamente que, para reaverem suas crianças, tornam-se alvos de controle e exigências estatais. Mas, por outro, evidenciou que ferramentas como a Experiência Familiar têm o potencial de produzir espaços de acolhimento e escuta tanto para famílias quanto para crianças, o que pode contribuir na construção de práticas menos (re)produtoras de exclusão, desigualdades e violências.

Palavras-chave: Acolhimento institucional, reintegração familiar, psicanálise, proteção, controle.

ABSTRACT

This master's research was conducted with the aim of exploring the theme of family reintegration of children in institutional care. Five semi-structured interviews were conducted with professionals from the technical team of two Residential Shelter Units (NAR) of the Special Protection Foundation of Rio Grande do Sul (FPE-RS). Given the scarcity of research on the subject, I sought to understand how this process occurs within the institution, since reintegration is considered, by the Statute of the Child and Adolescent (ECA), as the preferred alternative to institutional care measures. I aimed to investigate how professionals experience, think about, and perceive this process. The methodological approach that supported this work was psychoanalysis; therefore, based on the reading of the interview transcriptions, guided by listening, five themes of analysis were identified: 1) Beyond public policy, what is family reintegration at FPE-RS? In this theme, I sought to formulate an understanding of this process. 2) The role of the team and Family Experience: between care and control. This theme explored the Family Experience, a transitional tool between the institution and the family developed within FPE-RS, through Winnicott's concept of potential space, demonstrating the inseparability of care and control tasks to which professionals are called to respond. 3) Patterns and ideals evoked to enable reintegration. This theme highlighted the class and racial intersections present in the process of placement and discharge, and how this influences the reintegration process. 4) Family above all? This theme discusses the overemphasis on family and blood ties present in the preference for reintegration, as well as the extent to which professionals pursue it. 5) And the child, where does it fit? In this theme, I propose a reflection on how children appeared in the participants' discourses. The chapters were composed of excerpts from the interviews articulated with other scientific productions on the discussed themes. The data analysis showed, on one hand, that there persists a trend in institutional care to separate economically disadvantaged families who, in order to regain their children, become targets of state control and demands. On the other hand, it highlighted that tools such as the Family Experience have the potential to create spaces of care and listening for both families and children, which could contribute to the development of practices that are less (re)productive of exclusion, inequalities, and violence.

Keywords: Institutional care, family reunification, psychoanalysis, protection, control.

LISTA DE ABREVIACÕES

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FPE-RS - Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

NAR - Núcleo de Abrigos Residenciais

NEPIs - Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias.

SAF - Serviço de Acompanhamento Familiar

SAM - Serviço de Assistência a Menores

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. Revisão de literatura	11
2.1 O Acolhimento Institucional e a centralidade da reintegração familiar nas políticas públicas	11
2.1.2 Uma revisão histórica	13
2.2 Família e proteção da infância	18
2.2.1 Que famílias têm suas crianças acolhidas?	23
3. Objetivos	27
4. Método	28
5. Resultados e discussões	31
5.1 Os encontros com o campo	31
5.1.1 Alguns comentários sobre as entrevistas	35
5.2 Para além da política pública, o que é a reintegração familiar na FPE-RS?	38
5.3 O papel da equipe e a Experiência Familiar: entre o cuidado e o controle	54
5.4 Padrões e ideais evocados para possibilitar a reintegração	63
5.5 Família acima de tudo?	73
5.6 E a criança, onde fica?	77
6. Considerações finais	84
7. Referências bibliográficas	88
8. ANEXOS	93
8.1 Anexo A	93
8.2. Anexo B	94

1. Introdução

“a gente vai fazendo história e a gente não vai contando história. É por isso que eu acho interessante fazer pesquisa” (Rafaela).

A história que essa pesquisa conta é mais um capítulo de uma história já contada por vários pesquisadores antes de mim, a do acolhimento institucional. Se por um lado os achados desse trabalho evidenciaram que ainda é preciso *recordar*, *repetir* e *elaborar*, por outro, o resultado, sustentado nas bases dos que me precederam, conta uma história e um percurso singulares. Em um contexto de desafios permanentes sempre haverá outra lente, outra perspectiva, outra escuta a ser feita.

É nesse sentido que a temática da reintegração familiar, isto é, o processo de retorno da criança à família de origem após a medida protetiva de acolhimento, foi eleita como o objeto de estudo deste escrito, na tentativa de lançar luz a um processo ainda pouco explorado do ponto de vista acadêmico. Busquei trazer para o centro da discussão uma das principais orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), quanto à temática do acolhimento: todos os recursos devem ser esgotados na tentativa de manter a criança na família de origem, ou extensa, antes de encaminhá-la à adoção.

A proposição de pesquisa que culminou nesse escrito foi construída de maneira lenta e gradual. Como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apesar da temática do acolhimento institucional estar presente no horizonte de meus interesses, ingressei com uma proposta bastante diversa da que deu contorno a essa pesquisa, mas o fio que me conduziu de lá pra cá é o mesmo: a infância em contextos institucionais e as práticas nestes locais.

Penso que meu tempo atuando como Auxiliar de Educação Infantil no município de Panambi-RS durante a graduação em Psicologia foi responsável por um despertar para as questões da infância, assim como o estágio e o projeto desenvolvido em Psicologia e Processos Sociais foi o despertar para as políticas públicas, a assistência social e o trabalho em rede. Pesquisar em um cenário que engloba ambos os aspectos foi um desafio gratificante, especialmente pelo potencial disruptivo inerente à pesquisa psicanalítica: questionar certezas, fazer furos, refazer perguntas, produzir e realocar sentidos.

Como demonstra Nunes (2022), a reintegração aparece no ECA somente em 2009. Ou seja, há apenas 15 anos que essa é a saída preferencial frente à medida protetiva de acolhimento institucional e, além do que está previsto na lei e em documentos de orientação

técnica para profissionais do serviço, pouco se sabe sobre as reverberações disso na prática, sobre como o trabalho é executado pelos profissionais, sobre como as famílias são abordadas pelo serviço, sobre dificuldades, potências e impasses. Bem como, de que maneira reverberam no presente, especialmente no trabalho de reintegrar, as estruturas e políticas das quais o serviço de acolhimento é herdeiro.

Esse trabalho parte de uma revisão na qual busquei elucidar os principais marcos históricos que compõem as atuais instituições de acolhimento, tensionar as noções de família e proteção da infância que atravessam as práticas desse contexto, e contextualizar, através da apresentação de alguns dados, quem são as crianças e famílias que constituem os os principais alvos da medida. Esses são elementos fundamentais para compreender de que maneira se dá o acolhimento institucional no Brasil e sob quais bases ele se assenta.

Partindo disso, o objetivo geral do trabalho consistiu em investigar o processo de reintegração familiar a partir da perspectiva dos profissionais que atuam nesse contexto. Como ferramenta de coleta de dados foi eleita a entrevista semiestruturada¹, composta por um roteiro contendo temas a serem abordados, realizada com cinco técnicos de dois Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR) da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE-RS). Os dados obtidos foram analisados através de uma leitura guiada pela escuta (Iribarry, 2003), que deu origem a cinco temas de discussão:

Através do primeiro tema, nomeado *Para além da política pública, o que é a reintegração familiar na FPE-RS?*, busquei formular uma compreensão a respeito desse processo nesta instituição em específico. O segundo tema, *O papel da equipe e a Experiência Familiar: entre o cuidado e o controle*, explorou a ferramenta da Experiência Familiar desenvolvida pela FPE -RS através do conceito de espaço potencial de Winnicott, tensionando também as tarefas de cuidado e controle inerentes a como o trabalho dos técnicos foi apresentado por uma das participantes. No terceiro tema, nomeado *Padrões e ideais evocados para possibilitar a reintegração*, enfatizei o atravessamento de classe e raça presentes no processo de acolhimento e reintegração. No quarto tema, *Família acima de tudo?*, discuto a supervalorização da família e dos laços consanguíneos presente na preferência pela reintegração, bem como, até que ponto os profissionais a buscam. E, por último, no item *E a criança, onde fica?*, proponho uma reflexão a respeito da forma como as crianças apareceram nos discursos das participantes. Os temas supracitados foram compostos por vinhetas das entrevistas com as participantes, com as quais procurei articular discussões propostas pelos

¹ Em anexo.

campos psicanalítico, antropológico e social a fim de compreender, analisar e questionar as contribuições das entrevistadas.

2. Revisão de literatura

2.1 O Acolhimento Institucional e a centralidade da reintegração familiar nas políticas públicas

É impossível refletir a respeito do atual modelo de acolhimento sem, em alguma medida, evocar o passado das instituições que realizavam este trabalho. Isto porque o que se apresenta hoje é fruto de um longo processo histórico e carrega as marcas que o constituiu. Por hora, detenhamo-nos em compreender a configuração atual do modelo de acolhimento institucional brasileiro para depois pensarmos em sua história no item 2.1.2.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8069, 1990) que surge em um período de grande movimentação política em prol da redemocratização do país, define o acolhimento institucional como uma das medidas protetivas aplicáveis em caso de violação de direitos de crianças e adolescentes, em razão da ação ou omissão do Estado e da sociedade; ação, omissão ou falta dos pais ou responsáveis; e da própria conduta da criança/adolescente. No artigo 101, o documento elenca 9 medidas protetivas passíveis de aplicação isolada ou cumulativa, sendo elas: 1) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; 2) orientação, apoio e acompanhamento temporários; 3) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; 4) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; 5) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; 6) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; 7) acolhimento institucional; 8) inclusão em programa de acolhimento familiar; 9) colocação em família substituta.

Logo em seguida, no §1º do artigo supracitado, o ECA dispõe que “o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta” (Brasil, 1990). Sendo assim, o documento estipula que as crianças e adolescentes acolhidos não devem permanecer nas instituições por período superior a 18 meses, salvo comprovada necessidade. É válido mencionar que até 2017 esse período era de 24 meses².

² O prazo foi alterado pela Lei n.º 13.509 de 2017.

Um dos direitos dos quais as crianças passam a ser detentoras com a consolidação do ECA, é o direito à convivência familiar e comunitária. Isso, aliado à preferência pela reintegração à família de origem, como citado acima, influenciou diretamente no lugar das famílias perante as políticas de proteção à infância, isto é, a família de origem passou a ocupar outro lugar nas práticas e intervenções das instituições de acolhimento e do sistema judiciário, que até então operava pela lógica da separação e institucionalização.

Posto isso, nos anos que seguem a promulgação do ECA, diferentes documentos e políticas públicas buscaram abarcar e fornecer orientações a respeito da forma como o trabalho nas instituições de acolhimento deveria ser realizado a partir de então. Dentre esses textos, é possível destacar o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) e as Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009).

São nesses documentos que termos como “reintegração” e “reinserção” são constantemente evocados, juntamente com a ênfase na preservação dos vínculos familiares. Nesse sentido, as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) abordam a necessidade, além da construção de um Plano Individual de Atendimento, do Acompanhamento da Família de Origem. O primeiro tem o objetivo de orientar as intervenções realizadas com a criança durante o acolhimento, devendo contemplar, dentre outras ações, o investimento na reintegração familiar, incluindo o fortalecimento dos vínculos.

O Acompanhamento da Família de Origem prevê assistência sistemática da família imediatamente após o afastamento, articulada aos serviços da rede de demais políticas. Nessa perspectiva, as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) apontam para a possibilidade de utilização de diversas técnicas para realização do acompanhamento, sendo elas: estudo de caso, entrevista individual e familiar, grupo com a família, grupo multifamiliar, visita domiciliar, orientação individual, grupal e familiar e encaminhamento e acompanhamento da família à rede. Todas essas ações visam a reorganização da família para receber a criança o mais brevemente possível, tendo em vista que “O prolongamento do afastamento da criança ou adolescente pode provocar enfraquecimento dos vínculos com a família, perda de referências do contexto e de valores familiares e comunitários, exigindo preparação ainda mais cuidadosa no caso de reintegração familiar” (Brasil, 2009, p. 35).

Segundo as Orientações, esse trabalho é geralmente realizado pela equipe técnica responsável pela instituição de acolhimento, com obrigatoriedade de parceria com o Conselho Tutelar. Quanto à equipe, o texto aborda também, através do item Relação do Serviço com a

Família, a necessidade de romper com preconceitos e representações que recaem sobre as famílias, que geram conflitos entre elas e equipes de acolhimento. Ou seja, é preciso romper com preceitos morais relativos a ideias de incapacidade, desestruturação familiar, família “problemática”, etc., para que as famílias possam encontrar nas equipes aliados para a superação das situações que levaram ao afastamento da criança. O documento ressalta também a necessidade da equipe técnica do serviço de acolhimento de encaminhar, periodicamente, relatórios, à Justiça da Infância e da Juventude, indicando ou não a reintegração, de modo a subsidiar a decisão judicial, que deve ser tomada em prol do *melhor interesse da criança* (Brasil, 2009).

Como aponta o ECA, a destituição do poder familiar é o último recurso empregado como medida de proteção. Sendo assim, a reintegração à família de origem é a resolução preferencial em casos de acolhimento, tornando esse processo um dos principais desafios do trabalho dos profissionais que atuam no contexto do acolhimento institucional no Brasil. Apesar de indicarem que todos os recursos devem ser empregados para possibilitar a reintegração familiar, os documentos que versam sobre o acolhimento não são específicos quanto às situações que devem culminar na destituição do poder familiar, ou no investimento na reintegração. Por isso, cabe às equipes técnicas e juízes a tarefa de acompanhar, avaliar e decidir a respeito de qual a melhor medida a ser adotada em cada situação, responsabilidade que parece se tornar um verdadeiro malabarismo para equilibrar a proteção da criança e garantir a tão almejada reintegração familiar.

Através dos elementos elucidados acima é possível observar que se produziu, a partir do ECA, outra lógica de intervenção estatal, na qual o “destino” das crianças acolhidas vai ser definido pela capacidade, ou não, dos familiares atenderem às exigências do Estado. O que se problematiza, como veremos, é que a busca pela superação dos motivos que levaram ao acolhimento parece gerar uma responsabilização exclusiva da família, com pouca consideração a respeito de marcadores sociais, raciais e de classe que permearam (e permeiam), por décadas, os serviços de acolhimento, bem como, sobre o papel, muitas vezes incipiente, do Estado na promoção de direitos e redução de desigualdades.

2.1.2 Uma revisão histórica

Para compreender os desafios que permanecem presentes no contexto do acolhimento é necessário fazermos uma revisão da história da instituição e das políticas que a precederam. Nunes (2022), traça um percurso histórico não cronológico a respeito de como as relações

familiares foram geridas pela política no decorrer da história brasileira. O movimento contrário que o autor faz produz uma ruptura com a forma tradicional com que o tema é abordado na literatura. Se, geralmente, a história é contada do passado para o presente, produzindo no leitor uma sensação de “avanço” e “progresso”, Nunes (2022), produz o movimento inverso ao partir do presente para o passado. A abordagem, ao fazer uma regressão gradual, denuncia o que do passado permanece atual, quase como a narrativa da história de um sintoma. Com essa perspectiva, o autor alerta para o ECA não seja tomado como um todo bem acabado, especialmente quando a prática ainda não está à altura da lei.

Tomando o trabalho citado como inspiração, procurarei revisitar alguns elementos do passado sem os quais não seria possível compreender o que se apresenta hoje no contexto do acolhimento institucional, iniciando pelo já abordado anteriormente: a centralidade da reintegração familiar. Apesar de que, atualmente, o ECA prevê que todas as possibilidades sejam esgotadas antes que uma família perca por definitivo o poder familiar, a própria lei não fazia qualquer menção à reintegração em sua versão original. Como demonstra Nunes (2022), é somente em 2009 que o ECA passa a conceber o acolhimento como um momento de transição para o retorno à família. Antes disso, a adoção era tida, pela lei, como o destino das crianças acolhidas.

O ECA surge em contraposição ao Juízo de Menores e ao Código de Menores que sustentaram as ações no campo de 1927 até meados de 1980 (Rizzini & Rizzini, 2004), altamente influenciados, como sinaliza Nunes (2022), pelos modelos penais da época. Essas leis surgem, conforme Rizzini e Rizzini (2004, p. 28), de uma gradual responsabilização do Estado pela oferta de assistência à infância, a partir de um movimento, de “identificação e estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de ‘salvar’ a infância brasileira do século XX”. A centralização da assistência à infância fez parte de um projeto de nação moderna, tendo como um de seus marcos o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância de 1922 (Libardi & Castro, 2017).

Libardi e Castro (2017) atribuem esse movimento, em parte, à expansão do conhecimento médico-higienista que promoveu outros contornos ao atendimento da criança em setores como saúde, educação e assistência, sem, no entanto, romper com o caráter de abrigo e custódia das instituições. Segundo as autoras, popularizou-se, nesse período, a distinção entre criança (pobre e indefesa) e menor (criminoso). Nesse cenário, a principal função dos Juízos, era, segundo Rizzini e Rizzini (2004), a internação de menores abandonados e delinquentes. Conforme as autoras, a partir do século XX, famílias e menores passam a ser “inseridos nas práticas discursivas das instituições produtoras de saberes sobre

essa população” (p. 30), ou seja, esforços passam a ser aplicados para elaborar o que seriam as causas da delinquência e do abandono com o intuito de justificar ideologicamente a necessidade de internação, que se dava, nesse período, em instituições “vinculadas” ao Serviço de Assistência a Menores (SAM), implementado em 1941, no governo de Getúlio Vargas.

No entanto, conforme expõem Rizzini e Rizzini (2004), o órgão foi marcado por corrupção e irregularidades, o que influenciava diretamente no atendimento dos internos, que foram, inclusive, responsabilizados pelas dificuldades de implementação da “proposta educacional” do Serviço, ao serem considerados incapazes, agressivos e de inteligência subnormal. Os escândalos envolvendo o órgão levaram, a partir de 1950, à exigência, por parte de políticos e autoridades, da criação de uma nova instituição. Surge, em 1964, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e suas equivalentes estaduais, as FEBEMs (Rizzini & Rizzini, 2004). Nunes (2022), aborda as problemáticas da FEBEM a partir da importante obra de Altoé (1991), na qual a autora descreve detalhadamente o *modus operandi* de tais instituições. Do trabalho dela, Nunes (2022) destaca as características dominantes das FEBEMs: estrutura altamente hierárquica de funcionamento semelhante a uma instituição total, anulação da individualidade por meio de uniformização, e rígida disciplina por meio de rotinas inflexíveis, uso de filas e controle do tempo e do corpo, além, é claro, do uso de violência e castigos físicos.

A FUNABEM nasce com a missão de se opor às práticas do SAM, a partir da autonomia financeira e administrativa, e combater a “doutrina do internamento” que transformou o SAM em um verdadeiro “depósito de menores” (Rizzini & Rizzini, 2004). Foi a Política Nacional de Bem-Estar do Menor que primeiro definiu que a internação seria acionada somente em último caso, mas, segundo as autoras, isso não ocorreu na prática, já que o número de crianças recolhidas da rua em prol de “segurança nacional” almejada pela ditadura aumentou. Todavia, as autoras advertem que há uma escassez e imprecisão nos dados a respeito do assunto, que, ora eram camuflados, ora divulgados como sinônimo de sucesso das instituições.

O Código de Menores, originalmente publicado em 1927, foi atualizado em 1979 e criou a doutrina da “situação irregular” que, segundo Nunes (2022), manteve o caráter coercitivo e punitivista, promovendo ações apenas quando se detectava a dita situação irregular, ou seja, sem qualquer investimento em políticas de promoção de direitos e prevenção de agravos. Conforme Rizzini e Rizzini (2004), a doutrina incidia apenas sobre as condições de vida das camadas pobres da população, e estava relacionada à distância que o

Estado mantinha das famílias, onde a autoridade do pai prevalecia (pátrio poder), até que a situação irregular fosse detectada, isto é, até que a família falhasse e a criança se encontrasse desassistida, sob risco físico ou “moral”, ou que tenha cometido alguma infração (Nunes, 2022). A doutrina da situação irregular é substituída pela da proteção integral definida no ECA.

Dando um passo atrás na história, assim como nos propõe Nunes (2022), precisamos abordar os modelos de assistência no Brasil Colônia e Império. Libardi e Castro (2017), ao apresentarem como a proteção a infância se desdobrou em diferentes momentos, destacam que os acontecimentos do período supracitado se desdobraram em um regime escravocrata que afetou a vida das crianças de diferentes maneiras, de modo que ideias próximas à tutela, cuidado e proteção eram destinadas somente às crianças brancas. Rizzini e Rizzini (2004) apontam que o Brasil tem uma longa tradição no modelo asilar de assistência: colégios internos, educandários, escolas de aprendizes, asilos, seminários, dentre outros. Segundo as autoras, durante o período colonial e imperial, estas eram iniciativas educacionais e assistenciais articuladas a objetivos de controle social e o recolhimento era o principal instrumento de assistência caridosa, especialmente dos meninos pobres que circulavam pela cidade.

Um elemento a ser destacado desse período é a Roda dos Expostos. Implementada pela Santa Casa de Misericórdia, o dispositivo recebia bebês deixados na Roda, mantendo o anonimato da pessoa que o abandonava. O sistema, segundo Libardi e Castro (2017), foi o início de um movimento para prover assistência às crianças desvalidas e revelou um sentido de proteção vinculado à raça e classe, uma vez que as crianças acolhidas eram majoritariamente negras, mestiças, pobres e filhos ilegítimos. A Roda consolidou-se, então, como uma “medida de enclausuramento e custódia da criança rejeitada no Brasil-Colônia e Império” (p.900). Rizzini e Rizzini (2004) destacam um uso muito particular do instrumento no Brasil: senhores escravistas costumavam deixar os filhos de mulheres escravizadas na Roda, buscando-os quando atingiam idade suficiente para o trabalho.

As crianças deixadas nesses espaços eram criadas ou na Casa dos Expostos ou em demais instituições voltadas para a instrução primária ou profissional, tais quais as Casas de Educandos Artífices, implementadas nas províncias após a independência do país, ou a Companhia dos Aprendizes Marinheiros (Rizzini & Rizzini, 2004). Era da Roda que advinham também as crianças e adolescentes enviados para o trabalho em embarcações imperiais, e aqueles que, porventura, fossem recebidos em alguma família, onde trabalhavam geralmente sem pagamento (Nunes, 2022). Crianças recolhidas das ruas também eram

destinadas a esses espaços “educativos e profissionalizantes” e, como apontam Libardi e Castro (2017, p. 900), esses locais denunciavam que a “ideia de proteção está entranhada pelo sentido caritativo limitado à custódia da criança e, ulteriormente, ao seu aproveitamento como mão de obra servil”. Dessa maneira, a Roda se constituiu como um “dispositivo de proteção que não só não protegia como servia aos interesses nefastos da exploração” (Nunes, 2022, p. 32).

Quanto às meninas, elas eram, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004), recolhidas e criadas por instituições religiosas, tais quais o Colégio da Imaculada Conceição, onde eram educadas para o lar e para o casamento. As acolhidas saíam somente “casadas, com dote garantido pela instituição, através de legados e doações, ou através do ‘favor’ dos governantes provinciais” (p.27). Ademais, o destino mais comum das meninas era serem criadas por famílias, trabalhando, geralmente sem pagamento.

No cenário pós Lei Áurea, essa “proteção” oferecida à criança pobre, sob justificativa filantrópica, partia, na verdade, de intenções de controle social da população negra recém-liberta (Libardi & Castro, 2017). A Roda dos Expostos é extinta somente no período Republicano, mas, como aponta Nunes (2022), citando Civiletti (1991), contribuíram significativamente para que a Roda caísse em desuso a Lei do Ventre Livre de 1891, que rompe com o princípio de que o filho segue o ventre da mãe (mãe escrava = filho escravo), e posteriormente, a abolição.

A partir dessa breve exposição, podemos compreender que a história do acolhimento de crianças no Brasil andou, por um longo período, ao lado da exploração da mão de obra infantil e do controle e regulação da população pobre e negra do país. É somente na história recente, em 1990, se considerarmos o ECA como um marco, que se estabelece na lei a universalidade e integralidade da proteção à infância, bem como a inclusão das famílias como campo de intervenção para preservação de laços, fortalecimento de potencialidade e posterior reintegração da criança acolhida. Por isso, é preciso estarmos atentos ao que desse passado se perpetua ainda hoje. Nunes (2022), a partir de sua revisão de pesquisas quantitativas, questiona o caráter universal da aplicação da medida de acolhimento, ao constatar que ainda existe um público específico sobre o qual a medida é aplicada: população negra e pauperizada, sendo essas algumas das vias através das quais o passado incide sobre o presente da instituição. O autor conclui que a doutrina da proteção integral estabelecida pela ECA não constitui ainda uma ruptura com o passado, mas sim um desejo de ruptura ainda não realizado. Tendo isso em vista, o desafio, atualmente, seria

analisar a prática como ela se apresenta, mas também o enquadre discursivo que a sustenta e permite que em seu interior ainda se instalem recorrências de tempos anteriores ao ECA, fazendo com que, 32 anos depois, não tenhamos ainda construído uma prática a altura de sua letra (livre de opressões de raça e classe) (Nunes, 2022, p. 109).

2.2 Família e proteção da infância

São as noções de proteção da infância e garantia de direitos da criança que passam a sustentar o trabalho no contexto do acolhimento institucional a partir do ECA. Desta forma, o que outrora era administrado unicamente pelo Estado, por meio de políticas de enclausuramento e separação, sem qualquer envolvimento da família ou preocupação com a manutenção de vínculos familiares, passa a se organizar de modo que as famílias tornaram-se um dos principais alvos de intervenções, sendo convocadas a se responsabilizar pelo cuidado integral dos filhos e a responder às demandas do Estado, que visam promover a reintegração e garantir o direito da criança ao convívio familiar, assegurando ainda, sua proteção integral.

Embora cada família comporte uma singularidade e uma história próprias, a noção de família é uma produção cultural, não escapando dos discursos sociais e, como aponta Sarti (2004, p.17), é “terreno fértil para um discurso normativo”. Segundo a autora, por ser a família o sítio onde tradicionalmente desdobram-se muitos dos acontecimentos ligados ao campo biológico (nascimento, reprodução, amamentação) ela é especialmente atingida por uma naturalização das relações sociais que facilmente transforma-se em ideais estereotipantes e moralizantes, produzindo compreensões pouco flexíveis sobre o que é uma família. Apesar da persistente busca por uma normatização, é válido ressaltar que a importância dada ao papel da biologia na família é também definida pela cultura (Mello, 2002), e hoje distintas organizações familiares mostram que a consanguinidade já não é o elo que une muitas delas.

Como apontam Ferrari e Silva (2021), apesar dos insistentes discursos moralistas ou patologizantes que recaem sobre distintas organizações familiares, houve uma inegável complexificação daquilo que se compreende como uma família, sem que essa instituição perdesse a centralidade no âmbito social. Tão notável é o lugar da família que, segundo Fonseca e Cardarello (2011), o Estado a utiliza como forma de organizar a vida social, atribuindo à unidade familiar a corresponsabilidade, juntamente com o próprio poder público e a comunidade, de socializar e proteger os novos cidadãos.

Contudo, a própria ideia de proteção ganha distintos contornos em se tratando de diferentes familiares e diferentes crianças. Sobre a noção de proteção à infância, é possível

dizer que essa concepção se articulou em um longo processo histórico-social através do qual a infância passou a ser concebida como uma fase marcada por peculiaridades, mesmo que inicialmente, como apontam Libardi e Castro (2017), essa concepção tenha se aplicado exclusivamente às crianças da elite branca escravocrata brasileira. Nas palavras das autoras, ao longo desse percurso, “a criança pobre era objeto de assistência caridosa, enquanto a criança das elites era objeto de investimento, educação, mimo, buscando corresponder ao ideal de infância moderna” (p. 900). As autoras destacam que, a partir do período Republicano, quando organizações privadas começaram a se ocupar da assistência à infância, imperavam no imaginário popular duas imagens: uma da criança inocente e vitimada e outra do menor criminoso.

Gradualmente o Estado se tornou um agente nas práticas de assistência à infância, todavia, não pautado nos princípios de justiça e igualdade, mas sim, de controle e disciplinamento das crianças pobres (Libardi & Castro, 2017). É apenas a partir de 1980, que a ação do Estado começa a ganhar outros contornos que vão culminar na elaboração e promulgação do ECA, através da qual a noção de proteção é concretizada.

Ribeiro (2018) traz importantes contribuições à discussão sobre a questão da proteção ao abordar a tramitação do projeto de lei conhecido como “lei da palmada” nas instâncias legislativas federais, e o impacto que o caso Bernardo³ teve nesse processo. O projeto de lei, que estava parado por bastante tempo na Câmara, foi rapidamente retomado e aprovado após a repercussão midiática do caso, passando a ser chamado, apenas dois meses depois do crime, de “lei menino Bernardo”. A autora faz uma análise dessa situação a partir dos discursos realizados nas audiências públicas para aprovação do projeto, tomando como chave de leitura a abordagem da *diferença social das crianças* proposta por Lignier, Lomba e Renahy (2012), colocando em perspectiva a imagem da “criança vítima de violência” evocada na tramitação da lei n.º 13.010.

Dentre as inúmeras contribuições de Ribeiro (2018), destaco a análise a respeito da origem social de Bernardo, e a associação de um crime de assassinato a uma lei que se propõe combater castigos físicos e tratamento cruel e degradante. Nos discursos analisados pela autora, o problema da violência aparece situado nas famílias pobres, o que se evidencia através da constante referência ao “menino de rua” ou às “crianças pobres faveladas” como a “representação de infância a ser protegida pela lei em discussão” (p. 51), mesmo, como

³ Assassinato de Bernardo Boldrini em 2014, menino de 11 anos, residente de Três Passos/RS, pelo seu pai, o médico Leandro Boldrini, e sua madrasta, a enfermeira Bernardo Graciele Ugolini, com envolvimento de mais duas pessoas, Edelvania Wirganovicz e Evandro Wirganovicz

salienta a autora, não havendo dados contundentes para relacionar o uso recorrente de castigos físicos às famílias de baixa renda. Além disso, evocar essa imagem de infância pobre denota uma contradição em relação à associação com o caso em questão, que por sua vez, como diz a autora, demonstra uma sensibilidade seletiva não observada em crimes contra crianças negras, por exemplo.

Ribeiro (2018) elabora que a posição social da família de Bernardo o afastou da representação da criança que precisa ser protegida, e, mesmo que sua situação de abandono e maus tratos fosse de conhecimento geral, nenhuma ação incisiva de proteção foi tomada. Segundo a autora, a origem social torna-se um elemento de diferenciação, tanto para a atuação dos agentes, quanto na elaboração e organização dos serviços públicos de proteção, utilizados, em sua maioria, por famílias pobres. Nessa perspectiva, Ribeiro (2018) conclui que a condição de pobreza acaba limitando a ação de instituições de proteção e “tanto reforça estigmas relacionados a famílias pobres quanto deixa escapar da ação pública situações de violência familiar que se produzem em camadas médias e altas” (p. 44). Matal, Silveira e Deslandes (2017) concluem algo semelhante ao abordar o emprego do termo negligência na literatura de áreas como pediatria, psicologia e assistência social:

Se as situações de negligência são rótulos atribuídos preponderantemente às famílias pobres e negligenciadas sobretudo porque são estas que chegam aos técnicos da rede de assistência e são atendidas em hospitais públicos; as supostas situações de negligência atendidas em hospitais privados ou retidos no seio de uma família de camadas médias ou de elite não se expõem à análise social (p. 2887).

Dessa forma, enquanto famílias pobres são alvo das mais diversas intervenções, a profissão de prestígio social do pai de Bernardo garantiu a omissão, principalmente das instâncias jurídicas, em relação à proteção do menino.

Ademais, “proteção da infância”, se tornou, como apontam Libardi e Castro (2017), a norma através da qual as relações entre crianças e adultos são reguladas, norma que se operacionaliza ainda hoje sob as formas de custódia e abrigo, especialmente de crianças pobres. Nessa perspectiva, e tendo em vista a orientação à reintegração proposta pelo ECA, o Estado parece evocar a leitura, mencionada acima, da criança vitimada, para promover tal regulação das relações. Se antes as crianças pobres e negras não gozavam da proteção e cuidado estatais, hoje parecem detê-las, sob forma de acolhimento, em razão das concepções de incapacidade e negligência que recaem sobre seus familiares. Ainda segundo Libardi e

Castro (2017), esse movimento se articula por meio de uma lógica geralmente de denúncia de violações e dificilmente de afirmação de direitos, isto é, a ação preventiva do Estado é ínfima.

Nessa perspectiva, a proteção integral proposta pelo ECA está longe de ser universal e ganha diferentes contornos na prática, dependendo de que crianças e de que famílias se tem como “alvo”. Por isso é preciso “ter presente que as atuais instituições e práticas apoiadas na missão de proteção à infância têm suas trajetórias historicamente assentadas na assistência e no controle social dos setores populares” (Ribeiro, 2018, p. 57).

Dada a importância da família no que tange a tão almejada proteção da infância, não surpreende que, apesar de todos os avanços na operacionalização da medida de acolhimento institucional, ainda persistam, seja no senso comum ou nos próprios serviços de acolhimento, ideias estigmatizantes sobre as famílias que têm suas crianças acolhidas (Rizzini & Rizzini, 2004). Significantes relacionados a incapacidades, famílias “problemáticas” ou “desajustadas” são facilmente atribuídos neste contexto, muitas vezes como resultado de uma projeção, como afirma Sarti (2004), de um ideal com o qual nos identificamos. Nesse sentido, no contexto do acolhimento institucional, podemos inferir que, para garantir a proteção da infância, são evocados ideais aos quais as famílias que têm suas crianças acolhidas são convocadas a responder.

Todavia, como aponta Fonseca (2005), ser família possui diferentes significados em diferentes contextos sociais, sendo impossível pensar a relação família-indivíduo a partir de uma perspectiva generalizante ou de um modelo ideal, ainda mais considerando que as relações dentro da família são perpassadas por dinâmicas sociais, culturais e econômicas (Fonseca, 2002). Em estudos sobre parentesco em grupos populares urbanos de Porto Alegre, Fonseca (2000) trouxe algumas importantes contribuições para ampliarmos esse entendimento. A pesquisa etnográfica da autora demonstrou que há uma diversidade de padrões familiares marcados pela história local, nacional e de classe, e que os modelos de organização familiar nas classes menos privilegiadas em termos econômicos são claramente divergentes das demais, produzindo tramas cotidianas marcadas por outras lógicas.

Essa multiplicidade de circunstância de vida leva a diferentes organizações e prioridades dentro da família, tornando, por vezes, incompatíveis o bem-estar da unidade familiar e o individual (Fonseca, 2005). Tendo isso em vista, é necessário olhar para as famílias como o resultado do entrecruzamento de fatores sociais, históricos e individuais (Fonseca & Cardarello, 2011), que pode, por uma diversidade de razões, ter suas relações marcadas por, dificuldades, privações e violações de direito. O que se problematiza, como apontam Santos e Adorno (2002), é que ao responsabilizar unicamente a unidade familiar

pelas suas crises “se ignora as mudanças e a própria história dinâmica dessa instituição na sociedade” (pp. 79-80). Além disso, segundo os autores, ao pensar em responsabilidade e crise remonta-se a um ideal de família, isto é, o que se considera como crise em determinada organização familiar tem, geralmente, como ponto de partida a noção de uma não adequação a um padrão idealizado.

Ferrari e Silva (2021) trazem a ideia de função parental de Vera Iaconelli, em alternativa à insistência no uso dos termos função materna e paterna na literatura psicanalítica, como conceito capaz de abordar as operações constitutivas executadas pelos adultos na multiplicidade de modelos familiares que podem dar conta de sustentar essa função. É, portanto, na família que se articulam as dinâmicas relativas ao papel e função parentais, personificadas nos adultos que da criança ou adolescente se ocupam. Apesar do entrecruzamento entre papel e função parental, os conceitos, quando pensados isoladamente, englobam atividades bastante distintas. Papel parental, como demonstra Vera Iaconelli (2018), refere-se à perspectiva cultural que incide sobre os agentes que cuidam das crianças. Isto é, diz respeito àquilo que culturalmente espera-se de um pai, uma mãe, ou qualquer que seja o adulto responsável pelo sujeito, variando conforme a época e o local.

Por outro lado, a função parental se dá no tocante às funções essenciais à constituição humana, e é desempenhada pelos sujeitos que proporcionam os mínimos necessários para que outro sujeito advenha (Iaconelli, 2018). Nas palavras da autora, é

algo que se dá entre dois sujeitos, sendo um que virá a se constituir psiquicamente, enquanto o outro se dispõe a criar condições mínimas necessárias para que isso ocorra. É uma relação assimétrica, que pressupõe que o adulto já tenha alcançado uma posição de sujeito desejante, e que o *infans* advenha como sujeito num ato insondável que não está ao alcance do desejo do outro parental. Cabe aos pais a oferta, mas cabe ao filho o gesto de assunção. (Iaconelli, 2018, p.161).

Segundo a autora, o eixo central da função parental é oferecer o que é preciso para que a criança possa transpor o ambiente e o desejo familiar de modo a aceder ao próprio desejo. Diz respeito a um cuidado físico, moral e psíquico de um sujeito em diferentes níveis de dependência. Todavia, como aponta Iaconelli (2018) o Outro parental, enquanto sujeito que desempenha uma função, é atravessado por um funcionamento psíquico próprio que reflete, de modo não previsível, sobre a criança. Ou seja, aqueles que desempenham a função parental trazem marcas, ao exercício de tal função, do laço social que os sustenta e de sua própria organização psíquica. Teoricamente são as famílias com dificuldades de prover em termos de função parental que tem suas crianças acolhidas.

Porém, como vimos acima, as práticas de proteção variam de acordo com marcadores sociais e as instituições e agentes de proteção a infância tendem a criminalizar e vigiar famílias pobres com a pretensão de proteger a criança, exigindo adequações que dizem respeito muito mais a um ideal de papel parental do que de fato a capacidade de cuidado e proteção das famílias, o que por sua vez está profundamente relacionado com condições objetivas de vida, tais como acesso à moradia, alimentação, segurança, saúde, etc., ou seja, a função parental não é exercida em um vácuo de contexto. Para que as demandas emocionais dos bebês e crianças sejam atendidas é preciso que os adultos que deles se ocupam tenham as condições mínimas de atender a essas demandas, isto é, para pensar sobre um cuidado físico, moral e psíquico é preciso compreender

que as relações familiares e o contexto sociocultural não são universais, e que as perspectivas de cuidados também são particulares. As responsabilidades do cuidar são dadas a todos, entretanto, a forma como cuidam das crianças é alinhada ao interior de suas estruturas e possibilidades – recursos econômicos, sociais, hábitos, cultura, entre outras. Portanto, para além de suas próprias concepções acerca da melhor forma de cuidar, existem os limites impostos à família, que dificultam um cuidado integral, “ideal” (Mata; Silveira & Deslandes, 2017, p. 2887).

2.2.1 Que famílias têm suas crianças acolhidas?

Considerando os elementos abordados nos itens anteriores, é imprescindível que façamos uma reflexão acerca das condições sociais nas quais as famílias que têm suas crianças acolhidas estão inseridas e os motivos que levam ao acolhimento. Santos (2011), em estudo sobre o direito à convivência familiar e comunitária em situação de acolhimento institucional na região metropolitana de Porto Alegre, oferece algumas pistas sobre os porquês do acolhimento. A autora traz dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do ano de 2003, nos quais uma pesquisa realizada em 589 abrigos do Brasil demonstrou que a principal razão do acolhimento era a pobreza (24,1% dos casos). Na região sul este índice caía para 11,3%, atrás de abandono, violência doméstica e dependência química dos pais. Nunes (2022), ao comentar este trabalho, salienta a importância que ele teve na reorganização do serviço de acolhimento, já que foi a primeira grande pesquisa a respeito do assunto após a promulgação do ECA, e demonstrou as dificuldades de tornar a lei uma prática.

Segundo análise de Silva (2004), é preciso também considerar as circunstâncias que levaram ao acolhimento e que podem estar relacionadas diretamente à pobreza (por exemplo,

situação de rua, trabalho infantil, etc). Nessas situações, trata-se, como diz Nunes (2022), “de ressaltar que a pobreza (que não seria motivo de acolhimento) se desdobraria e alastraria nos outros motivos que o ECA não menciona como proibido e que produz assim uma aceitação como justificativa para a institucionalização” (p. 42). Já os dados atuais do Anuário de Segurança Pública apontam para a negligência, abandono e violência física e psicológica como os principais motivos do acolhimento. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Apesar desses elementos, Nunes (2022) afirma, a partir de sua revisão bibliográfica, que não há dados a respeito da renda per capita das famílias cujas crianças são acolhidas e conclui que isso produz uma camuflagem a respeito dessa realidade.

Quanto ao perfil dos sujeitos acolhidos, dados compilados pelo IPEA em Nota Técnica (Licio, Pinheiro, Natalino & Rocha, 2021), mostram que a maioria dos acolhidos têm entre 6 e 15 anos e há uma pequena diferença no número de meninos e meninas, prevalecendo os primeiros. Assis e Farias (2013), em pesquisa realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e a Fiocruz entre os anos de 2009 e 2011, realizaram um levantamento nacional a respeito de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento. Na época, a pesquisa revelou que haviam 36.929 crianças acolhidas no Brasil, sendo a maioria delas na região Sudeste (42%) e Sul (22,5). Em relação ao perfil dos acolhidos, a maioria (60,4) tinha até 11 anos, 41,1% dos acolhidos eram brancos e 57,6% negros e pardos. Além disso, conforme Assis e Farias (2013), o principal motivo para o desligamento da instituição de acolhimento é a reintegração familiar. Segundo os dados do documento, 61% das crianças mantêm vínculos com as famílias e 59,4% recebem visitas durante o período de acolhimento.

Apesar do que está previsto no ECA, são os cenários de extrema privação marcados pela pobreza ou pela miséria que levam muitas crianças aos abrigos. Somam-se, frequentemente, as dificuldades de atender necessidades básicas às situações de violação de direito (Santos, 2011). Um exemplo citado pela autora é o de trabalho infantil, que surge como alternativa de subsistência, mas acaba por inserir a criança em um contexto de exploração.

Em pesquisa no município de Santa Maria/RS com atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, Janczura (2008) também aponta a pobreza como uma das principais razões para o acolhimento, apresentando as duas facetas do acolhimento institucional, uma delas a de proteção, efetivação de direitos e oferta dos mínimos necessários aos sujeitos acolhidos, e a outra, de ruptura de vínculos familiares e comunitários.

Considerando o percentual de crianças acolhidas por motivo de pobreza ou pelas consequências geradas por um estado de privação material, podemos considerar que o que se apresenta no interior da família é, muitas vezes, a expressão de desigualdades, exploração e exclusão sociais. Ou seja, reatualizam-se na família as desigualdades da sociedade capitalista, tornando-se difícil, senão impossível, aos adultos fornecerem às crianças os mínimos necessários quando nem eles mesmos os acessam (Santos, 2011). Tendo isso em vista, a autora afirma que o discurso culpabilizante e de incapacidade que recai sobre essas famílias parece mascarar o desamparo em que elas se encontram.

Segundo Janczura (2008), há a presença de uma responsabilização subjetiva das famílias através de ideias de família desestruturada, incapaz, irresponsável, em detrimento de uma leitura de suas condições objetivas de vida, que envolvem uma presença mais consistente do Estado em âmbitos como saúde, educação e assistência social. Considerando esse cenário, o acolhimento institucional, que deve ser um dos últimos recursos empregados, passa a denunciar as falhas no alcance das demais políticas de proteção e promoção de direitos (Santos, 2011). Como apontam os dados supracitados, muitas vezes, junto à pobreza articulam-se problemáticas complexas e diversas tais como histórico de violência familiar, dependência química, transtornos mentais, entre outros. Por isso, muitas vezes em função da privação material, as ações que visam atenuar esses problemas ou suprimir situações de violação de direitos, acabam se mostrando insuficientes (Silva, 2004).

Tendo isso em vista, a carência de recursos materiais pode, por vezes, inaugurar outros modos de funcionamento coletivo e organização familiar que vistos de fora podem ser lidos apenas como “negligentes”. Como demonstra Cláudia Fonseca, em pesquisa através de processos judiciais envolvendo a tutela de crianças entre 1901 e 1926 por meio de arquivos públicos do município de Porto Alegre:

as condições sócio-econômicas da população trabalhadora dificultaram a formação da família nuclear enquanto unidade doméstica [...] Por vários motivos (ausência da mãe que trabalha fora, proeminência de laços consanguíneos, ruptura por morte ou abandono da unidade conjugal, emprego infantil), as crianças eram redistribuídas, em geral, pelos pais, em lares substitutos. (Fonseca, 1995, p. 57).

A questão da circulação de crianças é entendida pela autora enquanto uma prática histórica que antecede a própria legislação da adoção, sendo muito recorrente em grupos populares. Com a análise desses documentos, Fonseca procurou demonstrar que, nas idas e vindas das crianças, prática ainda comum, não estão em jogo apenas a sobrevivência e

resolução de problemas concretos, mas também, estratégias de relacionamentos de adultos em um sistema de trocas, nos quais a responsabilidade sobre as crianças torna-se coletiva.

É nessa perspectiva que Fonseca (1995) afirma que o afastamento de crianças de seus familiares é, dependendo do contexto, temporário e raramente significa abandono, mesmo que uma análise prematura sugira isso. As insistentes e problemáticas ideias atuais sobre uma suposta desagregação da família não passam de um mito fundado através de um ideal de família que, em diversos grupos, nunca existiu: “a família patriarcal extensa não era mais comum no passado do que hoje, e, por outro lado, [...] famílias pequenas chefiadas por mulheres não são nenhuma invenção da modernidade.” (Fonseca, 1995, p. 73). Outra importante contribuição trazida pela autora é que, tanto na adoção quanto na circulação de crianças, os “recebedores” estão sempre em posição socioeconômica de privilégio em relação aos “doadores”, denunciando a desigualdade inerente a estes processos.

Por isso, é necessário pensarmos a política de acolhimento institucional não apenas como a proteção da criança, mas como uma série de intervenções estatais na família, e em especial nas famílias pobres e periféricas. Sobre esse debate, Fonseca (2015) traz uma importante reflexão ao falar sobre a experiência de filhos de pessoas portadoras de hanseníase que foram separados e reintegrados compulsoriamente às suas famílias entre 1940 e 1980. A autora sugere que diferentes visões de família, ou seja, distintos valores e ideais, podem ser acionadas para justificar determinadas políticas e práticas estatais, produzindo efeitos nas próprias relações familiares.

No artigo, Fonseca (2015), afirma que a “indiferença parental” ao retorno dos filhos e os impasses dessa reunião forçada são, em parte, resultado da própria intervenção estatal, produzido através dos “contornos de uma política arbitrária que ora desencoraja qualquer relação afetiva entre pais e filhos, ora dita uma reaproximação instantânea” (p. 26). Dessa forma, a autora propõe que a segregação dos filhos dos “doentes de lepra” parece se reatualizar nas atuais políticas de acolhimento, nas quais, segundo ela, ainda prevalece uma falta de consistência nas ações que visam a preservação dos vínculos familiares:

“A intervenção estatal parece cunhada para provocar uma espécie de desmame sentimental que, em vez de corrigir as condições que provocaram a retirada da criança, tendem a exacerbá-las. Assim, não há nada surpreendente nos repetidos fracassos das tentativas de reintegração familiar, nem na pressa cada vez mais acentuada para tornar esse modelo segregacionista definitivo, através da adoção plena.” (Fonseca, 2015, p. 32).

3. Objetivos

Considerando os aspectos abordados, especialmente o fato constatado de que, apesar de ser um elemento central previsto na legislação, a reintegração familiar ainda é um tema pouco explorado na literatura científica, neste trabalho tive o objetivo de compreender as nuances desse processo na Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE-RS), a partir da perspectiva dos profissionais envolvidos nesse trabalho. Busquei investigar de que maneira esse processo é pensado, executado e experienciado na prática pelos profissionais, bem como o que fundamenta o trabalho tendo em vista esse objetivo - a reintegração- , destacando as dificuldades e potências que se colocam a partir disso. Tendo como base os achados da pesquisa, este estudo busca estabelecer diálogos com demais produções acadêmicas a respeito do tema, partindo de uma análise psicanalítica dos dados, procuro trazer uma contribuição teórica aos desafios do campo do acolhimento institucional.

4. Método

O caminho metodológico que guiou a construção deste trabalho foi a pesquisa em psicanálise, nesse sentido, os objetivos elencados anteriormente foram tomados apenas como pontos norteadores para a construção de uma produção acadêmica. Portanto, esse escrito nasce também de uma posição e atitude de abertura ao espontâneo, ao encontro, à contingência, ao subjetivo e ao singular. É nesse sentido que podemos afirmar que o objeto em psicanálise não é conhecido *a priori*, mas sim, se apresenta e se constrói por meio dos encontros com o campo, o que implica ao pesquisador adotar uma posição de quem *não sabe* e pode, por isso, tomar a pesquisa com enigma e produzir novas ressonâncias ao contexto estudado (Moreira, Oliveira & Costa, 2018). Ferreira (2018, p. 130), em sua interpretação do sentido de investigação em psicanálise, diz que

Freud nos chama para “agir de outro modo” e para a riqueza de uma pesquisa, se nos abrimos para “informações não sonhadas”, partindo de perguntas e de pontos de não saber, contando para a “investigação”, com o saber dos envolvidos na pesquisa [...] trata-se, para ele, de deixar que os “achados de pesquisa” falem por si só, mas também nos coloquem no trabalho de “decifrar e traduzir” o que foi encontrado e isso, só se faz pela escuta atenta [...] Este é um ponto essencial de uma pesquisa que se fundamente no saber da psicanálise: não ir à campo com um saber já dado, mas supor um saber no sujeito que nos fala.

Nessa perspectiva, a psicanálise, caracterizada enquanto um procedimento de investigação/pesquisa, deve, através dos métodos de coleta e análise de dados eleitos, operacionalizar seus conceitos fundamentais, isto é, tornar instrumento de pesquisa conceitos como a associação livre (Moreira; Oliveira & Costa, 2018). Como afirma Iribarry (2003) citando Caon (1994), o método, em Psicanálise, é nada mais do que os procedimentos através dos quais se acessa o inconsciente, variando, portanto, conforme a criatividade dos pesquisadores.

Considerando os objetivos deste estudo, foi construída, como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada, suficientemente aberta para permitir a narrativa espontânea das participantes. Tendo em vista que as estratégias metodológicas empregadas na pesquisa psicanalítica sustentam-se no campo da linguagem e da fala, de modo a “subverter o lugar do sujeito no discurso científico” (Moreira, Oliveira & Costa, 2018 p.123), a entrevista se mostra um método de coleta de dados que possibilita tanto a obtenção de informações relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa quanto uma fala livre, espontânea e singular sobre esse e demais temas. Ferreira (2018, p. 139) denomina a entrevista em pesquisa psicanalítica de entrevista clínica. Segundo ela, nesse instrumento o “ponto de partida será

dado pelo pesquisador, mas importa nesse dispositivo considerar também a regra fundamental da psicanálise: a associação livre. Assim, não raro, a questão norteadora da entrevista vem embrulhada numa riqueza enorme de temas e situações”. Segundo a autora, a entrevista pode ser clínica quando, além do saber do pesquisador, se orienta pelo saber e palavra do sujeito participante da pesquisa, podendo se depreender disso a construção de novos saberes sobre o sujeito e/ou o contexto pesquisado.

Nesse estudo, as entrevistas foram realizadas com cinco profissionais da equipe técnica de dois Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR) da FPE-RS. As entrevistadas atuam nas áreas da psicologia, assistência social, pedagogia e educação física. O tempo de atuação na instituição variou de 9 há 28 anos. No corpo do texto as citações das entrevistas serão identificadas pelo nome fictício atribuído às participantes, sendo elas: Paula, Luiza, Rafaela, Bianca e Camila. Considerando que a maioria das participantes eram mulheres, e a fim de preservar o anonimato na exposição dos resultados, os sujeitos da pesquisa foram todos nomeados no feminino.

Todos os encontros ocorreram nos espaços físicos dos NAR, locais de trabalho das participantes. As entrevistas tiveram duração variável entre 40 minutos e 1 hora e 10 minutos. Antes de iniciar a entrevista, a proposta de pesquisa foi novamente apresentada, seguida de explicação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Somente depois, a gravação foi iniciada.

Obtive a oportunidade de ter contato prévio com um dos Núcleos através do projeto de pesquisa “Experiência literária compartilhada: Uma possibilidade de escuta e (re) construção de sentidos no acolhimento institucional” (Mallmann & Silva, 2022) da mestranda e colega Carla Mallmann, do qual participei. Já nesse momento tomei conhecimento de que o acompanhamento da família após a reintegração é denominado, na FPE-RS, de Experiência Familiar. Nesse período, a família para qual a criança está retornando recebe visitas domiciliares periódicas da equipe técnica, visando cumprir o previsto nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009): avaliar a adaptação e as condições de manter a criança na família. Portanto, durante as entrevistas, o processo de Experiência Familiar foi tratado de maneira indissociada da temática geral da reintegração familiar. A entrevista buscou contemplar algumas temáticas tais como: de que maneira ocorre a reintegração familiar? Quais os aspectos avaliados na Experiência Familiar? O que entendem que é necessário para que a criança retorne para a família? Depois da Experiência Familiar há algum outro tipo de acompanhamento? O que esperam da família para que a Experiência Familiar seja considerada “positiva”?

As gravações foram posteriormente transcritas. Além disso, após cada entrevista, eu produzi diários clínicos a respeito dos encontros com as participantes da pesquisa, tendo em vista que “o diário clínico permite que o pesquisador deixe fluir significantes, formando uma trama, um tecido textual, em que sua experiência fica registrada” (Iribarry, 2003, p.125). Ademais, o diário clínico se mostra um importante meio de registro da inserção no campo de pesquisa, como descrevem Silva, Oliveira e Ferrari (2022). As autoras defendem a escolha pelo diário como

algo que está para além de um relato descritivo, pretensamente objetivo. Ainda que se busque certa coerência no que diz respeito à linearidade e à sequência dos fatos externos percebidos, existe uma dimensão extremamente pessoal em uma escrita que se propõe a falar deste “*isso que me passa*” (p. 34).

As transcrições das entrevistas e os diários clínicos foram então submetidas a repetidas leituras e também a discussões com a orientadora e com o grupo de pesquisa. Como informa Iribarry (2003), é a leitura (dos dados obtidos) dirigida pela escuta o meio através do qual o pesquisador identifica os significantes e contribuições singulares ao problema de pesquisa. Dessa maneira, a partir da leitura exaustiva dos dados foram elencados 5 temas de análise a partir dos quais se deu a produção de um texto que, como dizem Rosa e Domingues (2010), informa sobre as marcas e posições discursivas, os efeitos de sentido e os significantes que perpassam o contexto do acolhimento institucional e, em especial, o processo de reintegração familiar.

A seguir, serão apresentados os 5 temas que compõem esse trabalho, organizados nos seguintes subcapítulos: 5.2 Para além da política pública, o que é a reintegração familiar na FPE-RS; 5.3 O papel da equipe e a Experiência Familiar: entre o cuidado e o controle; 5.4 Padrões e ideais evocados para possibilitar a reintegração; 5.5 Família acima de tudo?; e 5.6 E a criança, onde fica? Tais temas serão apresentados em discussão com a literatura científica psicanalítica, antropológica e de demais áreas do saber que fornecem subsídios para pensar os elementos decantados das entrevistas. Mas, inicialmente, apresentarei, nos subcapítulos 5.1 e 5.1.1, alguns aspectos relacionados aos encontros com o campo e com as participantes.

5. Resultados e discussões

5.1 Os encontros com o campo

Antes de adentrar nos pormenores da análise de dados, gostaria de detalhar um pouco mais sobre o percurso de campo e os encontros que essa pesquisa promoveu e através dos quais ela se desdobrou. Historicizar esse momento me parece apropriado considerando que determinadas contingências influenciaram fortemente no caminho percorrido durante a etapa de coleta de dados.

O contato com a FPE para a realização da pesquisa iniciou no dia 03/04/2023, em uma reunião online, cujo intuito era apresentar a proposta da pesquisa, esclarecer dúvidas e formalizar o convite direcionado aos profissionais do NAR com o qual eu já havia tido contato previamente. Este momento, assim como outras reuniões, foram intermediadas por uma profissional do Núcleo de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa da FPE/RS, que chamarei de Michele. Foi um primeiro contato difícil, tanto do ponto de vista técnico quanto subjetivo. Os profissionais da instituição optaram por utilizar apenas um computador, dificultando o entendimento do que era dito de lá para cá e vice-versa. Além disso, a câmera do computador utilizado pela orientadora deste trabalho parou de funcionar nos primeiros minutos do encontro, situação que parece ter causado desconforto para algumas integrantes da reunião.

Todavia, o principal problema pareceu ser de outra ordem. Nesse primeiro momento, o objetivo era que a pesquisa pudesse ser realizada tanto com profissionais quanto com pelo menos uma família em processo de reintegração familiar. Eu, assim como minha orientadora, estávamos cientes de que esse segundo grupo com os quais se tinha o intuito de trabalhar seria de difícil acesso, seja pela complexidade do contexto, seja por razões legais. Mas, existia uma expectativa de que essa possibilidade pudesse ser construída junto aos profissionais, a partir daquilo que eles entendessem como possível nesse cenário.

Contudo, o que se apresentou foi quase uma urgência em dizer que seria impossível realizar a pesquisa com uma família. Inclusive, no decorrer da minha fala, ficaram nítidas as conversas, olhares paralelos e sinais negativos com a cabeça que davam a sensação de que eu não estava sendo escutada e de que o que eu estava dizendo beirava o absurdo, produzindo em mim uma sensação de desconforto e insegurança. Essa movimentação veio principalmente por parte de uma profissional, que chamarei de Joana, mas o grupo em geral, não pareceu se opor muito a sua posição, com exceção de uma de suas colegas, que chamarei de Beatriz, que em

determinado momento citou uma família com quem ela achava que seria possível conduzir a pesquisa. Joana foi rápida em dizer que não, oferecendo motivos compreensíveis: a família em questão reside em um local dominado pelo tráfico de drogas, o que dificultaria o meu acesso sem o acompanhamento da equipe.

Tendo em vista o desconforto observado, me propus a deixar essa parte da pesquisa em suspenso para posterior reavaliação, dentro do que se apresentasse como possibilidade nos meses seguintes, e claro, em diálogo com a equipe. Apesar da aparente resistência, recebi a confirmação, no dia 13/04/2023, por meio de Michele, que a equipe se dispôs a participar. Um novo encontro online foi realizado apenas com Michele no dia 24/04/2023, momento que comuniquei a ela que gostaria de estender o convite aos Agentes Educadores: profissionais que trabalham em contato direto com as crianças no acolhimento. Por conta da dificuldade de comunicação do encontro remoto, solicitei a Michele o agendamento de um encontro presencial com a equipe técnica, uma vez que eu gostaria de dissipar possíveis tensões e dúvidas antes de iniciar as entrevistas, assim como reforçar que o contato com a família ocorreria mediante aprovação da equipe.

Esse encontro presencial ocorreu no dia 04/05/2023 e, apesar do agendamento feito por Michele, ao chegar no local, fui informada de que o compromisso havia sido esquecido, reforçando meu desconforto proveniente do primeiro encontro. No entanto, para meu alívio, após alguns minutos de espera, juntamente com Michele, as profissionais presentes no local se organizaram e conseguimos nos reunir. O encontro foi composto pela já mencionada Joana, juntamente com Paula e Luiza, ou seja, metade da equipe técnica que compõe o NAR.

Apesar do desencontro inicial, foi um momento interessante de trocas, senti que consegui expressar melhor a proposta de trabalho e que ela também foi melhor compreendida e aceita pelas presentes. Conversamos sobre a questão da reintegração familiar e a Experiência Familiar, a falta de sustentação teórica nas políticas públicas e carência de pesquisas sobre o assunto. Joana e Paula se mostraram interessadas em discutir o tema. Utilizei o momento para reiterar que o contato com uma família seria feito mediante aprovação e indicação da equipe, manifestei também o desejo de estender os convites aos Agentes Educadores, o que gerou diversas sugestões por parte das três profissionais presentes. Sendo assim, saí do local com as expectativas renovadas, já que as três se dispuseram a participar da entrevista. O conversado no encontro foi repassado por mensagem de texto para as demais integrantes da equipe, Beatriz e Rafaela, que também se dispuseram a participar.

Mas, as dificuldades voltaram a aparecer no período das entrevistas. Joana desistiu de participar poucos dias depois desse encontro, Beatriz nunca respondeu às tentativas de

agendar a entrevista e nenhum Agente Educador se interessou em participar através do convite enviado via formulário do Google, contradizendo a percepção de Joana, que no encontro supracitado listou alguns educadores que ela julgou que se interessariam pela proposta. É válido mencionar que enviei o convite para Michele, Michele enviou para a equipe e por fim, a equipe encaminhou para os Agentes Educadores. Portanto, não possuo qualquer informação sobre a forma como o convite foi feito ou possíveis reverberações entre os Agentes Educadores e a equipe. Dadas essas circunstâncias, o desconforto observado e os empecilhos apontados pela equipe, optamos por abdicar, naquele momento, da parte do estudo que seria realizado com uma família em processo de reintegração familiar.

Sendo assim, as entrevistas foram realizadas com Paula, Luiza e Rafaela, no decorrer do mês de junho de 2023. Dentre eles, apenas Paula compõe a equipe mínima, isto é, profissionais indispensáveis ao trabalho no acolhimento institucional, segundo as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), e aqueles que *“acompanham muito mais de perto a questão da família”*, como disse Rafaela durante sua entrevista. Luiza também salientou, sobre o processo de reintegração familiar: *“Esse não é foco do meu trabalho né, meu foco principal é esporte, saúde e lazer, mas... dentro do possível às vezes eu contribuo com algumas questões”*. Comentários que, à primeira vista, me pareceram uma tentativa de demonstrar um distanciamento da temática de pesquisa. É válido sinalizar também que o encontro com Rafaela estava marcado para outra data, contudo, quando cheguei no NAR, ela me informou de que havia surgido uma demanda de última hora a qual precisava responder, por isso, reagendamos.

Posteriormente, as transcrições das entrevistas com Paula e Luiza foram discutidas junto a algumas integrantes do NEPIs. A partir desses importantes momentos de trocas, decidi, junto à orientadora, que seria interessante realizar mais algumas entrevistas em outro NAR. Essa decisão partiu principalmente da percepção do desconforto gerado pela minha entrada no campo e dos entraves e dificuldades subsequentes. Partindo da hipótese de que o tema pode ter sido um dos motivos da resistência, entendemos que seria pertinente entrevistar outras pessoas, em outro NAR, observando se o desconforto se repetiria. Além disso, levamos em conta também que esse incômodo prévio pode ter influenciado tanto a qualidade da entrevista, já que fui particularmente atravessada por essas situações, quanto o conteúdo obtido com as participantes.

Por isso, no dia 19/09/2023 retomei o contato com Michele, manifestando interesse em conduzir mais algumas entrevistas. Após alguns dias de organização, agendamos um encontro online com outros dois NARs, que foi marcado para o dia 09/10/2023, com um

Núcleo às 09:00 e o outro às 9:30. No horário definido, eu e Michele entramos na chamada e fui logo avisada de que a equipe do primeiro NAR estava com problemas para acessar o link, mas que isso já estava sendo resolvido. Por conta disso decidimos aguardar até as 9:30 e fazer os dois encontros ao mesmo tempo. Contudo, ao chegar o horário, a equipe do segundo NAR não se manifestou nem respondeu às mensagens de Michele. Por isso, começamos a reunião apenas com a equipe presente. Michele introduziu o assunto e passou a palavra a mim, que expliquei brevemente a pesquisa, me apresentando e convidando-os a participar.

Os profissionais usaram apenas um dispositivo para participar do encontro, mas, durante a minha fala, mantiveram o microfone desligado, facilitando a comunicação. Logo após a apresentação, uma das integrantes da equipe demonstrou interesse na proposta, elogiando o fato do convite ser direcionado a toda a equipe e não apenas às psicólogas e assistentes sociais (equipe mínima). Além disso, ela também disse que achou importante uma pesquisa sobre a temática da família por ser algo muito “frágil” para a equipe. Após alguns comunicados de ordem organizacional, agradei a disponibilidade e a atenção e encerramos.

No dia seguinte recebi, de Michele, a confirmação de participação da profissional supracitada, nomeada aqui de Bianca. Logo fiz contato para agendamento e a entrevista foi realizada em novembro de 2023. Ao chegar no NAR, fui direcionada pela recepcionista à sala onde a participante estava. Ao entrar lá fui interpelada por outra integrante da equipe, chamada aqui de Camila, que queria saber se sua entrevista seria feita após a de Bianca. Fui pega de surpresa pela pergunta e expliquei que não havia recebido sua confirmação de participação, o que ela confirmou ter esquecido de enviar. Me propus a pegar seu contato para agendarmos um dia em que ambas tivéssemos disponibilidade e assim fizemos. Uma terceira profissional também se manifestou dizendo que não havia recebido o e-mail de Michele, através do qual estava sendo confirmado o interesse em participar.

Me propus também a pegar o seu contato, mas como ela demonstrou não estar certa sobre a participação, afirmei que se ela preferisse avaliar eu iria solicitar que Michele enviasse o e-mail novamente. Ficamos combinadas dessa forma, contudo, logo após finalizar a entrevista com Bianca, recebi a confirmação dela por meio de Michele. Mas, ao fazer contato posteriormente, não recebi resposta para agendamento do encontro. Por isso, a última entrevista foi realizada com Camila, também no mês de novembro.

É possível observar que a entrada em campo no segundo NAR foi muito mais tranquila, sem o estranhamento e dificuldades encontradas no primeiro. Tanto eu quanto a proposta de pesquisa fomos recebidas de maneira mais aberta, produzindo entrevistas nas quais me senti mais confortável. É válido comentar que, na primeira reunião com o segundo

NAR, foi mencionada a proposição inicial de entrevistar uma família, de modo que pudéssemos observar como a equipe se posicionaria a respeito disso. Contudo, não houve qualquer reverberação sobre o assunto.

Em relação ao NAR que não compareceu à reunião do dia 09/10/2023 foram feitas outras 3 tentativas de agendamento que acabaram sendo canceladas de última hora. O material obtido nas 5 entrevistas foi considerado suficiente para análise, por isso, optei por cancelar a reunião, agradecendo, através do Núcleo de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa, a disponibilidade de todos os envolvidos.

Como pode ser observado, esse percurso, por si só, comporta elementos a serem analisados neste estudo. Mas, além disso, ilustra como foram os encontros com o imprevisível, isto é, as dificuldades e resistências observadas no primeiro NAR, que me levaram ao segundo. O incômodo e os impasses produzidos a partir do encontro com a primeira equipe denotam a característica do inesperado em fazer pesquisa, e, em psicanálise, da imprevisibilidade do encontro com o outro. Característica a qual, enquanto pesquisadora e primeira participante da pesquisa, é preciso responder com flexibilidade, abertura de possibilidades e espontaneidade, acolhendo as dificuldades como componentes da pesquisa.

5.1.1 Alguns comentários sobre as entrevistas

Mesmo que as 5 entrevistas tenham sido realizadas com pessoas que atuam profissionalmente no mesmo contexto, muitos conteúdos obtidos delas variam imensamente de uma para a outra. Esse aspecto complexifica as discussões propostas neste estudo, dado que as posições, percepções e perspectivas apresentadas pelas participantes foram, muitas vezes, contraditórias entre si. Além disso, essas divergências, por si só, demonstram a complexidade do contexto do acolhimento institucional e que, em última instância, quem opera a lei, a política, o cuidado, o controle, são pessoas, sujeitos cujas singularidades atravessam e são atravessadas, pelo trabalho que realizam.

Início as entrevistas bastante tensa em função das dificuldades experimentadas no período anterior, tensão que foi gradualmente dissipada na entrevista com Paula. A participante demonstrou interesse pela temática de pesquisa desde o início da apresentação do projeto. Durante a entrevista, aparentou estar engajada na conversa, que durou 71 minutos. Apesar do roteiro, procurei dar espaço para explorar aquilo que apareceu de maneira espontânea, ou até mesmo, o que de início parecia não estar relacionado à proposta de pesquisa.

A entrevista com Bianca, realizada em uma sala de brinquedos nos fundos do pátio de NAR, na qual conseguimos ter privacidade, foi ótima! A participante, além de abordar temas pouco mencionados pelas outras entrevistadas, trouxe elementos para discussões que já vinham sendo feitas por mim junto ao grupo do NEPIs a partir da leitura de entrevistas anteriores. As entrevistas com Paula e Bianca foram as mais extensas e densas em termos de conteúdo, e foram também as entrevistas nas quais me senti mais confortável.

Os três encontros restantes causaram, em maior ou menor medida, algum estranhamento e angústia. Especialmente a entrevista com Rafaela, que também ultrapassou os 60 minutos, mas foi bem diferente do esperado por mim, uma vez que ela pouco falou sobre as questões concernentes à temática de pesquisa. Em todas as entrevistas pedi que as participantes se apresentassem e falassem um pouco de suas trajetórias na instituição. Rafaela se deteve, por mais de uma hora, a falar de seu percurso profissional na FPE, desde o período da FEBEM, e dos projetos nos quais trabalhou. Tive pouco espaço para abordar questões mais conectadas ao projeto durante sua entrevista e me constrangi em tomar um tempo excessivamente maior do que o previamente combinado.

Essa situação produziu uma preocupação prematura em relação a uma possível falta de dados sobre a temática da pesquisa, o que pode ter obturado a escuta e uma melhor condução dessa entrevista. Talvez, a extensa narrativa de Rafaela esteja relacionada com uma necessidade de historicizar sua trajetória nessa instituição que permanece em mutação, como ela mesma disse *“a gente vai fazendo história e a gente não vai contando história. É por isso que eu acho interessante fazer pesquisa, registrar e tal”*.

Apesar de que, no decorrer das releituras das entrevistas e da escrita deste trabalho, as contribuições de Rafaela encontraram seu lugar, percebi, em alguns momentos, que ela parecia não aderir ao tema da pesquisa, contornando-o, geralmente, com histórias do passado da instituição. Quando, por exemplo, perguntei se havia alguma normatização na instituição a respeito da Experiência Familiar, e ela respondeu *“Olha, é porque tudo é... foram tentativas e modelos que a gente foi, depois é criado com outro nome e tal, mas a gente, foram tentativas que a gente foi fazendo de algumas coisas para ver se ia funcionar. Por exemplo, hoje tem família acolhedora, ou acolhimento familiar. Família acolhedora deveria ser o nome do projeto, que é acolhimento familiar. Bem lá antigamente, eu não vivenciei isso, eu sei da história, né? Bem, bem, bem na época da FEBEM, teve uma possibilidade, uma tentativa de ter o acolhimento familiar e de família acolhedora, na verdade, mas o nome eram Lares*

Vicinais.”. E então, a participante se detém em contar a respeito da experiência com os Lares Vicinais⁴.

Apesar de que o exemplo da participante expõe que as práticas na instituição são adaptáveis e construídas a partir das circunstâncias que se apresentam em cada período, a entrevistada, durante sua narrativa, dificilmente retornava às perguntas disparadoras das reflexões que fazia. Essa percepção pode indicar uma resistência em relação ao tema, uma vez que, assim como os Lares Vicinais, a Experiência Familiar também se apresenta como uma das *tentativas* da instituição dar conta das demandas de trabalho, sendo, talvez, mais fácil falar sobre o que já foi feito e falhou do que pensar a respeito do que está operando na prática da instituição.

Quanto a Luiza, sua entrevista foi também abundante em conteúdo, mesmo tendo durado, assim como a de Camila, cerca de 40 minutos. O desconforto sentido nela relacionou-se a uma aparente dificuldade de falar e associar mais livremente por parte da participante que se limitou, muitas vezes, a apenas responder às perguntas. Essa entrevista exigiu um esforço maior de minha parte para conseguir capturar o interesse da entrevistada na temática, que inclusive, ao ser solicitada a falar de um caso, se recusou.

Cheguei ao último encontro, realizado com Camila, um pouco antes do horário agendado e, enquanto aguardava, percebi que uma reunião estava em curso no NAR, mas no momento não identifiquei quem eram os integrantes. Alguns minutos depois Camila saiu da sala e foi me receber, disse para irmos iniciando já que ela teria uma reunião na sequência. Nos dirigimos então a uma sala separada apenas por divisórias de ambiente/escritório, abertas na parte superior. O local era uma pequena cozinha e nos acomodamos à mesa. Percebi que podíamos escutar dali as pessoas falando na sala de onde Camila saiu. De início, não me preocupei em sermos escutadas, imaginando que as pessoas estavam ocupadas com suas próprias tarefas e conversas.

A entrevista correu bem e percebi a participante receptiva em relação a mim e à participação, mas, por outro lado, senti que ela não aprofundava muito suas respostas, parecendo se esquivar das perguntas. Em alguns momentos aparentou uma certa pressa em encerrar, finalizando sua fala com frases como “*o que mais?*”. Enquanto isso, as conversas ao lado da sala em que estávamos iam e vinham, aumentando e diminuindo de intensidade. Até que, finalizando a entrevista, Camila disse que os momentos de silêncio lá fora podiam

⁴ Modelo de cuidado em que, ao invés das crianças serem acolhidas na instituição, eram recebidas por pessoas da comunidade. Segundo a participante, esse formato foi inviabilizado a partir do momento em que as pessoas que se disponibilizavam a receber as crianças passaram a processar o Estado, sob alegação de estarem realizando o trabalho no seu lugar.

indicar tentativas de nos ouvir. Só compreendi a afirmação quando saí da sala e me deparei com uma senhora, um bebê e uma adolescente no saguão. Ou seja, não era só a equipe que estava no local, mas também uma família. Essa constatação me fez perceber que a postura esquiva e a aparente ansiedade da participante em finalizar a entrevista poderiam ser respostas ao comprometimento do sigilo e da privacidade durante a conversa, especialmente porque Camila foi a participante que se mostrou mais pessimista e crítica em relação às famílias cujas crianças são acolhidas.

Durante esta, e outras entrevistas, me peguei imersa nas preocupações acadêmicas, pensando “mas o que isso tem a ver com o que eu quero saber?”. A resposta para essa pergunta foi sendo construída por meio da escuta das gravações, da leitura e releitura das transcrições, das orientações e das trocas em grupo. A partir disso, aquilo que me soou estranho, desconectado e sem sentido foi ganhando outros contornos para se tornarem importantes elementos de análise, não respondendo necessariamente a “o que?”, “como?” e “por que?”, mas sim, por denunciarem o conflito, a incoerência, a evitação, e produzir, a partir daí, outras perguntas.

A entrevista de Paula, por exemplo, produziu em mim a sensação de que havia se falado mais sobre entraves burocráticos, falta de normatização e relação do serviço de acolhimento com outros equipamentos da rede, do que sobre a reintegração propriamente dita. Mas, o que foi percebido durante o tecer deste trabalho é que para além de “por que”, “como” e “o que”, a pergunta mais pertinente, seguindo o exemplo acima, talvez seja “o que está em jogo quando os profissionais demandam normatização sobre seu trabalho, e o que isso informa sobre a reintegração familiar?”. É nesse movimento constante, em que as respostas realocizam as perguntas e produzem novas reflexões que esse trabalho se dá, no campo da psicanálise, onde até o silêncio fala.

A seguir, apresentarei o conteúdo dessas entrevistas a partir dos temas elencados anteriormente, buscando promover reflexões com demais produções acadêmicas que possam enriquecer a leitura proposta.

5.2 Para além da política pública, o que é a reintegração familiar na FPE-RS?

“é a cereja do bolo do nosso trabalho [...] Porque a gente conseguiu, no meio de todas as dificuldades que apareceram, de todas as discussões que foram feitas, a gente conseguiu fazer com que essa criança voltasse pra sua família de origem... acho que esse sempre é o grande desafio, sabe?” (Luiza)

Tomando o trecho acima como um disparador para a discussão, procurarei agora descrever o processo de reintegração familiar, para além do que é estabelecido pelas políticas públicas. Como visto no item 2.1, essa é, atualmente, a saída preferencial frente à medida protetiva de acolhimento institucional, como afirma Paula: “*antigamente as pessoas entravam no acolhimento institucional e permaneciam. E as famílias tinham o entendimento de que ‘tava no abrigo tava melhor’ do que estando em casa. Havia um consenso entre as partes, não era uma situação duma retirada como é considerado hoje socialmente, de se esgotadas as alternativas... da criança, do adolescente estar com a família, né... Houve uma estruturação muito grande ao longo dos anos, a respeito das políticas públicas propriamente, situações que daí promoveram essa organização*”. Apesar desse entendimento, pouco se sabe, mesmo com as inúmeras produções acadêmicas a respeito das instituições de acolhimento, que lugar essa orientação à reintegração ocupa na prática. Por isso, nesse momento, trataremos de elucidar de que maneira esse processo aparece nos discursos das entrevistadas: que lugar ocupa, de que forma é pensado e executado na instituição, quais as dificuldades, conflitos, e potências observados, destacando, também, as contradições e incoerências presentes nas falas das participantes.

Um importante elemento a ser esclarecido para iniciar essa discussão é o processo denominado Experiência Familiar⁵. Entrei em campo com as informações de que esse é o nome dado a um período de acompanhamento da família após o retorno da criança (como previsto nas orientações técnicas do serviço), que esse termo é uma especificidade da FPE-RS e que ele se refere a um período em que a família recebe visitas domiciliares da equipe técnica a fim de avaliar, periodicamente, se a criança será, oficialmente, desacolhida.

Como a Experiência Familiar se mostrou um elemento central no processo de reintegração na FPE-RS, buscarei agora elaborar, através do conteúdo das entrevistas, uma definição possível para essa ideia. As Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009) fazem a indicação de que o desligamento e a aproximação com a família devem ser graduais e que a família deve ser acompanhada a fim de garantir uma adaptação mútua, suporte e referenciamento à rede, por pelo menos 6 meses após o desligamento da criança. O documento ainda indica que o órgão responsável por fazer esse acompanhamento deve ser definido em conjunto entre as entidades envolvidas (instituição de acolhimento, órgão gestor da assistência social e a Justiça da Infância e da Juventude).

⁵ Esse tema será melhor discutido no capítulo seguinte.

Assim como na maioria das políticas públicas, essa orientação é genérica, permitindo que os serviços se organizem dentro de suas próprias especificidades. Dentro dessa perspectiva, a Experiência Familiar se apresenta como a ferramenta através da qual a FPE-RS operacionaliza essa orientação, propondo um período de acompanhamento, seguido de relatórios fornecidos à autoridade judicial. *“Geralmente vem 30 a 60, às vezes já vem 30 a 60, 90... 90 dias, relatórios.”* (Paula). Através desses documentos, a equipe é responsável por indicar ou não o desligamento definitivo da criança, o que, por sua vez, pode ou não ser acatado pelo juiz.

Rafaela, ao responder sobre de onde surgiu a Experiência Familiar, afirma que esse modelo foi sendo criado com base nas vivências na instituição. Segundo ela, os profissionais perceberam, através das reincidências de crianças acolhidas, que era preciso haver um mecanismo que qualificasse o processo de desligamento, evitando as idas e vindas do acolhido, uma vez que *“não tem mais suporte nosso depois do desligamento, né? Porque o nosso papel é até o... desligamento. Claro que a gente ainda mantém [contato], mas uma responsabilidade é da rede agora, a partir do desligamento.”*. Ainda nas palavras da participante *“na verdade, tem a família, eles querem muito, mas não tem condições... estão quem sabe a gente faz uma experiência. Aí começamos a introduzir, fazer uma experiência. A gente faz uma experiência pra ver se realmente a família... isso que ela está dizendo, que consegue, que está... realmente vai fazer. Então vamos fazer uma experiência. E aí a gente começou a sugerir, então. O juizado começou a entender também: ‘Ah, é verdade’. Não, então... e aí oficializou.”*.

Partindo disso, podemos concluir que a Experiência Familiar é uma ferramenta de transição entre a instituição e a família, desenvolvida para qualificar o processo de desligamento. Como diz Bianca *“antigamente era uma coisa assim, ou a criança estava no abrigo, ou ela estava com a família, e hoje em dia a Experiência Familiar é prevista até como uma preparação para o retorno para a família, efetivo para a família, digamos assim, que foi uma coisa que foi meio construída, ela não é tão prevista legalmente, mas ela foi construída para se pensar nesse retorno à família de uma forma mais gradual, que a gente avalia como muito positivo”*.

A participante Paula considera esse momento como um período de ajustamento que permite aos profissionais uma maior segurança no desligamento: *“a Experiência Familiar seria... um período de ajustamento para a gente ter mais segurança nesse processo”*. A entrevistada esclarece que, apesar da periodicidade dos relatórios, não há tempo limite para a duração dessa transição, *“eventualmente as famílias não conseguem se organizar. E aí a gente*

vai propondo... a continuidade da Experiência Familiar, porque daí as famílias têm a referência na equipe”. A entrevistada esclarece que a ideia é que essa função de suporte seja transferida para a rede de assistência social, assim como previsto nas orientações (Brasil, 2009), e expressa as dificuldades em relação à falta de normatização. Isto é, os profissionais da instituição acabam não sabendo até que ponto é sua responsabilidade e até onde devem se envolver com as famílias: *“aquí pra nós tem uma pressão... eventual que é: a gente fica com os casos de Experiência Familiar... tem essa demanda, isso não tá normatizado de nenhuma forma, que foi isso que eu comentei até outro dia, não está normatizado⁶ de nenhuma forma, o que a gente tem que fazer ou não, mas a gente fica disponível para as famílias, e aí em alguns casos, a gente tem gente que quase todos... deixa eu pegar o celular aqui. Tem um caso que assim, dia sim, dia não, as pessoas fazem contato para dizer, para questionar, para perguntar, pra... e aí tem que se envolver, toda a equipe se envolvendo”.*

Através dos elementos abordados até aqui busquei fornecer uma clareza inicial a respeito da Experiência Familiar, uma vez que em diversos momentos das entrevistas esse processo é evocado, tanto por mim quanto pelas participantes, como sinônimo de reintegração. Mas, se por um lado a reintegração é um processo mais amplo, almejado desde o momento em que a criança ingressa na instituição, a Experiência se apresenta como a operação de fato desse processo, a partir do momento em que a autoridade judicial autoriza que a criança retorne, de maneira assistida, à família. Feita essa ressalva, a partir daqui, Experiência Familiar e reintegração aparecerão, por vezes, de maneira indiferenciada, uma sendo componente da outra. Como explica Bianca, não há Experiência Familiar se não houver retorno à família de origem: *“o objetivo a priori é sempre que tenha uma família, seja a original, extensa, ou uma substituta, né, uma adoção. Então, sim, de certa forma, o objetivo do acolhimento sempre é uma reintegração, é uma integração numa família, seja ela original ou não. Né, nem sempre vai ser uma Experiência Familiar, porque quando fala em Experiência Familiar a gente pensa na família de origem, uma família extensa, né, ou, e aí colocação em família substituta, não é uma Experiência Familiar na família de origem, mas o objetivo é, de alguma forma, sim, sempre que seja colocada em alguma família”.*

Quanto à maneira como os técnicos organizam o trabalho que vai, ou não, culminar na reintegração, Bianca informa que, imediatamente após o acolhimento, desde que não haja impedimento legal, a família pode se organizar para visitar a criança, iniciando assim, o processo de reintegração e recuperação de guarda: *“Se não há impedimento judicial,*

⁶ Todas as entrevistadas, quando questionados, negaram haver qualquer elaboração formal a respeito da Experiência Familiar na FPE-RS.

inicialmente as famílias vêm visitar as crianças aqui no abrigo, né, até em alguns casos, assim, às vezes também vem com... indicação judicial que a visita seja acompanhada. Então, a gente, às vezes, normalmente a gente faz as visitas ou nos abrigos, ou aqui no NAR, né, aqui na nossa parte aqui da equipe técnica, pra gente acompanhar mais de perto. Normalmente a gente antes de liberar qualquer visita, a gente faz o atendimento do familiar, né, pra conhecer, né, e a gente procura acompanhar o máximo que dá". Um pouco adiante, a participante pontua que, quando a equipe avalia que há organização o suficiente, a criança começa a visitar a família aos finais de semana.

Quanto ao trabalho com os familiares, Paula explica que *"já no momento da chegada a gente já... já referencia pra esses espaços [equipamentos da rede de assistência social], né? Teoricamente tem que estar já acompanhado por um CREAS, às vezes passado um CRAS por um CREAS, às vezes passado um SAF por um CREAS"*. Isto é, a partir do momento em que a criança é acolhida, a família deve ser encaminhada ou referenciada à rede, para que, enquanto a criança é atendida pela FPE, a família seja acompanhada por outro serviço de assistência social. A ideia é que esses espaços possam, em conjunto, fornecer o suporte necessário à superação da situação que levou ao acolhimento. Posteriormente, como explica Luiza, os casos são acompanhados e discutidos pela equipe para que, *"a partir do entendimento da melhora dessa condição... que fez com que as crianças viessem pro abrigo, a gente toma a decisão de proporcionar a Experiência Familiar, então. É que isso é muito amplo porque cada caso é um caso, né... cada caso é um caso. Às vezes tem casos que a criança vai demorar 2 anos pra ter uma Experiência Familiar, e às vezes vai demorar 3 meses"*.

Quando essa é a indicação da equipe ou a determinação judicial, os profissionais passam a acompanhar e avaliar, periodicamente, a família. Buscam, como afirma Paula, *"avaliar a dinâmica da família e poder contribuir aí... intervenções para que essa família se torne mais funcional, mais saudável, quando esta é uma questão. A gente não tem encaminhamentos estruturados, assim, que seria desejável [...] começando por uma autocrítica [por parte da família] aí do que gerou o acolhimento institucional..., um entendimento aí... nem sempre as famílias têm no primeiro momento, para saber para onde ir, como superar essa condição. Nem sempre as famílias também concordam com essa avaliação... a autocrítica às vezes é diferente né... E... a gente procura então fazer conversas sistemáticas com os familiares para poder já ir preparando esses aspectos, os encaminhamentos daí na comunidade, os encaminhamentos na área de saúde mental, assim, que também... Mas, vou te dizer que... são muitos profissionais que têm que trabalhar, porque a gente tem essa visão, assim, de que nós vamos até aqui, né? Daqui pra cá tem que ter o*

peçoal da rede assumindo...”. A participante salienta também que a maior preocupação dos profissionais do acolhimento institucional é o bem-estar da criança, enquanto a preocupação da rede é mais ampla, ou seja, concentra-se na totalidade da família.

Ao falar sobre a atuação de profissionais de educação física no espaço da FPE, Luiza expõe que o seu trabalho consiste em *“inserção comunitária das crianças através do esporte, do lazer... e da cultura, né... A gente procura tá inserindo as crianças nos espaços públicos onde se tem alguma interação nesse sentido, através do esporte, lazer e cultura...”. No entanto, a participante explica que esse trabalho é realizado, geralmente, desvinculado das famílias: “por vezes até em uma apresentação, vamos supor de ginástica, um familiar vá assistir, mas isso é raro, é difícil a gente conseguir integrar, até porque, às vezes, tem apresentações de modalidades específicas que tem mais apresentação... que nem a ginástica, né... Eu lembro que nesse contexto, muitas vezes a gente convidava os familiares para participarem, pra irem prestigiar o filho, com o intuito de tá reforçando esse vínculo. Mas, na maioria das vezes, isso não ocorre”.*

Apesar disso, a entrevistada complementa que a equipe técnica tem pensado na possibilidade de proporcionar visitas familiares através do lazer, utilizando-o como uma ferramenta de reaproximação entre crianças e familiares: *“Porque se entende, ao menos por mim, que se tu proporcionar uma visita, da família pra criança no abrigo... num viés de lazer, acho que a gente pode fomentar essa questão do vínculo através de uma brincadeira, de um lugar extensionado, de uma pracinha [...] poder resgatar isso de alguma forma e ensinar essas famílias então, a poder acessar esses espaços, poder mostrar que existe uma possibilidade diferente de interação com seu filho que pode gerar vários sentimentos diferentes”.*

Em relação à Experiência Familiar, Luiza explica que as famílias são orientadas a manter as crianças nos espaços de lazer e esporte proporcionados pela instituição, nas palavras dela: *“a gente tenta manter em alguns espaços de esporte, orienta as famílias que continuem levando, que é importante pro seu filho. Mas a gente sabe da realidade que é muito difícil, às vezes, eles conseguirem levar e buscar... tem as dificuldades de passagem de ônibus que se torna caro. Então muitas vezes a gente estimula que se continue, às vezes, uma criança que já esteja fazendo uma atividade... mas muitas vezes eles não conseguem dar continuidade em função dessas dificuldades que eu te falei”.* Esse aspecto se relaciona com o abordado por Pereira (2020), em sua análise a respeito das práticas interventivas com famílias que tiveram o poder familiar destituído. Segundo o autor, *“há uma predisposição nos serviços de atendimento à infância de que as famílias devem se adaptar aos seus projetos, programas e*

serviços, os quais não raramente não contemplam as especificidades do público atendido” (p. 58). Isto fica evidenciado quando Luiza conta que, mesmo reconhecendo a impossibilidade, a família é orientada a manter as crianças nos espaços de lazer proporcionados pela instituição. Essas estratégias de intervenção que não encontram a família real reforçam estigmas de incapacidade e lançam as famílias ao fracasso do que é esperado delas, ou, como diz Pereira (2020, p. 96), essas ações estão “atravessadas por práticas prescritivas e normativas, impondo ideais inatingíveis”.

Ainda sobre o trabalho frente à Experiência Familiar, a participante esclarece que sua atuação nesse processo se dá por uma questão de vínculo e enfatiza a importância do estabelecimento de bons vínculos durante o processo de reintegração: *“eu não entro como educadora física, na verdade, eu entro como uma questão de vínculo, sabe? De vínculo com a criança ou adolescente... através do meu vínculo com eles eu me faço mais presente, entende? Pra ajudar nesse processo, pra, às vezes, passar uma confiança, pra tá ali do lado, enfim, pra fazer essa transitoriedade entre o acolhimento e o retorno à família... as pessoas que tem mais vínculo são importantes nesse processo.”*. A fala de Luiza refere-se ao vínculo entre os profissionais da equipe técnica e as crianças acolhidas, embora possamos inferir que um bom vínculo com as famílias também é parte essencial do trabalho no acolhimento.

Quanto às dificuldades inerentes ao processo de reintegração, foi evidente, especialmente em três das cinco entrevistas, o quanto a articulação do trabalho em rede e a qualidade dos serviços em termos de recursos são consideradas os maiores entraves no campo do acolhimento institucional, e no próprio processo de reintegração. Somado a isso, a falta de políticas públicas que forneçam orientações substanciais sobre o tema da reintegração familiar. Rafaela aponta para a questão das políticas públicas reconhecendo-as como fruto de um período histórico, de uma agenda política e de movimentos sociais: *“e aqui tudo é assim, tudo depende dos ciclos que a gente vai vivenciando, com as mudanças de governo. Tem um governo que tem um entendimento, que que é o nosso trabalho... tem outros que tem outro entendimento, que que é o nosso trabalho”*.

Esse comentário diz respeito à história do acolhimento institucional no Brasil. Rafaela, assim como Paula, está há mais de 25 anos na instituição. Por isso, ambas acompanharam, viveram e participaram de toda a reordenação do serviço a partir do ECA. Paula também expôs suas percepções sobre as mudanças propostas pelas políticas públicas no decorrer dos anos, *“isso [a reintegração] é uma situação... que acontece hoje com mais frequência, que acho que tem a ver com as políticas públicas, com a orientação das equipes”*, e reflete sobre o impacto disso na atuação profissional: *“Quando eu comecei no acolhimento institucional,*

até bem contestável, [o que se buscava] era uma adaptação do indivíduo àquela situação. Uma questão de trabalhar internamente, os abrigos. Já havia até um reordenamento do espaço físico, mas, num primeiro momento, o entendimento do trabalho ainda era um processo de adaptação. Não tinha nenhuma questão legal também que indicasse a brevidade do período de acolhimento". Poderíamos, a partir disso, questionar se a adaptação que era exigida dos acolhidos é, hoje, esperada das famílias? Essas mudanças na operacionalização do serviço são frutos, em partes, da centralidade que a criança assume nas políticas públicas ao serem compreendidas como sujeitos de direito, bem como as mudanças gradualmente impostas pelo ECA ao setor do acolhimento.

Apesar da mudança de paradigma que instaurou a convivência familiar e comunitária como um direito e a reintegração como a resolução preferencial frente ao acolhimento, os discursos de Paula e Rafaela parecem denotar um certo desamparo em relação ao que se espera do trabalho dos profissionais na FPE, especialmente no que diz respeito à reintegração familiar. Sobre isso, Rafaela diz: *"E hoje a gente tá assim, que que é o nosso trabalho? A gente tem dificuldade em muitas vezes saber o que que é o nosso trabalho, qual é a diretriz, qual é o fio condutor, o que a gente quer fazer aqui, né? Então naquele período a gente tinha mais claro que que é o nosso trabalho e a gente fazia assessoria aos municípios"*.

"Naquele período" se refere ao reordenamento do serviço iniciado por volta dos anos 2000. Ao ser questionada por que considera que havia maior clareza sobre o trabalho, ela responde: *"é alguns períodos porque depende do governo, depende da linha, né? De governo. Um governo que é...que dá, que dá, que valoriza a questão social, né? Que se importa, assim, 'ah, não, a gente quer trabalhar as famílias que tenham estrutura, que tenham condições e tal'...é um governo que a gente sabe o que a gente tá fazendo aqui. Porque daí nosso trabalho... a gente sim vai acolher, é de forma temporária, mas, por exemplo, os CRAS vão estar funcionando, CREAS funciona, tem estrutura, tem pessoas, tem telefone, tem um lugar, tu tem uma equipe, tu consegue dialogar com essa equipe, marcar reuniões... são as mesmas pessoas e tal. Tem governos mais liberais, né, neoliberal, que acham que não é a função do Estado. É essa parte de...a parte social, a parte de...né? É mais assistencialista"*.

Paula, ao falar sobre essas dificuldades, diz que *"também a gente tem essa questão assim... às vezes, de entendimento, eu conheci vários juizes e, né, estando na supervisão, é uma visão que a gente acaba tendo de todas as equipes e de todos os juizes. Então, os pensares são diferentes e o funcionamento é diferente, tanto das equipes de trabalho porque também não tem uma normatização da Fundação."* Esse conflito entre equipe e juizes foi bastante citado na entrevista dessa participante. Em relação a isso, ela conta um caso que já

havia se prolongado por mais de 6 meses em Experiência Familiar. Nesse caso a Experiência foi determinada judicialmente, sem a concordância da equipe, que até então avaliava que não havia possibilidade de desligamento: *“eu nunca vi um caso que demandasse tanto em Experiência Familiar, entendeu? Que foi um caso que foi decidido pela autoridade judicial, nem foi indicado pela equipe e que, bom, é isso, tá tendo que se dá muito suporte, se fazer muito presente...”*.

A entrevistada diz ainda, em outro momento, que *“Nem todos os juízes, isso é outro problema, eu acho, imenso, nem todos os juízes entendem que nós somos uma equipe de profissionais e temos especificidades nas nossas, que podem ser, claro, contestadas e criticadas, mas que nós somos os profissionais para avaliar determinadas questões e encaminhamentos. Podemos ser contestados na nossa qualidade, nos nossos encaminhamentos, sim, mas... cada um está numa posição, um papel e uma função diferente. E realmente, autoridade judicial é a má... autoridade máxima e não tem sempre essa consideração, sabe? Isso é bem complicado.”*

Em contrapartida, Camila elogiou a juíza com quem trabalha: *“nós temos uma juíza aqui que é bem bacana, sabe? Que é do nosso acolhimento. Ela entende, sabe? Ela entende perfeitamente [...] ela nos ouve. Respeita a nossa posição, sabe? E ela chama a gente para as audiências lá.”* Essa fala, juntamente com o exposto por Paula de que a Experiência Familiar que mais tem se estendido no tempo foi uma imposta pela autoridade judicial, revelam o incômodo dos técnicos ao terem seus saberes, avaliações e especialidades desconsiderados pela autoridade judicial.

Como percebe Paula, as divergências aliam-se à falta de normatização: *“nós tivemos um caso bem complicado, que a ideia era então sugerir uma Experiência Familiar, mas a gente viu a necessidade de fazer um contrato com o casal, né... para receber a criança, porque nós íamos formalmente combinar com eles. E aí eu fui procurar o que tinha [na legislação, orientações e políticas] e não encontrei. Não encontrei nada.”* A ideia mencionada, de fazer um contrato, demonstra as tentativas da equipe de encontrar em soluções burocráticas as garantias de que a Experiência Familiar vai dar certo e que a criança vai ser cuidada e protegida pelas famílias.

Somado à falta de orientação formal a respeito do processo de reintegração e Experiência Familiar, outro elemento muito evocado pelas entrevistadas foi o trabalho em rede. Luiza, Paula e Rafaela, ao serem questionadas sobre as maiores dificuldades experienciadas, enfatizam a fragilidade da rede em fornecer um suporte às famílias que tiveram suas crianças acolhidas. Luiza afirma que *“uma dificuldade muitas vezes que aparece*

é o atendimento da rede, entendeu? Acho que muitas vezes as famílias têm até condições de poder ter seus filhos de volta, mas elas precisam de um amparo maior do estado... falando do estado em termos municipais, estaduais, federais... né, pra terem um apoio maior, mais de perto, políticas públicas que possam ser mais consistentes em relação a isso. Eu acho que essa é uma das maiores dificuldades que a gente encontra. Porque parece que não tem onde ancorar, sabe? As coisas assim... que tu saiba que as coisas vão continuar andando, que a família vai continuar tendo assistência”. Paula sinaliza algo semelhante ao comentar que a função de “interlocutor” da equipe técnica precisa ser transferida para a rede “A gente transfere isso, que nem seria o nosso papel, né? Na continuidade, tem que ter uma outra ajuda, mas aonde já tem um vínculo e nada substituiu, naquele momento precisa ir [“ir” ao atendimento da família quando ela não tem na rede esse suporte]. Mas o entendimento da autoridade judicial daí já é outro. Já é ‘não, mas eles procurem outros espaços’ e se precisa voltar depois, adiante, volta [para o acolhimento]”.

Paula aborda essa questão enfatizando também as dificuldades mais especificamente da FPE: *“A capacidade de atendimento dos serviços, diria até a qualidade, mas... no sentido de não ter um profissional ou orientação a isso... a gente como equipe tem que ter a disponibilidade de tempo, de carro, de hora trabalhada para estar, às vezes, em mais proximidade, mesmo que não fosse tão grave, talvez, que devesse ter algum...alguma previsão disso, né? Eu acho que esse, assim, a gente fica muito sem um planejamento formal do trabalho, sabe?”*. Em outro momento, ao falar sobre a segurança proporcionada por um bom acompanhamento pós-acolhimento, a participante ressalta que nem sempre os serviços dão conta de assumirem os casos *“Mas, às vezes, é isso. Está atendido pelo SAF, até está bem atendido, mas está encaminhado para o CREAS, mas o CREAS não tem condição de assumir o caso naquele momento, porque, gente, isso é uma questão, as equipes foram enxugadas, né? As questões, eu acho que até com a pandemia, muita agora, assim, avalanche de outros problemas, né?”*.

Rafaela também tende a depositar na rede as dificuldades observadas: *“Teve épocas que nós pegamos que o CRAS ou CREAS não tinha telefone, né? Não tinha um local, não tinha um endereço. ‘Ah, onde vocês estão? A gente vai aí, a gente busca vocês para ir lá na casa da família.’ Nós, abrigo...temos que acabar organizando a estrutura que não é nossa, que nós não temos que organizar da família, a gente organiza a questão das crianças e adolescentes, cuida deles e organiza o contato com a família, mas quem vai acompanhar as famílias... mesmo quando as... exatamente após os crianças serem desligados e tal... é essa*

rede... da assistência [...] então se isso aí também não funciona, nosso trabalho de reinserção familiar é muito mais difícil, né”.

É apenas Bianca quem traz uma perspectiva diferente ao colocar o nível de exigência a que as famílias são submetidas⁷ como a principal dificuldade do processo de reintegração, assim como, a falha no alcance das demais políticas, especialmente no aspecto preventivo, *“infelizmente, depois que a criança vem para o acolhimento, às vezes, a gente percebe que se tivesse tido um investimento anterior, não precisaria ter chegado na medida extrema que é o acolhimento, porque o acolhimento é para ser uma medida extrema e provisória, né, e que talvez se tivesse tido outros investimentos anteriores, a família, a criança não precisava ter sido acolhida, isso acontece em alguns momentos.”.*

Quanto a esse aspecto, observei, especialmente nas três primeiras entrevistas, o que parecia ser uma tendência de deslocar a “dificuldade”, o “problema” para fora, para o outro. Parecia haver uma tendência por parte das profissionais de colocar o serviço de acolhimento como algo à parte, ou distanciado, como se as dificuldades, por exemplo, a carência de recursos e a falta de investimento não atingissem a FPE da mesma forma que atingem outras instituições como CAPS/CRAS/CREAS. A fala de Luiza denota esse sentido quando ela diz que “não tem onde ancorar” a família depois que o trabalho no acolhimento é finalizado, mesmo que, às vezes, segundo ela, as famílias tenham as condições para estarem com suas crianças.

Na releitura das transcrições das entrevistas percebi que a pergunta feita foi sobre as dificuldades observadas *durante* o processo de Experiência Familiar, mas os apontamentos foram mais direcionados ao serviço de assistência social *após* o desacolhimento, que, como disse Rafaela, é responsável por assumir nesse momento a frente do suporte fornecido às famílias. Esses aspectos parecem denotar uma fragmentação do olhar dirigido à situação, na qual a criança é cuidada na FPE e a família na rede. Nunes (2022) também constata que há pouca articulação entre as práticas de atenção às crianças e as práticas de atenção às famílias, o que gera efeitos diretos nas possibilidades de reintegração. Pereira (2020), nos 4 casos de destituição familiar analisados por ele, conclui que as ações dos serviços de assistência foram marcadas por descontinuidades, desarticulação e ausência de atendimento individualizado. Nos casos analisados, as famílias (mulheres) foram acompanhadas pela rede por um período médio de 8 anos, e mesmo assim, nenhuma delas encontrou destino diferente que não a perda do poder familiar. Além disso, pouco se falou, nas entrevistas aqui discutidas, a respeito das intervenções realizadas junto às famílias. Isto é, além do referenciamento à rede e das visitas,

⁷ Esse tema será desenvolvido no capítulo 5.4.

pouco se elaborou sobre de que maneira as famílias são escutadas, acolhidas e acompanhadas para que a reintegração seja viabilizada. Isso se evidencia na fala de Paula: *“A nossa parte [da instituição de acolhimento] tem que ser garantir... a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. Mas se conversar com o pessoal do serviço social já tem uma questão mais ampla. Então, a minha preocupação, isso é uma coisa que a gente vem falando e compondo aqui nessa equipe, bom, a minha preocupação tem que ser a segurança e o bem-estar da criança, em primeiro lugar. Agora, esse aspecto da família, daí algumas famílias criam uma aliança mais próxima, daí, com a equipe, né... E isso em alguns momentos se confunde, né? Porque daí a gente tem que chegar a dizer, ‘tá, mas isso não é questão de a gente...estar do lado de vocês ou não, a gente precisa ver se essa situação é viável para a criança, se vai ficar bem.”*

A partir de outro ponto de vista, Camila, ao falar da reintegração familiar, diz que ela é em si um processo difícil e que não ocorre com muita frequência. Essa foi a participante que demonstrou a perspectiva mais pessimista em relação à reintegração e até mesmo às condições das famílias que têm as crianças acolhidas. Logo no início da entrevista, ao falar sobre o trabalho no acolhimento, a participante diz que os técnicos poderiam fazer muito mais se tivessem *“Maior competência legal, assim, para definir, sabe? ‘Ele não volta. Esse pai não vem mais hoje’, sabe? ‘Essa mãe...’, essa destituição, não pode levar, o processo não pode ser... Aí é o tempo processual, não pode levar 2, 3 anos, sabe? [...] a gente conseguir ser mais eficiente nesse sentido, né? De determinação.”*. Nessa fala é possível observar que a entrevistada parece considerar a destituição do poder familiar como o fim desejado frente à medida de acolhimento, o que contrasta com a posição do restante das participantes que pareceram mais alinhados à indicação, presente na política, de que o retorno à família de origem é a preferência.

Sobre a reintegração, Camila diz: *“Às vezes, não tem como retornar para a família de origem, né? Como eu te disse, os processos de suspensão de destituição, que são longos, né? Não ocorre imediatamente a sentença de suspensão do poder... ficam às vezes, quase um ano dentro do acolhimento, mas sem a suspensão do poder familiar, ele é decretado, aí leva um tempo, aí a gente vai fazendo, tendo audiências trimestrais. A gente vai alimentando os processos deles com relatórios, com visitas familiares. Aí faz todo um apanhado, né? Da família, da família de origem, de pessoas que possam ficar. Mas, olha, é muito raro esse retorno.”*. Um pouco mais adiante na entrevista, ela complementa: *“é difícil a reintegração, mas voltam, de alguma maneira, tem que voltar. Porque se não voltam naquele período também, e vai ficando, e a gente vai deixando, deixando, deixando, eles voltam só com 18*

anos, porque é o máximo.”. Ao reler a entrevista me questiono se o *difícil* se refere a difícil que aconteça ou difícil que funcione, e também a que se refere esse *tem* que voltar. Parece que a percepção da entrevistada é de que o melhor seria destituir o poder familiar o quanto antes, mas já que isso não acontece, é preciso se “conformar” com o que tem: a família.

Em outro momento, Camila reitera as dificuldades, dizendo que os técnicos gostariam de ter a segurança de que, após reintegrada, a criança não retornará ao acolhimento, *“mas isso é muito raro”*. Entretanto, na sequência, a entrevistada estima que cerca de 30% das crianças retornam ao acolhimento. Apesar do número ser expressivo, ele não demonstra que uma reintegração bem sucedida é rara, como ela mencionou minutos antes.

Contrariando essa ideia, Paula ao ser questionada sobre a reincidência de crianças que estão em Experiência, responde: *“Não, não acontece... não acontece muito. Até porque eu acho assim... que o entendimento que as equipes têm também é de sim...por isso que toma tanto tempo, né... é de tentar ao máximo que funcione, né? Porque depois que foi, a gente entende que esse movimento para criança não é bom. Só quando realmente, ah, não tem... está em risco mesmo”*.

Apesar das dificuldades e dos “pontos negativos” terem sido abordados com maior frequência e em maior quantidade, algumas entrevistadas elencaram elementos positivos e potenciais do processo de desacolhimento. Boas alianças entre os serviços são um ponto de potência salientado por Paula: *“Alguns espaços a gente consegue ter essa tranquilidade de estar muito bem atendido pela rede [...] bem atendido, tanto estar atendido como estar bem atendido do ponto de vista de ter os profissionais, os profissionais estarem conseguirem ter a proximidade, por exemplo, ontem fomos fazer uma visita domiciliar, aí psicólogo e educador do CREAS: ‘nós vamos também’. Nos encontramos lá, então, assim, aí a gente vê que já tem essa proximidade da pessoa que vai seguir acompanhando. A pessoa conta com o, né... o seu familiar; contando com este apoio, valorizando também... bah, aí é outra segurança nesse processo”*. Além disso, Bianca observa que a Experiência Familiar possibilita uma maior aproximação do serviço de acolhimento, tanto das famílias, quanto da rede, nas palavras dela: *“eu observo, assim, que tem tido uma abertura muito maior com as famílias, as famílias têm visitado muito mais, do que do tempo que eu passei pelo abrigo, fiquei fora um pouco do atendimento direto com os acolhidos, e voltei, hoje em dia as famílias tão muito mais presentes, eu acho isso um avanço enorme, assim.”*

Até aqui busquei sintetizar uma compreensão a respeito da reintegração e como ela é concebida e trabalhada na instituição, para, nos capítulos seguintes, nos dedicarmos à análise de alguns pormenores. Ainda nesta temática gostaria de destacar o aparente distanciamento

mantido entre o serviço de acolhimento e as famílias, sob o argumento de que o trabalho deve ser realizado tendo em vista o melhor interesse da criança. A fragmentação do olhar dirigido à situação e a tendência a deslocar as dificuldades para fora da instituição denunciam as dificuldades observadas pelas profissionais em relação à complexidade das situações que se apresentam. Esse distanciamento se evidenciou quando, ao reler as entrevistas, me deparei com uma completa falta de menção à forma como as famílias se envolvem, para além da posição de objeto a ser avaliado, no processo de reintegração e de construção das intervenções propostas.

Podemos pensar, partindo do comentário de Luiza sobre não ter onde ancorar a família para que o trabalho da instituição de acolhimento seja bem-sucedido, que essa fragilidade poderia ser amenizada caso houvesse mais espaços de escuta para esses sujeitos. É isso que propõem Broide e Broide (2016) ao elaborarem o método baseado nas ancoragens do sujeito para o trabalho em situações de urgência social. *Ancoragens* é o termo eleito pelos autores - e também evocado por Luiza ao falar do trabalho com as famílias - para falar de uma metodologia de trabalho que permite “ampliar o raio de ação das intervenções a partir do sujeito na particular relação do técnico que o escuta” (p. 30), trata-se de uma escuta qualificada, para além dos ditames burocráticos, que busca, nos níveis psicossociais, sociodinâmicos, institucionais e comunitários, pelos “fios que amarram o sujeito à vida” (p. 30) para compor, a partir daí, as ancoragens possíveis.

No contexto do acolhimento, esse movimento parece que fica dificultado pela compreensão já estabelecida de que é a rede de assistência social que deve assumir o suporte de que as famílias necessitam. Dessa forma, outras possibilidades de ancoragem, no território, ou no próprio desejo dos familiares de reaver as crianças, passam despercebidas, uma vez que tecê-las exige, segundo Broide e Broide (2016), implicação, negociação e criatividade. Esse elemento é evidenciado pela fala de Paula ao se queixar da demanda burocrática do trabalho: “*eu não consigo mais ver as crianças, tô escrevendo a vida dos outros e eu não consigo ver as pessoas*”. Há, como constata Pereira (2020, p. 100), um assujeitamento dos técnicos às determinações judiciais e exigências burocráticas, “a urgência processual não corresponde ao tempo do planejamento e execução de ações que possam produzir efeitos significativos juntamente às famílias”.

Para que as possibilidades de ancoragem pudessem ser exploradas pelo serviço seria preciso, como sinalizam Broide e Broide (2016), uma reestruturação do trabalho, trazendo famílias e crianças para o centro das discussões sobre suas próprias vidas, levando em consideração também “a precariedade das condições de trabalho dos profissionais da rede de

proteção, a ausência de formação continuada, as relações de poder entre as instituições” (Pereira, 2020, p. 98). O trabalho com as situações sociais críticas demanda uma retirada dos sujeitos da invisibilidade e do silêncio, que os possibilite “encontrar nesse espaço institucional criado, entre o íntimo e o público, a potência da palavra” (Broide & Broide, 2012, p.17).

Apesar de que através da releitura das entrevistas o conteúdo obtido se mostrou bastante denso, durante as entrevistas tive a sensação de não expandir muito a compreensão a respeito, principalmente, da Experiência Familiar. Expressei até, durante uma orientação, que parecia haver uma obscuridade envolvendo o tema, uma dificuldade de falar sobre, de definir. Mas, como não haveria de ser difícil quando não existe nenhuma formalização que a defina em um campo de trabalho regido por políticas, orientações, documentos e leis? Não à toa, Paula enfatiza tanto as dificuldades geradas pela falta de normatização. Apesar das problemáticas impostas, é a burocracia que parece conferir segurança aos técnicos nos momentos de decisão a respeito da vida das pessoas com quem trabalham.

Joana, mencionada no item 5.1, na reunião presencial antes do início das entrevistas, logo após eu fazer menção ao tema, disse: “*mas você sabe que não existe Experiência Familiar, né?*”. A profissional se referia justamente à não existência do termo no campo das políticas públicas. Contudo, a Experiência Familiar está longe de não existir quando parece constituir a forma através da qual a reintegração familiar se organiza na instituição e também no campo jurídico. Mas, tomando a fala da assistente social, podemos concluir que é de fato difícil falar de algo que *não existe*.

Senti isso que chamei de obscuridade durante as entrevistas em momentos em que o tema parecia ser evitado; quando Luiza afirma, logo no início de sua entrevista, que esse não é foco de seu trabalho, quando depois diz que é difícil conceituá-la; quando Paula informa que há não consenso entre equipes e juízes sobre as práticas nesse processo. Essa percepção ressignificou as resistências observadas no período anterior às entrevistas, isto é, surgiu a questão para mim de que talvez as desistências, o não retorno, os esquecimentos, o desconforto causado na equipe e também a prematura negativa sobre a possibilidade de conduzir a pesquisa junto a uma família, pudessem de alguma forma se relacionar ao tema da pesquisa. Mas, por quê?

Uma hipótese para responder essa pergunta pode ser encontrada na entrevista de Luiza, citada no início deste capítulo, que ao tentar definir a Experiência Familiar diz que ela “*é a cereja do bolo do nosso trabalho*”. A entrevistada explica: “*Porque a gente conseguiu, no meio de todas as dificuldades que apareceram, de todas as discussões que foram feitas, a gente conseguiu fazer com que essa criança voltasse pra sua família de origem...acho que*

esse sempre é o grande desafio, sabe?”. Nessa perspectiva, todo o trabalho no acolhimento institucional é orientado para promover o retorno da criança à família de origem, o acolhimento deve ser uma medida provisória com o intuito de garantir a proteção integral da criança, mas, desde o momento que ela entra na instituição, os esforços passam a ser direcionados para viabilizar a sua saída, e de preferência para a família de origem. Em termos de políticas públicas, a primazia da reintegração familiar é o grande diferencial, a grande oposição em relação à lógica de enclausuramento que regia instituições como a FEBEM.

Portanto, pesquisar sobre esse assunto pode significar mexer naquilo que é mais caro do trabalho realizado na instituição, e que paradoxalmente é organizado através de algo que “não existe”. Luiza, ainda sobre a Experiência Familiar, diz que *“o grande desafio e o que essa equipe aqui ela... ela...foca, e ela... dá muito valor assim... é... poder fazer com que a criança retorne pra sua família, que ela não seja destituída, que ela não vá pra família substituta, que ela não permaneça no abrigo, né... então a gente trabalha muito com as crianças e com as famílias pra que isso possa acontecer de fato.”*. A fala pode denotar que a Experiência Familiar pode ser tida como um indicador de “sucesso” do trabalho dos profissionais. Desta forma, não surpreende que tratar do assunto com uma pesquisadora pode ser incômodo, ainda mais que, apesar de existir na prática, conceitualmente a Experiência Familiar parece ser muito frágil, o que pode demonstrar as fragilidades do próprio serviço. Por outro lado, como descrito no item 5.1, essas dificuldades e hesitações não foram encontradas no segundo NAR, que se mostrou bastante receptivo à proposta desde a reunião de apresentação do projeto, na qual Bianca reconheceu a importância da pesquisa justamente pelo trabalho com as famílias ser, nas palavras dela, “frágil”. Enquanto uma equipe pareceu não querer falar sobre o frágil, a outra, quis falar justamente por ser frágil.

5.3 O papel da equipe e a Experiência Familiar: entre o cuidado e o controle

Como descrito no capítulo anterior, a Experiência Familiar é uma ferramenta de trabalho desenvolvida no contexto da FPE-RS. Através das entrevistas, pude observar que esse momento se constituiu como uma tentativa de dar contorno àquilo que escapa do domínio das políticas públicas e comporta duas tarefas - não necessariamente distintas ou separáveis - às quais os técnicos da instituição são convocados a responder: a da proteção e a do controle. Por isso, neste tema, busco descrever como sentimentos como receio, temor e conflitos, provocados pela responsabilidade que essas profissionais detêm ao ocuparem a

função de avaliar a capacidade protetiva das famílias, apareceram nas entrevistas. E ainda, de que maneira se apresenta a prática da Experiência Familiar.

Como exposto por Paula, o principal objetivo do trabalho no acolhimento institucional é a “*garantia de direitos da criança e do adolescente*”. Por isso, o que se busca é a “*superação daquilo que foi trazido como o maior empecilho*” (Rafaela). Transpor esse empecilho, segundo Paula, ocorre, em partes, através da capacidade de autocrítica da família, ou seja, o entendimento e a mudança da situação que levou ao acolhimento. Nesse cenário, a equipe se encontra na posição de garantir tanto o direito à convivência familiar, quanto a proteção da criança, o que demanda dos técnicos uma avaliação da capacidade protetiva das famílias.

Essa situação foi chamada por Paula de “dupla função”: “*porque nós também temos uma dupla função aí diante das famílias, por um lado de dar esse apoio e promover essa organização. Por outro lado, fiscalizatória, né?*”. Ela expôs as dificuldades que essa característica impõe ao trabalho, uma vez que as famílias, por medo de que seus filhos voltem para o acolhimento, passam a esconder informações durante a Experiência Familiar. Paula exemplifica que há um caso em que “*a mãe nos coloca as dificuldades, mas quando a gente diz ‘bom, então quem sabe retorna [para a instituição]’, vamos pensar, né, no possível retorno, aí ela já não expõe mais as dificuldades, porque ela entende que ela tem que assumir isso e a criança ficar com ela. E aí, como é que a gente... Tem a garantia que está nos chegando as informações também, então tem que ficar acessando... nós também, né? Criar uma relação com os outros serviços que possam olhar e nos trazer então essa informação.*”. Desta forma, a tarefa de avaliar prejudica o relacionamento estabelecido entre família e equipe, bem como a capacidade de confiança de uma na outra.

Esse elemento fica mais evidente quando, ao responder sobre o que se espera da família para ser possível promover a reintegração, Paula ressalta novamente o problema: “*porque a família...que deseja muito estar com a criança quando isso está presente, nem sempre vai... dizer das dificuldades que está enfrentando. Então é importante também ter com quem as pessoas possam falar. Isso que eu acho que é um ponto fundamental, sabe? Porque a gente encontra gente muito sozinha. As pessoas têm que poder falar com alguém... das suas dificuldades, com quem não vá avaliar isso, né... e aí isso ser... esse é um impasse que fica entre a proximidade do apoio da família... e a gente tem que avaliar se isso está dando certo ou não está dando certo [...] Acho que isso é o que talvez a gente precise ver melhor, né... é o que objetivamente a gente vai avaliar, né? É que quando a gente propõe a Experiência*

Familiar, quando é proposta por nós, a gente já vê que a família já tem... uma condição de, sim, ter superado uma situação mais aguda que levou ao acolhimento”.

Paula informa que isso se relaciona também com as dificuldades observadas na rede, uma vez que há uma área cinzenta para a família entre buscar suporte e prestar contas. De acordo com sua análise, isso pode levar a uma não aderência aos serviços: *“adere até que sentido, né? Seja porque tem um entendimento que tu tem que responder a uma determinação e tem que ir lá prestar conta da sua vida, ou, seja porque realmente usam também o apoio e muita gente precisa e usa... passa a ter uma referência assim nesses espaços... que aí é uma questão super importante e positiva, e que tranquiliza também, né, pra gente propor um desligamento depois”.*

É justamente nessa dificuldade que a Experiência Familiar surge, como diz Paula, como um período de ajustamento e uma tentativa de superar a fragmentação entre atenção à família e à criança: *“Mas o fato é que quando a gente tá... se coloca em Experiência Familiar, teoricamente a gente acha que daria para quase ser desligado e a Experiência Familiar seria... um período de ajustamento para a gente ter mais segurança nesse processo [...] Mas eventualmente as famílias não conseguem se organizar. E aí a gente vai propondo... a continuidade da Experiência Familiar, porque daí as famílias têm a referência na equipe”.* Sobre esse momento, Rafaela diz que *“a gente foi criando esses modelos por causa da experiência que a gente foi tendo, vendo que isso não dá certo. A Experiência também tinha esse cuidado assim, né? Bom, e se a gente vai lá e diz, tá tudo ótimo, a rede parece que está dizendo que tá tudo bem, passou um tempinho, deu problema, volta... e isso acontecia, né? Não é nem da gente saber, era de acontecer, né? [...] era desligado porque se encontrou a família, tá ok, foi. Passava um tempinho, às vezes muito pouco tempo, um mês... menos, tava voltando porque tinha outra denúncia, não sei o quê, pô, o que que aconteceu? Da onde que tava tudo bem e não tá tudo bem? Não, na verdade, tem a família, eles querem muito, mas não tem condições... então, quem sabe a gente faz uma experiência”.*

Foi possível observar também que a Experiência Familiar torna menos trabalhoso o retorno ao abrigo, caso o processo de desacolhimento não saia bem, como afirma Paula: *“E a gente sabe que no período de Experiência familiar, e isso já aconteceu aqui recentemente até, se a gente vai fazer uma visita ou tem uma informação que está com alguma situação que a criança tá exposta, que tem uma situação de vulnerabilidade e tal... a gente traz de volta e só informa [a autoridade judicial] que trouxe de volta e... então, voltamos para o período anterior ou tem que se rever o que é possível naquele momento, fazer um outro plano. Então a gente sabe que a gente tem essa autonomia e essa responsabilidade... que nem sempre é fácil*

a gente avaliar, porque a repercussão disso na vida das pessoas e de uma criança, ficar indo e voltando... é pesado.”. O que por um lado produz facilidades do ponto de vista burocrático, por outro pode produzir inseguranças na equipe, o que fica evidente na hesitação presente na fala de Paula, “Porque enquanto é Experiência Familiar, a guarda continua com o abrigo. Por isso que dá essa mobilidade e mantém esse grau de responsabilidade tanto quanto se estivesse aqui, mas é isso, não está cuidado por nós... Então...”.

Quanto a esse processo de avaliação, Paula sinaliza mais uma vez as dificuldades inerentes à falta de normatização: *“O ponto que as pessoas acham... nas audiências a gente vê isso, né, que é um ponto de desligamento ou não, e que é um ponto de proibição, que é um ponto de destituição... nem sempre é um consenso, nem na equipe, né, gente com gente, né, nem... com cada juiz diferente, por isso que muitas vezes, sempre que possível, a gente pede também, por exemplo, a avaliação da... psicóloga social, do juizado, né? Pra gente ter uma visão de fora... e com mais neutralidade também a respeito dos casos pra poder contribuir nessas decisões, né? É muita responsabilidade, a gente tá decidindo a vida dos outros, né?”.* Podemos pensar, a partir da frase destacada acima, que essa demanda por orientações formais seja uma forma de aliviar as dificuldades vivenciadas pelos técnicos, bem como o peso da responsabilidade de decidir os destinos das famílias e crianças. A fala da participante evidencia o sofrimento e os efeitos dessa responsabilidade vivenciados pelas profissionais. Por isso, ao se queixar da falta de orientação formal e consenso, recorrer ao burocrático pode ser uma maneira de tentar aliviar o peso de se sentir responsável pelas vidas desses sujeitos.

Quanto à organização do trabalho, frente à falta de formalização, Luiza esclarece que as decisões costumam ser tomadas através de discussões em equipe, considerando as particularidades de cada situação: *“cada núcleo se organiza de acordo com as características de cada equipe assim. Como cada equipe enxerga... porque muitas vezes a gente tem nossas reuniões técnicas, às vezes também reuniões de discussão de caso, então através daí a gente faz nossas discussões e vai chegando num consenso de como deve acontecer em cada situação. É sempre através dessas discussões que a gente toma as nossas decisões... e cada caso é um caso, né... cada caso tem suas particularidades.”.*

Tendo em vista o exposto, podemos considerar que a Experiência Familiar parece se situar em um lugar *entre*:

1. *Entre* o que está previsto e regulamentado pelas políticas públicas e aquilo que a realidade apresenta. Ou seja, há uma orientação genérica que indica que, após a reintegração, a família deve ser acompanhada por um determinado tempo. Já a Experiência Familiar é uma formulação própria da FPE-RS. Foi construída a partir das

vivências na instituição, não está totalmente submetida a um regramento, e, justamente por isso, permanece aberta ao novo, à reformulação, às contingências do caso a caso. Se, por um lado, isso permite que os profissionais construam suas práticas a partir do inesperado e da potência do que não é apreensível teoricamente, por outro, abre espaço também para interpretações carregadas de preconceitos e valores morais. Isso ocorre, por exemplo, com a noção de negligência, como aponta Pereira (2020), usada de maneira indiscriminada nos serviços de acolhimento, o que acaba por reforçar a “culpabilização e criminalização de famílias vivendo em contextos de pobreza, não necessariamente negligentes, mas negligenciadas no atendimento de suas necessidades básicas” (p. 34).

2. *Entre* instituição (público) e família (íntimo). Como momento de transição da criança entre esses dois espaços, no qual a convivência com a família é retomada, mas a guarda da criança permanece com a instituição.
3. *Entre* técnicos e familiares. Como espaço de mediação entre famílias e técnicos que precisam, em conjunto, se responsabilizar pela criança.
4. *Entre* proteção e controle. Como ferramenta que visa tanto fornecer suporte às famílias quanto avaliá-las e monitorá-las, numa lógica que, ora busca assegurar a constituição do sujeito, ou seja, proteger a infância, ora assegurar mecanismos de sujeição, isto é, controle de famílias pobres (Rosa, 2022). Cabe mencionar aqui os dois sentidos que o termo Experiência familiar evocou nas falas das participantes entrevistadas. O primeiro, o sentido de “*quem sabe a gente faz uma experiência*”, como disse Rafaela, isto é, a família como objeto de uma experiência da equipe que visa ter segurança para efetivar o desligamento definitivo. E segundo, o sentido de “*oportunizar uma experiência*”, como falou Luiza, em que a criança e familiares terão a oportunidade de experimentar a família, quer dizer, ter uma experiência de família novamente.

Posto isso, proponho uma aproximação da ferramenta da Experiência Familiar ao conceito de espaço potencial de Winnicott. Segundo o autor, há uma relação direta entre os fenômenos transicionais, o brincar e as experiências culturais, já que todos se desdobram no *entre* realidade interna e externa, no espaço potencial. Na leitura de Serralha (2019, p. 159), “Winnicott refere derivar dos fenômenos transicionais, não as experiências culturais, mas a terceira área na qual essas experiências culturais podem acontecer”, isto é, no espaço potencial. Nas palavras do autor: “Experienciamos a vida na área dos fenômenos transicionais em que a subjetividade e a observação objetiva se entrelaçam, e na área intermediária entre

realidade interna do indivíduo e a realidade compartilhada do mundo” (Winnicott, 2019d, p. 107).

Serralha (2019) faz uma densa revisão do conceito de espaço potencial em Winnicott e seus estudiosos e afirma que há diferentes interpretações e formas de conceber a teoria. Por fim, a autora elabora uma definição que vale a pena ser citada na íntegra:

Pode ser que a melhor forma de se compreender a teorização de Winnicott, seja tomar o espaço potencial como o locus de um processo psíquico evolutivo, sustentado por um ambiente facilitador e que constitui inicialmente uma área intermediária, que é mãe e bebê – área de ilusão –, onde os fenômenos transicionais passam a ocorrer, podendo se materializar em objetos transicionais, com ambos – fenômenos e objetos – evoluindo, no interior da linha que divide o interno do externo, para o brincar, para o brincar compartilhado e, na sequência, para as experiências culturais. Dessa maneira, todo o processo ocorreria no espaço potencial, ao mesmo tempo que se consistiria no espaço potencial, não podendo nenhuma parte desse processo ser entendida única e exclusivamente como esse espaço. (Serralha, 2019, p. 168).

Portanto, essa terceira área, entre interno e externo, se constitui como um "playground intermediário" (Winnicott, 2019e, p. 83). *Playground*, justifica Winnicott, pois é onde a brincadeira (no sentido do brincar enquanto espaço potencial criativo) começa, quer dizer, o espaço potencial será preenchido quando houver confiança no ambiente, por um viver criativo, que permite ao sujeito

encarar a realidade de forma simbólica, facilitando sua responsabilização e a busca por soluções criativas para problemas complexos, sendo possível com os próprios elementos da realidade, de forma material e simbólica, levar aos extremos os limites que advêm das dinâmicas da estrutura social na qual está inserido (Silva, 2022, p. 250).

Um dos aspectos fundamentais relativos ao espaço potencial é a confiança, ou a confiabilidade no ambiente, isto é, “O espaço potencial entre bebê e a mãe, entre criança e a família, entre indivíduo e a sociedade ou o mundo, depende de experiências que levem à confiança” (Winnicott, 2019b, p. 166). Um ambiente confiável permite à criança transpor a ilusão de onipotência e ingressar na realidade compartilhada. Winnicott (2019g), ao teorizar sobre o uso do objeto, afirma que é o movimento de passagem entre a etapa de relação de objeto para o uso de objeto que o confere externalidade. Paradoxalmente, é necessário que a realidade externa seja suficientemente constante, o que implica ser confiável, para haver esse desdobramento. Nessa perspectiva a relação de objeto antecede o uso, pois é marcada pela prevalência da ilusão de onipotência. Ou seja, a relação de objeto se dá quando o bebê

percebe a realidade como uma produção sua, indiferenciada de seu ser. Por outro lado, usar objetos, ou seja, intercambiar com o meio, depende da compreensão do objeto como uma coisa em si, sua natureza, características e comportamentos (Winnicott, 2019g).

Para que isso ocorra, e a criança seja capaz de trocas com o ambiente, é preciso que o objeto subjetivo, fruto da onipotência, seja destruído. Segundo Winnicott (2019g) destruir o objeto é parte da criação da realidade, uma vez que coloca o objeto para fora do eu. É, portanto, uma capacidade a ser desenvolvida e depende de um ambiente suficientemente bom, para que seja possível ao bebê transpor o choque da perda de sua ilusão de onipotência (Winnicott, 2019a). No texto *O brincar: proposição teórica*, Winnicott (2019e) afirma que o estado de confiança surge quando a mãe (ambiente) se sai bem nessa tarefa de oferecer aquilo que o bebê está prestes a encontrar, e que, quando destruída na onipotência, possa ser objetivamente percebida.

Essa tarefa de criação de uma realidade que preexiste é a base de um viver criativo de que fala Winnicott (2019a), que define a criatividade “como uma coloração das atitudes em relação à realidade externa” (p. 108) afirmando que ela se relaciona com a forma que o sujeito irá abordar a realidade objetiva. Para um viver criativo é preciso uma provisão ambiental suficientemente boa. É, portanto, a confiança na constância que oportuniza a passagem da dependência à autonomia, pois onde há confiança, há espaço potencial que pode ser preenchido criativamente. Vivenciar a constância leva o bebê a se sentir seguro, e essa segurança permite a separação entre eu e não eu (Winnicott, 2019f). A medida da constância é, segundo o autor, revelada através da adaptabilidade do ambiente. Segundo Serralha (2019, p. 158):

A percepção, portanto, do objeto como não eu, como externo ao eu, parece ser o que possibilita a criação do espaço potencial entre a criança e o meio ambiente (o objeto), embora esse espaço aconteça apenas se houver um sentimento de confiança da criança em relação ao objeto, que é possibilitado pela sobrevivência – não retaliação – deste aos seus impulsos destrutivos.

No desenrolar desse processo, de acordo com Winnicott (2019c), o cuidado humano devoto não escapa, mas também não prescinde das falhas. Isto é, como afirma Dias (1999, p. 285), “Caberá à mãe falhar ao bebê [para romper com a ilusão de onipotência] sem, no entanto, falhar na confiabilidade”, nesse sentido, o ambiente mostrar-se-á confiável na medida em que corrigir suas falhas e proporciona, como afirma Serralha (2019, p. 161), um “desilusiamento” bem dosado. A confiança é o que permite que as falhas do ambiente sejam superadas e contornadas. Paradoxalmente, as “correções” das falhas, por parte do

ambiente/objeto, fortalecem o sentimento de confiança. Segundo Winnicott (1960/1983) as falhas tornam o bebê perceptivo, não da falha em si, mas de quaisquer que sejam seus efeitos, torna-se, portanto, hábil a reagir a algo. Portanto, sugerir que a Experiência Familiar opere como um espaço potencial não quer dizer que os profissionais devem estar em absoluta adaptabilidade às necessidades e demandas da família, mas sim que estas consigam encontrar o suporte para a construção de alternativas criativas para seus problemas e dificuldades.

Pensando na aplicabilidade do conceito em contextos institucionais, recorro ao trabalho de Santos e Casetto (2022), que investigaram se o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) reuniria as condições necessárias para formar um espaço potencial aos seus usuários. Os autores ressaltam que, para haver espaço potencial, é necessário haver aquilo que Winnicott caracteriza como as funções de um ambiente suficientemente bom: a) *holding*, como o suporte físico e psíquico que permite a emergência de sentimentos de previsibilidade e estabilidade; b) *handling*, como adaptação ativa, gradualmente diminuída, às necessidades do bebê/indivíduo; e c) apresentação de objeto, como a gradual apropriação e intercâmbio com os objetos do meio e a realidade compartilhada. Os autores concluíram que o *holding* pode se apresentar, no CAPS, por meio do acolhimento, isto é, a primeira relação do usuário com o serviço, bem como a oportunidade de estabelecer vínculos de qualidade, ao mesmo tempo que a instituição fornece um suporte físico no seu espaço. *Handling* foi associado às ferramentas como o Técnico de Referência e o Projeto Terapêutico Singular que buscam, dentro das necessidades individuais, fornecer o suporte necessário aos usuários. A apresentação de objeto foi observada na oportunidade do usuário de “desenvolver vínculos com o serviço e utilizar objetos derivados dessa relação” (p. 1066), tais como, exemplificam os autores, a amizade e relações de afetos construídas com outros usuários.

É importante frisar que essas funções não se apresentam, tanto na relação mãe-bebê pensada por Winnicott, quanto nas instituições, como proposto por Santos e Casetto (2022), de maneira separada e em progressão linear de uma para outra. Tendo isso em vista, as qualidades de um ambiente suficientemente bom podem ser observadas, no acolhimento institucional, na medida que a Experiência Familiar disponha de técnicas e ferramentas que se alinhem às necessidades das famílias. Utilizando o exemplo fornecido por Paula⁸ sobre a família que a aciona pelo WhatsApp com frequência, estar à disposição para tirar dúvidas e auxiliar em dificuldades ou conflitos pode ser uma maneira de fornecer sustentação para a família até que ela possa se desvincular do serviço. O desacolhimento gradual e a progressiva retomada do convívio, bem como a articulação intersetorial e a orientação quanto aos serviços

⁸ Página 43.

disponíveis na rede para atender as demandas da família, entre outros, podem se constituir como ações que colaborem com a construção de um espaço potencial.

Pensando na aproximação entre Experiência Familiar e o conceito de espaço potencial, podemos também inferir que as dificuldades relatadas pelos técnicos ao falarem de Experiências longas, com dificuldades de desligamento, podem indicar um encurtamento desse espaço. Ou seja, a falta de confiança da equipe na família, e vice-versa, restringe a capacidade de que o espaço existente *entre* elas seja explorado criativamente. Falta de confiança esta que se traduz, do lado da equipe, na ausência de segurança para desligar a criança, e do lado da família, na omissão de informações a fim de evitar que a criança retorne à instituição.

Outra dificuldade nesse sentido é que o projeto interventivo, as ações executadas pela equipe e o que é esperado das famílias, tende a ser apresentado em uma lógica hierárquica, onde a equipe, na posição superior, demanda e avalia. Pereira (2020) constata isso através de seu levantamento documental que revela que as famílias que perderam o poder familiar não foram incluídas na elaboração de seus projetos interventivos. Além disso, o autor destaca que a maioria desses documentos era de natureza avaliativa das habilidades parentais. Sendo assim, as exigências de adequação tendem a chegar de fora para o interior das famílias como uma prescrição, pouco construída em conjunto, impedindo outras elaborações possíveis. No que tange ao espaço potencial, Winnicott (2019b) alerta que, quando ele é preenchido com coisas introjetadas de fora, corre o risco de ter seu potencial criativo diminuído. Nessa perspectiva, explorar a Experiência Familiar como possibilidade de escuta e reconhecimento do potencial das famílias pode ser o caminho para que as intervenções encontrem as reais necessidades dos sujeitos e que, a partir disso, possam se construir criativamente alternativas para estar junto.

Dadas as circunstâncias em que a Experiência Familiar opera, a “dupla função”, isto é, o controle e a proteção, estão em uma relação indissociável, são dois lados da mesma moeda. O que podemos problematizar a partir disso é que o lado “negativo” das dificuldades (falta de normatização, dificuldade de confiança entre técnicos e familiares, etc.), parecem ofuscar, no discurso das participantes, o potencial da Experiência Familiar. Broide e Broide (2016, p 20) defendem que a política pública deve se constituir como “condição-suporte de singularização” e talvez resida aí a grande potência da ferramenta da Experiência Familiar: ser explorada como espaço de escuta das famílias, estabelecimento de vínculos entre técnicos e familiares, construção conjunta das possibilidades de estar com as crianças, superação da fragmentação do cuidado ofertado pela rede, entre outras, para que a Experiência Familiar como espaço

potencial possa ser aquilo que “capacita o sujeito a ser criativo de acordo com as ferramentas dispostas no seu dia-a-dia” (Silva, 2022, p. 249). Talvez a Experiência Familiar deva ser tomada e investida como aquilo que Nunes (2022, p. 16) fala sobre o trabalho psicanalítico no campo do acolhimento institucional, isto é, uma “possibilidade de abertura em relação aos ditames protocolares e normatizantes do judiciário e da assistência social” apontando “para uma ética que sustenta a escuta dos sujeitos como singulares produzindo um furo neste saber prescritivo que ser quer totalizante”.

A Experiência Familiar, ao dar contornos ao que escapa do domínio das políticas públicas, parece se colocar como tentativa de atenuar a impossibilidade da equipe de ter certeza e segurança em relação ao retorno da criança à família. Isso fica evidente na fala de Bianca, ao descrever a Experiência Familiar, como a possibilidade de “*realmente poder fazer uma avaliação melhor de se essa aproximação é realmente saudável e se a família realmente consegue dar conta das necessidades da criança, né... Então, geralmente é uma fase necessária, é muito difícil hoje em dia a gente conseguir fazer uma avaliação do retorno da criança para a família sem ter esse período gradual de reaproximação, assim, sem ter a experiência familiar, né... Então, normalmente ela é muito necessária, né?*”. A repetição de palavras denota esse sentido de busca por garantias de algo que, em última instância, não é possível garantir, pois, “não existe uma forma de organização familiar ideal que possa garantir as condições necessárias à constituição do sujeito. Na família não há garantias, independente das configurações pelas quais ela se apresente” (Teperman, 2022, p. 91). Por isso, talvez o caminho possível seja tomar a Experiência menos como um experimento da equipe e mais como um investimento na possibilidade de que as famílias tenham boas experiências familiares.

5.4 Padrões e ideais evocados para possibilitar a reintegração

“Então, às vezes eu acho que é uma cobrança meio desmedida, meio cruel, às vezes eu acho, sabe? Com esse padrão de exigência que se faz com essas famílias. Que é uma coisa meio... Parece que é pra não dar. Sabe? Às vezes eu acho que parece que é pra não dar certo mesmo.” (Bianca).

Um importante elemento a ser destacado nas entrevistas é a dimensão daquilo que é posto como exigência para que as famílias sejam consideradas aptas a reaver suas crianças. Esse tema se entrecruza com as avaliações a que as famílias são submetidas, e denota,

sobretudo, o atravessamento de classe presente no contexto do acolhimento e em especial no processo de reintegração das crianças. Portanto, neste capítulo buscarei apresentar os ideais e os padrões evocados, nas entrevistas, para possibilitar o retorno da criança à família de origem e de que maneira isso influencia as intervenções da equipe, que parecem, por vezes, não ir ao encontro da realidade das famílias com que trabalham.

Essa temática foi abordada principalmente por Bianca, que falou sobre o assunto em três momentos de sua entrevista. Primeiramente, ao falar da Experiência Familiar, da aproximação entre técnicos e familiares e da avaliação conduzida nesse momento a fim de produzir uma reaproximação gradual, ela diz: *“Até porque muitas vezes o que levou a criança ao acolhimento, a avaliação que se fez para a criança chegar no acolhimento, às vezes, pode ter sido, às vezes, uma avaliação muito exagerada, né, daquela família, uma exigência então, muito grande com aquela família, né, que às vezes chegando aqui no acolhimento a gente vê, bom, também a gente não vai ter famílias perfeitas em todos os contextos, né, se a gente for pensar num ideal de família, então todas as crianças, talvez, das famílias... vão ser pouquíssimas crianças que não vão ser acolhidas, né, então a gente também vai um pouco, às vezes, tendo que desmistificar um pouco esse ideal de família, depois que as crianças chegam no acolhimento e ir se aproximando das famílias. Bom, a gente vai parar para pensar... se a gente vai parar para pensar numa família idealizada, então, né, a gente também tem que ir desconstruindo um pouco, né, às vezes, assim, tem crianças que são acolhidas por pobreza, que a gente sabe que hoje em dia não é mais um motivo de acolhimento, não pode ser, mas, infelizmente, às vezes, acontece ainda, né, ou por uma criança não ir na escola”*.

Ao ser questionada sobre o que seria esse ideal com o qual é preciso romper, Bianca responde: *“Eu acho que um ideal que tem muito é a questão, assim, do trabalho, [...] a família pra reaver os seus filhos, tem que ter uma estabilidade financeira. Isso é meio que uma condição, inclusive judicial, assim, inclusive, né, acho que a prim... se não é a primeira, uma das primeiras coisas que é questionado por um juiz, uma audiência, ‘no que... qual é o seu trabalho, qual é a sua renda?’, né, então, é requisito, pra ti poder ter os teus filhos de volta, é ter uma renda fixa, né, o que a gente sabe que na nossa condição atual do nosso país, não é uma coisa assim, né, tanto uma escolha [...] tem uma coisa meio assim, eu sinto às vezes, ‘ai, tu vai deixar naquela família humilde, ou tu vai proporcionar adoção?’, principalmente em crianças menores, né, ai, tipo, ai, tá, até a família é direitinha, gosta da criança, mas, ai, ela pode ir pra uma casa que ela vai ter videogame, vai ter internet, vai ter escola particular, né, então, ‘ai, vamos mandar pra adoção’, né, tem um pouco disso, né, especialmente com crianças menores, eu sinto que tem muito isso assim, né, pra que a gente*

vai deixar a criança, tá, a família é afetiva, é direitinha, mas, podendo mandar pra uma família, que vai ter, né, proporcionar escola particular, carro, computador, celular, internet, clube, porque eu vou deixar, né, na família direitinha, mas, né, que mora na periferia, né, então, eu percebo que tem uma coisa assim, especialmente essa condição econômica, eu percebo que é uma coisa, principalmente em crianças menores, que tem essa idealização”. Ser *direitinha* parece se referir, na fala da entrevistada, a ter um bom vínculo com a criança, ser afetuoso e garantir seus direitos, o que por vezes, na percepção de Bianca, não é suficiente para garantir o retorno à família de origem, especialmente quando a criança tem possibilidade de ser adotada por uma família que vai além de *direitinha*.

Posteriormente a participante acrescenta ainda que há ainda *“umas coisas que às vezes são meio mascaradas, que eu acho que tem melhorado muito. A gente, que, por exemplo, eu aqui já acompanhei duas adoções homoafetivas, por exemplo, casais homoafetivos, mas tem um pouco daquela coisa, assim, do ideal ainda ser um casal heterossexual, né, tem ainda, né, tipo, ah, se é um casal monoparental, ainda tem estranhamento, né, se é um casal homoafetivo, algumas pessoas ainda olham meio estranho, né, se é uma mãe solteira, ou se é uma mulher um pouco mais, se é uma pessoa um pouco mais velha, também tem ainda, acho que um preconceito meio etário, assim. Avançou, ninguém deixa de adotar por causa disso, mas ainda tem o estranhamento, porque todo mundo espera que chegue um casal heterossexual, né, padrão, né, bem estabelecido financeiramente”*. O ato falho de Bianca, ao chamar família monoparental de *casal* monoparental, indica o quão presente é o ideal de família no imaginário de quem atua no contexto do acolhimento, mesmo com aqueles profissionais comprometidos com práticas críticas e não excludentes.

O grande diferencial trazido por Bianca, em relação às demais entrevistadas, foi a respeito das dificuldades observadas por ela no processo de reintegração familiar. Apesar de tecer comentários a respeito de falhas no alcance de políticas públicas que pudessem evitar situações de acolhimento, o principal dificultador identificado por ela foi o nível de exigência a que são submetidas as famílias que procuram reaver suas crianças: *“talvez o principal impasse seja, assim, às vezes, é o nível de exigência com as famílias, sabe? Porque, às vezes, eu fico pensando, assim, se eu tivesse que fazer tudo que essas famílias, que pedem para essas famílias fazer para ter os filhos de volta, eu não conseguiria fazer. Sabe? Porque daí é tipo, tem que ir no CRAS, tem que ir no CREAS, tem que ir no CAPS, tem que ir nisso, tem que ir no reforço da escola. Se eu tiver que fazer isso tudo com o meu filho, por exemplo, eu não conseguiria [...] E trabalhar, quarenta horas por semana. Então, assim, eu às vezes acho que é um nível de disponibilidade... e essas famílias também, gente, a primeira coisa de tudo*

é se esses familiares têm trabalho, essa família tem que trabalhar, tem que ter renda. É a primeira exigência. Mas nesse trabalho a família vai ter que ter tempo de levar o filho na escola, de levar no reforço, de levar na psicóloga, daí o pai, ou a mãe, o familiar tem que ir no CAPS, tem que ir no CREAS, tem que ir no consultório, tem que ir não sei aonde. E qual é a família que consegue fazer isso? E uma família monoparental, muitas vezes. [...] Se eu tiver que levar meu filho toda semana no CAPS, no reforço, não sei o que, não sei o que, não sei o que, eu não faço. Então eu também sou negligente. Então, às vezes eu acho que é uma cobrança meio desmedida, meio cruel, às vezes eu acho, sabe? Com esse padrão de exigência que se faz com essas famílias. Que é uma coisa meio... Parece que é pra não dar. Sabe? Às vezes eu acho que parece que é pra não dar certo mesmo. Né? ”.

Próximo ao final da entrevista, ao falar sobre a diferença no trabalho com bebês e crianças no que tange à Experiência Familiar, Bianca comenta que, apesar de ser menos comum, a equipe do NAR em que ela atua já havia conseguido fazer com que um bebê retornasse à família de origem. Ao contar essa história, a entrevistada fornece um exemplo concreto da maneira como o recorte de classe incide sobre o processo de acolhimento e, conseqüentemente, de reintegração: *“Já aconteceu dois casos, por exemplo, de mães que eram de classe social mais baixa, assim, que foi feito teste, por exemplo, toxicológico na maternidade e, por exemplo, acusou positivo. Alguém do Moinhos de Vento⁹ faz teste toxicológico? Eu ganhei meu filho no Moinhos de Vento [...] Ninguém fez teste toxicológico comigo [...] E aí as crianças foram acolhidas [...] Isso é motivo de acolhimento? E as assistentes sociais dos hospitais encaminharam relatórios pra adoção [...] Tu é de certa classe social, tu é de certa raça, tu tem que passar por um toxicológico? Eu, branca, no Moinhos de Vento, não tive toxicológico. Por que que elas têm que passar pelo toxicológico? Não tô dizendo que criança que mãe que positivou tem que ficar com filho, não é isso [...] Mas que uso foi esse? [...] Uma dessas mães, a gente conseguiu, ela trouxe os comprovantes, enfim, a gente fez visita, bararã, bararã, e ela ficou com a filha. Tá com a filha, tá com a filha... Então, claro que a gente fez acompanhamento, ela trouxe os comprovantes do CAPS, tava acompanhando pela rede, né, mas... Quantas dependentes químicas podem ganhar os seus filhos em hospitais particulares e nunca terem sido investigadas, e talvez sejam dependentes químicas crônicas? Entende? Então, acho que tem um recorte nisso, também, sabe? Então... Eu acho que a questão do acolhimento ainda tem um recorte social muito grande.”.*

⁹ Hospital particular, situado em bairro nobre de mesmo nome em Porto Alegre/RS.

A participante ainda dá outros exemplos que ilustram a dimensão da diferenciação social presente no acolhimento institucional: *“Eu me lembro que aqui mesmo, na outra vez que eu passei por aqui, tinha um... dois irmãos que foram acolhidos porque não iam na escola. Esse é motivo do acolhimento? Criança tem que ir na escola, direito fundamental [...] Não é essa a questão. Mas crianças que não vão na escola tem que ser acolhidas, que é uma medida extrema? Não, né? [...] Eu vejo muito recorte social, assim, na questão do acolhimento. Tipo, várias questões que vão, tipo, criança em escola pública que não vai para o atendimento psicológico: vai denúncia pro Conselho Tutelar. Criança em escola particular que não vai para o atendimento psicológico, acontece o quê? Não é? Nada, eles não vão perder um cliente, né? [...] Me lembro que uma vez eu tive um surto, um surto modo de dizer, porque não queriam deixar o menino ir pra casa porque a família não tinha geladeira. Uma criança vai perder o convívio familiar porque a família não tem uma geladeira! ‘Então eu vou comprar uma geladeira!’, dava vontade de dizer. Mas a gente não pode fazer isso, sabe. ‘Ah, porque mora numa comunidade violenta’: então todas as famílias que moram na comunidade violenta vão ter o filho acolhido, todas as crianças da Bom Jesus¹⁰ vão ser acolhidas, vão passar lá a carrocinha lá e vamos pegar todas as crianças e botar dentro do abrigo! Não vai ter abrigo, né, suficiente!”*

Paula exemplifica também como certos padrões e idealizações incidem dificultando o processo de reintegração. Ela conta sobre um bebê acolhido que tem um pai bastante presente e implicado em reaver a criança, mas que não recebe, da autoridade judicial, a oportunidade de uma Experiência Familiar, mesmo esta sendo indicada pela equipe: *“achamos que está suficientemente seguro para propor, propusemos e veio... a resposta de que não, não está aceito. Ai assim, também não se entende sempre o que que é... ‘tá, mas... o que que falta?’*. Porque no primeiro momento, o que estava dito é *‘ah, precisa de mais tempo para se estruturar’*. *Que era uma mãe que tinha realmente um uso abusivo e tava, perdeu outros filhos, não perdeu o poder familiar, mas outros filhos criados por outros familiares e tal. Mas que hoje está numa outra situação de organização... e... enfim, achamos que tem essa segurança, que tem outros familiares envolvidos e tem um pai presente, muito presente nas visitas, que consegue, uma pessoa que tem mais flexibilidade de horário, então que está sempre presente aqui, que tem um vínculo, até a mãe já se queixou aqui: ‘ele visita sempre, e quando eu venho, ele não quer ficar (o filho bebê), ele não quer ficar no meu colo, ele fica chorando no meu colo e quer ir pro colo do pai’, sim, já está com um bom vínculo, né? Um vínculo de muito mais proximidade com o pai que tá... bastante presente, enfim, que... Então,*

¹⁰ Bairro periférico de Porto Alegre/RS.

ai entra outras questões, né? Quer dizer, por que o pai não tá valorizado aí nessa função, né? Explanamos tudo isso, assim, os pais dele também vinculados, os pais já ajudaram ele criar um outro filho, quer dizer, melhor do que isso não vai ficar; bom, mas aí pode ser que o entendimento seja mais tempo, mais tempo do bebê não estar com a família e estar num abrigo. Divergência também acontece, né... mesmo... agora quem bate o martelo...”. Esse elemento converge com o exposto por Pereira (2020), que constatou, nos 4 casos de destituição do poder familiar por ele analisados, que as mulheres foram as mais convocadas a prestar esclarecimento a respeito das denúncias sobre a situação familiar, o que está relacionado à associação da figura feminina com as práticas de cuidado. Essa concepção impede, no caso ilustrado acima, que o juiz autorize o retorno da criança à família, mesmo havendo um pai e outros familiares implicados nos cuidados do bebê.

A partir desses recortes podemos nos indagar de que maneira isso incide sobre as intervenções realizadas junto às famílias. Luiza, ao ser questionada sobre o que se observa durante a Experiência Familiar, responde: *“A gente procura... saber se essas pessoas, que em sua maioria precisam de um atendimento... em saúde mental... ou de saúde em termos gerais... a gente procura saber se essas pessoas tão se tratando, tão se cuidando, se elas tão trabalhando, se elas tão... enfim... .se elas tão de algum jeito fazendo alguma coisa que transforme a realidade delas”*. Ao ser questionada sobre o que seria essa transformação da realidade, ela esclarece: *“principalmente de organização, né, de entendimento sobre algumas coisas que daqui a pouco as pessoas não tinham antes... da importância, por exemplo, do filho frequentar escola... de dar atendimento de saúde... não dá pra deixar o filho solto na rua... então, por esses fatores, a partir do momento que a gente entende que as pessoas têm um entendimento maior sobre isso, e que a gente enxerga que as pessoas estão procurando evoluir nesse sentido... eu acho que é mais ou menos isso.”*

Em outro momento da entrevista, Luiza diz que segurança, alimentação, saúde e educação são o básico para uma criança, e na sequência ela afirma: *“tem outras coisas que são ideais, né, que a gente gostaria que fosse, gostaria que tivesse, mas pra mim o essencial é isso assim... é que a criança tenha garantido seus direitos básicos.”* Ao ser indagada sobre o que entende ser o ideal, ela diz: *“Ah, o ideal seria ter uma família mais estruturada... poder ter outros direitos garantidos como possibilidade de lazer; né, possibilidade cultural... é, o ideal ele pode ser várias coisas, né... mas vamos deixar como isso aí que acho que já é... bem considerável na perspectiva de realidade dessas pessoas.”* Sublinho esse momento porque converge com algo dito no início da entrevista dessa participante e já citado anteriormente. Quando, ao falar sobre a atuação da profissional de educação física, ela conta que as famílias

são orientadas a manter as crianças nos espaços de lazer e esporte proporcionados pela instituição, mesmo reconhecendo a impossibilidade da família dar conta disso. Essa intervenção parece ocorrer justamente naquilo que ela mesma reconheceu como ideal, em desencontro com a família real. É proposto um modelo de cuidado que, muitas vezes, as famílias não dão conta de atender - reforçando estigmas de incapacidade e incompetência - com indicações que parecem orientadas para um ajustamento a um ideal de família e infância.

O mesmo ocorre quando Luiza sinaliza que visitas sistemáticas são um indicativo de que a família está implicada em reaver a criança: *“Acho que também uma questão importante é a gente ver as famílias cumprindo as visitas no abrigo, vindo visitar, cumprindo o que a gente combina em relação principalmente às visitas... a visita se torna sistemática já um bom sinal de que a família tá implicada em querer ter a criança de volta. Agora quando as visitas tão assistemáticas... uma hora diz que vem e cancela, aí fica 2, 3 semanas sem aparecer, aí volta aparecer, isso aí também faz com que o tempo de retorno da Experiência seja maior, porque é uma família muito instável assim, não tem... uma estabilidade no sentido de organização, de rumo, de perspectiva.”*. É compreensível que esse elemento seja um indicativo positivo em relação à criança, mas não pode ser analisado isoladamente. Como a própria Luiza sinaliza, algumas famílias não têm sequer a passagem para acompanhar as crianças em uma apresentação esportiva, quem dirá fazer visitas sistemáticas em horário comercial.

Sobre as intervenções, e em consonância com os elementos trazidos por Bianca, Paula faz uma importante consideração: *“O movimento que eu vejo assim nas famílias, que acontece, as pessoas conseguem se organizar para receber os filhos de volta, mas sem os filhos, né? Então é uma teoria, não é a prática, né? Na prática é mais complicado que na teoria. E aí as pessoas saem com uma série de demandas de atendimentos, tanto para criança e adolescente... e demandas de horários, demandas de organização, né, que as famílias têm que ter... e mais os atendimentos na rede... que tudo funciona num horário comercial, né? Onde as pessoas também têm que trabalhar. Então, olha, às vezes fica pensado, olha, é difícil de as pessoas realmente conseguirem dar conta da demanda”*. Isso denota o paradoxo da aplicação da medida de acolhimento: se retira a criança para que a família, sem ela, alcance as condições de recebê-la (Nunes, 2022). Nesse movimento, o direito à convivência familiar é violado em nome da proteção de outros direitos.

Portanto, é durante a Experiência Familiar que a família precisará “provar” que está dando conta disso que é exigido como condição para o retorno da criança. Paula enfatiza que, nesse período, busca-se uma *“organização do cotidiano da criança, da criança estar cuidada*

no cotidiano. Isso é uma coisa do meu ponto de vista, né? Da gente conseguir ver com a família, enxergar isso na organização familiar, do quanto... e isso a gente vê em... coisas mínimas, né... o ambiente tá adequado, né? [...] Então são coisas, se preparar para receber a criança e ter uma organização de como é que vai ser os cuidados, se está conseguindo levar em atendimentos de saúde [...]. A participante enfatiza, novamente, a importância da autocrítica da família, ou seja, do entendimento e mudança daquilo que causou o acolhimento. “Mas tem que ter o entendimento, né... essa é a subjetividade da coisa, o entendimento. A crítica, porque às vezes, nem sempre as pessoas vão conseguir dar conta num primeiro momento, né? Porque tem que ter, precisa de um tempo de se ajustar. E nem sempre as pessoas vão conseguir dar conta dentro de um modelo ideal”.

Paula expõe também que, muitas vezes, as próprias famílias não compreendem o que está sendo esperado delas: “Nós temos conversado aqui sobre isso, de se a gente não tem que fazer um projeto, então, né? Do que a gente vai, e para alguns casos também, né... até para as pessoas conseguirem... saber o que está sendo esperado ou não. Porque as famílias também têm isso, já na família que a gente atende, que o casal disse ‘tá, mas nós fizemos tudo que disseram que era pra fazer, por que os filhos não vêm ficar com a gente?’ Então, não vai ficar porque tem questões de saúde mental importante que eles não aceitam que eles teriam necessidade... de uma rede que desse esse suporte porque se avalia que eles não têm condição protetiva das crianças por limitações, mas sim, eles fizeram tudo que estava dito para fazer.”.

Bianca demonstrou uma maior sensibilidade para aspectos mais subjetivos no que diz respeito àquilo que se espera das famílias que estão buscando reaver suas crianças: “Acho que é imprescindível o desejo, né, de ter a criança de volta, o afeto, o desejo, né... Isso a gente, às vezes, vê muito claro em algumas famílias, assim. Tem famílias que têm, às vezes, recurso, mas não tem desejo nenhum. Não tem o desejo. Às vezes, tem a estrutura, tem tudo, mas, assim, não tem o desejo. E têm famílias bem simples que, às vezes, tem o desejo e fazem a coisa andar, acontecer. Então, acho que o desejo, e que é uma coisa que não é palpável, que é difícil, muitas vezes, avaliar. Mas acho que o desejo é o principal. E até porque o desejo também faz a pessoa se movimentar, né, se organizar, fazer os atendimentos, os encaminhamentos. Acho que o desejo, né... Também, acho que é fazer algumas renúncias e fazer algumas coisas, assim, que, né, é aquela coisa, assim, bom... que é o que toda família faz, né. Qualquer família, quando vai ter filho, faz renúncias [...] essa disponibilidade de fazer renúncias, que daí, às vezes, a renúncia é deixar de usar droga, é deixar de ir no baile funk, sei lá eu o que, né... Essa disponibilidade de fazer renúncias, e claro que tem uma certa

estrutura, não tem como negar. Né! Tu tem que ter uma certa estrutura pra ter uma criança, óbvio. Não precisa ser uma mansão, né, mas tem que ter uma certa estrutura, com certeza tem, né! Então, é claro, ninguém também vai dizer que, 'ai dá pra ti botar uma criança embaixo da ponte'. Não, não dá também, botar uma criança, um adolescente embaixo de uma ponte que vai ser lindo. Não dá, tem que ter uma certa estrutura, né... E que eu acho que muitas pessoas conseguem fazer isso, né, às vezes, pelo desejo pela criança consegue se fortalecer.”.

Assim como em outros momentos, a participante Camila demonstrou um olhar bastante pessimista sobre as famílias ao ser questionada sobre o que se espera dos familiares durante a Experiência Familiar. Ela diz: *“Não podemos esperar. Podemos avaliar o que a família faz, orientar no sentido de que se organizem pra receber. Mas não pode ser que nós tenhamos ilusão que vai acontecer muitas coisas.”.* A visão pouco esperançosa de Camila fica nítida ao falar, de uma perspectiva política, sobre o aumento da miséria (material, cultural e de valores): *“a partir de um determinado momento, as coisas modificaram. Depois voltou e a miséria veio com tudo. Toda a miséria. Toda a miséria. De valores, de... Principalmente de cultura, mas de valores total. A miséria de tudo. Então, isso... E isso é aqui que a gente vê concretamente. É no acolhimento que tu vê concretamente. E aí tu não tem muito por reintegrar mesmo. Mas tu tem que reintegrar, porque eles não pode passar a vida inteira no abrigo. E eles têm direito, né? Todo mundo tem direito de estar junto com os seus [...] Porque se for olhar o acolhimento, é tudo...é o que a sociedade quer tirar da sua vida, as crianças acolhidas são isso [...] o acolhimento é isso, mostra, demonstra que a sociedade está falhando.”.*

Essa posição conversa com o exposto por Broide e Broide (2016) a respeito da fragilidade metodológica presente nos campos que trabalham com a urgência social: *“O técnico facilmente perde o rumo diante da quantidade de urgências que se apresentam de modo simultâneo [...] é comum um sentimento de confusão, desalento e desamparo”* (p.27). Nesse sentido, podemos questionar: seria possível, com tamanha desesperança, construir um espaço potencial como proposto no item anterior? Quando Camila posiciona a família no lugar de objeto a ser avaliado e do qual nada se pode esperar, não estaria com isso impedindo que ela se coloque como agente criativo no processo de reintegração familiar? Investir e confiar na capacidade de re(invenção) das famílias e da própria atuação profissional parece um movimento fundamental nesse sentido, considerando que *“O espaço potencial ocorre apenas em relação a um sentimento de segurança [...] de uma segurança relativa à confiabilidade”* (Winnicott, 2019d, p. 162), e que o potencial da zona intermediária pode ser

mínimo ou máximo de acordo com as experiências concretas, ou seja, a qualidade das experiências “molda” o potencial da zona intermediária (Winnicott, 2019f). Oportunizar um ambiente e uma Experiência Familiar com característica de espaço potencial requer, talvez, que a equipe, como afirmam Broide e Broide (2016), se constitua como alteridade, descolada da vivência das situações críticas, sendo capaz de fornecer o suporte necessário.

As falas destacadas nesse item, especialmente as de Bianca, demonstram a dimensão política e ética do trabalho na instituição ao tornar visível o que permanece encoberto pelos ditos avanços na legislação. O que a participante revela é a insistência - mesmo que a lei diga o contrário - de práticas marcadas por ideais de família nuclear, branca, de classe média. Como exposto por ela, a presença de tais ideais escamoteia as possibilidades das famílias de elaborarem um cenário possível para o retorno dos filhos.

Nunes (2022) propõe uma leitura a respeito das práticas no acolhimento institucional a partir da ideia freudiana de solução de compromisso: embate entre duas forças antagônicas onde não há derrota de uma delas. Ou seja, na leitura do autor, as práticas nesse contexto são uma solução de compromisso entre aquilo que o ECA prevê, por exemplo, não acolher por motivo de pobreza, e aquilo que insiste em se perpetuar: o acolhimento de crianças pobres. Os problemas apontados por Bianca na execução daquilo que está previsto pelo ECA (a reintegração familiar) e a maneira que as famílias pobres são tratadas nos serviços sociais e jurídicos escancaram

“as limitações das soluções provisórias que não tocam a estrutura do problema. O poder do Estado pode sempre se impor destruindo a cobertura de proteção temporária e débil que as políticas públicas são capazes de oferecer como campo de concessão entre forças díspares”. (Nunes, 2022, pp. 99-100).

Isso fica claro quando Bianca cita o caso em que a falta de uma geladeira foi apontada como impeditivo para o retorno da criança à família. Se a autoridade judicial reconhecer isso como uma negligência, a proteção oferecida pelo ECA, que enfatiza que a falta de condições materiais não constitui motivo para acolhimento, se perde.

Tudo isso ocorre sob o nobre pretexto da proteção à infância que, como afirma Teperman (2022), é o ideal hegemônico predominante no que diz respeito às crianças. Contudo, como alerta a autora, por trás de toda a ação que visa a defesa das crianças se estabelece um juízo de valores sobre os pais. Juízo que tende a ser negativo quando se trata das camadas pobres da população. Por exemplo, como aponta Rosa (2022), citando trabalhos como Fonseca (2000) e Musatti-Braga e Rosa (2018), as organizações familiares pós-modernas só são reconhecidas como progressistas em camadas médias e altas da

sociedade. Em se tratando de famílias pauperizadas, a leitura que prevalece é a pejorativa, isto é, o que de um lado é lido como “produções independentes” ou “recasamentos” e “famílias de escolha”, do outro são “mães solo” e “famílias desestruturadas”.

Por isso, Teperman (2022) explica, citando Eliacheff (2004), que as relações estabelecidas entre as famílias e os profissionais das instituições que visam a proteção da infância são desiguais, logo, as famílias são compreendidas como incapazes e culpadas da situação em que se encontram. Isso reflete, nas palavras de Pereira (2020, p. 57), uma “tendência neoliberal de culpabilizar exclusivamente o sujeito (ou as famílias) pelo fracasso dos seus processos de cuidado, flexibilizando os determinantes sociais que engendram quadros de desigualdade sociais mais completos”.

Isso é demonstrado por Pereira (2020), que ao analisar documentos, tais como o Estudo Diagnóstico (Brasil, 2009), de 4 casos de destituição do poder familiar constatou que predominam nesses instrumentos análises marcadas pela desqualificação das famílias e particularização das dificuldades vividas, mesmo que os documentos se proponham, em tese, identificar situações de risco decorrentes de desigualdades sociais. É nesse contexto que a negligência aparece como motivo para o acolhimento, mas sem qualquer especificação. “A pobreza ainda constitui motivo para o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar, mas agora como um dos possíveis sentidos do significante negligência” (Pereira, 2020, p. 81). Marta, Silveira e Deslandes (2017) propõem uma reflexão crítica a respeito da produção social do conceito de negligência e da forma como ele aparece nas produções acadêmicas. As autoras constataam que um dos pressupostos que sustentam o conceito é a ideia de que há um parâmetro de cuidado capaz de prover as necessidades das crianças, e que os agentes e as instituições de proteção à infância são dotados do poder de classificar os atos das famílias como adequados ou negligentes, o que pode funcionar como um “um dispositivo de controle para a adesão às recomendações profissionais (seja para adesão a terapêuticas, a comportamentos, a ações da vida prática, etc)” (Marta, Silveira & Deslandes, 2017, p.2882).

As autoras demonstram que derivou do campo da saúde a associação da negligência com a violência física, sexual e psicológica, o que cria uma lógica de acusação no interior da família, isto é, uma dinâmica de vítima e agressor. Contudo, as autoras salientam que “frente à realidade brasileira, indicar intenções nos casos de negligências dos pais e responsáveis, também é evidenciar as desigualdades, na medida em que os recursos necessários para um ‘cuidado integral’ das crianças não estão disponíveis para todas as camadas sociais” (Marta, Silveira & Deslandes, 2017, p. 2885). As autoras concluem que as famílias podem tanto reproduzir e praticar quanto sofrer com negligências, por isso, é preciso, ao olhar para as

práticas de cuidado no interior das famílias, ter em vista que elas estão alinhadas à disponibilidade de recursos culturais, sociais, econômicos, entre outros. Os elementos trazidos por essas autoras convergem com o questionamento de Nunes (2022) a respeito da universalidade da aplicação da medida protetiva de acolhimento que, na verdade e na prática, tem um público alvo específico: população negra e pauperizada. O que foi possível perceber, a partir das entrevistas, é que esse público ainda é julgado no serviço de acolhimento com base em um ideal liberal, classista e individualista, o que reflete nas práticas interventivas propostas pelos agentes envolvidos no processo e, conseqüentemente, na construção de possibilidades das famílias reaverem suas crianças.

5.5 Família acima de tudo?

A fim de complexificar a discussão do problema de pesquisa, busco neste momento trazer uma reflexão sobre a supervalorização da família e dos laços consanguíneos presente na preferência pela reintegração familiar como saída para o acolhimento institucional, sinalizando de que maneira essa orientação é percebida pelas entrevistadas. Neste momento procuro compreender também até que ponto o serviço de acolhimento, bem como a instância jurídica, investem na família de origem para possibilitar o retorno da criança acolhida.

Esse elemento fica evidente na fala de Luiza, que após definir a reintegração familiar como a “cereja do bolo” do trabalho no acolhimento institucional, afirma que esse é “*o grande desafio e o que essa equipe aqui do NAR ela... ela...foca, e ela... dá muito valor assim... é... poder fazer com que a criança retorne pra sua família, que ela não seja destituída, que ela não vá pra família substituta, que ela não permaneça no abrigo, né [...] nosso foco é sempre esgotar todas as possibilidades com a família de origem e aí, a família extensa, todas!*”.

Como visto anteriormente, é apenas na história recente que a família passa a ser alvo de intervenção das políticas de proteção à infância. Antes disso, as políticas que promoviam a institucionalização de crianças se interessavam pouco, ou nada, pela preservação de laços e afetos. Sobre isso, podemos considerar, como identifica Teperman (2022) no discurso sobre a parentalidade, que as tentativas de corrigir os problemas da civilização estão se particularizando cada vez mais na família e na criação das crianças, investindo na “figura de pais competentes, implicados em um modelo de vida voltado à educação das crianças e despojados dos dramas que a família comporta” (p. 95).

Como demonstra Rosa (2022, p. 93), a família foi instituída como a principal “modalidade de mediação da relação entre sujeito e sociedade” o que, no cenário do acolhimento institucional, camufla a importância da cena social na cena familiar. Ou seja, os conflitos, as violências e as relações de poder entre os membros da família, são lidos como problemas familiares, não tendo relação com a estrutura social. No aspecto da reintegração isso reverbera, como abordado no item 5.4, na forma como as famílias são alvo de exigências descabidas para terem as crianças de volta, sem o devido apoio do Estado, espera-se das famílias, que apesar de tudo, elas sejam capazes de criar e proteger suas crianças.

Como já mencionado, a reintegração familiar é incorporada ao ECA somente em 2009 (Nunes, 2022), seguindo, podemos supor, a tendência familista que as políticas públicas adotaram a partir da Constituição de 1988. Santos (2017, p. 389), citando Esping-Andersen (1991), define familismo como um “processo pelo qual a configuração da oferta de bem-estar social ou de atendimento de necessidades sociais tem ampla participação das famílias, ao passo que o papel dos Estados é diminuído”. Esse fenômeno cria, segundo o autor, um complexo circuito de dependência e compartilhamento de responsabilidades. É essa centralidade da família no funcionamento da política de acolhimento institucional que vemos na orientação à reintegração.

Durante a Constituinte na década de 80, a temática da assistência social, apesar de ser compreendida como uma política de seguridade social, foi debatida apenas dentro de outras comissões e subcomissões, dentre elas a da família, não contando com um trabalho de elaboração coletivo para a discussão do tema em si (Santos, 2017). Segundo o autor, no período pré-Constituição, o familismo se apresentava por uma total ausência do estado na provisão de bem-estar social a seus cidadãos. Hoje a dinâmica é outra e o familismo “adentra o funcionamento das políticas sociais e metamorfoseia-se na formulação de suas bases [...] deixa de ser o reflexo da ausência do Estado para se emoldurar em um prisma complexo de políticas sociais que dependem da presença da família” (Santos, 2017, p 398). O familismo denuncia a natureza contraditória das políticas públicas em um Estado capitalista, que respondem “tanto aos interesses de ampliação da construção da autonomia dos sujeitos, como responde também às condições estruturais de manutenção das bases que sustentam o funcionamento do modo de produção capitalista que replica desigualdades” (Santos, 2017, p. 400).

Bianca, ao ser questionada a respeito de até que ponto se busca a reintegração na família de origem, responde: “*Não há um limite concreto, por exemplo, mas a ideia é assim, né... Principalmente a gente pensa assim: o acolhimento não deve ser maior que dois anos.*”

Então, assim, por exemplo, se a criança tá aqui já há cinco anos tentando se investir numa mãe que vai e volta, vai e volta [...] Bom, chega uma hora que a juíza vai dizer... ‘Ou vai, ou racha, né’. Que é pra ser em torno de dois anos, mas às vezes tem casos que vão mais, né... Principalmente os casos que nem eu disse, os mais difíceis, que há um vínculo afetivo, mas a família não consegue se organizar, né... E aí a criança vai ficando maior, por isso que o ideal é que não se insista tanto também a ponto de tirar a chance de uma família substituta pra criança. É por isso que é muito complicado. Porque a gente sabe que quanto mais velha a criança vai ficando, mais difícil vai ficar a possibilidade de família substituta. Então a gente tá sempre entre a cruz e a espada.”

Sobre isso, a entrevistada fornece um exemplo: *“Esses tempos aconteceu isso com umas crianças aqui, a mãe tava visitando e a juíza destituiu o poder familiar das crianças. A mãe tava visitando, mas isso, já fazia quase dois anos e a mãe naquelas ‘ai, vou arrumar emprego, arrumar e tal’, e a mãe muito vinculada com crianças pequenas. As crianças, às vezes, choravam nas visitas, era bem difícil. E aí, a gente, quando veio a destituição, a gente conversou com as crianças, né, que a mãe não ia mais vim visitar, porque a juíza decidiu, que agora ia poder ter outra família, pra cuidar melhor deles e tal. E eles ficaram bem impactados, assim, com a notícia. E aí, depois, uma das meninas, que tem cinco anos, olhou pra mim e disse sim ‘mas a minha mãe tem uma casa nova’, tipo, como se ela não ficar... a casa fosse o impeditivo de ficar com a mãe. Daí ela disse assim ‘mas a minha mãe tem uma casa nova, que vai eu e o meu irmão e minha irmã’, ela me disse umas três vezes isso. ‘Não, a tia sabe, mas é que não é só a casa. A juíza avaliou que a tua mãe não reuniu todas as condições suficientes pra cuidar de vocês, que vocês merecem ter uma família nova’. Daqui a pouco ela me olhou ‘a minha mãe me mentiu, né’. E eu olhei e falei, ‘não, a tua mãe não te mentiu. A tua mãe fez os esforços que ela conseguiu, mas que a juíza avaliou, que não foram suficientes’. Mas é difícil pra criança entender isso mesmo.”* O exemplo demonstra como, do ponto de vista legal, há uma incompatibilidade entre as crianças permanecerem acolhidas e vinculadas, nesse caso, à mãe. Mesmo que a genitora faça visitas regulares, a partir do momento que a reintegração é considerada inviável há uma obrigatoriedade de rompimento de qualquer contato, por meio da perda do poder familiar, o que não implica no rompimento de vínculos e laços, uma vez que o poder familiar é sobretudo, como aponta Pereira (2020), um estatuto *jurídico* de regulação entre maternidade, paternidade e filiação.

Ao responder se o vínculo é um motivo para que se insista no retorno à família, Bianca diz que sim, desde que haja *“uma mínima possibilidade da família ficar com a criança”*. É possível observar que o limite do investimento na família está bastante

relacionado às possibilidades de adoção, o que, por sua vez, foi tratado de maneira diferente dependendo da faixa etária da criança acolhida. Por isso, questiono se a insistência na família é maior com crianças com menor possibilidade de adoção, ao que Bianca responde: *“Acho que sim. Talvez até não intencional, mas acho que sim. Acho que quando chega o bebê, assim, sempre brilha os olhos mais no sentido de pensar na adoção. De se avaliar bem pra ver se a família vai mesmo cuidar desse bebê pra não se proporcionar o mundo maravilhoso da adoção. Que não é maravilhoso e que nem sempre dá certo”*. Sendo assim, o trabalho de reintegração e as intervenções propostas pelas equipes estão atravessadas pela possibilidade, ou não, de adoção. É possível concluir que, a partir disso, algumas famílias terão mais “chances” de reaver suas crianças do que outras, a depender da idade da criança.

Sobre as situações que inviabilizam a reintegração familiar, Bianca explica que é muito variável, *“é muito relativo, né, é avaliado caso a caso, assim, mas em caso de negligência extrema, tem famílias que nunca mais procuram também [...] mas isso tudo é avaliado judicialmente, né, daí tem promotoria, tem defensoria, tem, né, tudo é avaliado judicialmente, a gente vai atualizando no acompanhamento que a gente faz, que a rede faz, nas audiências, nos relatórios, mas quem define isso nunca é a gente, né, é o sistema judiciário, né, mas em caso de negligência extrema não retorna, ou quando a família não demonstra interesse, tem famílias às vezes que demonstram interesse, mas infelizmente também não conseguem de alguma forma se organizar pra cuidar dos filhos, tem famílias que são muito vinculadas com as crianças, mas não conseguem se organizar, tipo, mães dependentes químicas, às vezes elas adoram os filhos, têm afeto pelos filhos, os filhos têm afeto pelas mães, mas elas não conseguem parar de usar droga, por exemplo, não conseguem se tratar, juiz nenhum vai deixar filho com essas mães, não vão deixar, se as mães continuam fazendo uso pesado da droga. E isso é bem difícil, porque eles têm vínculo, esses casos são, via de regras, os mais difíceis, né, quando existe o vínculo afetivo, mas as famílias não reúnem as condições suficientes pra cuidar das crianças, né, então caso de dependência química, esses casos, assim, não tem juiz que vai deixar mãe, pai, família ficar com criança com dependência química, e às vezes afeto tem, e bastante, tanto das famílias, como das crianças, mas não retorna, e esses casos são difíceis, porque também, muitas vezes, é difícil os próprios acolhidos aceitar uma família substituta.”*. Além da dependência química, Bianca cita doença mental e deficiência mental graves como impeditivos da reintegração.

Se, por um lado, a centralidade que a família assume nas políticas de proteção à infância tende a produzir uma responsabilização exclusiva dos familiares na proteção dos direitos das crianças, enfatizando uma predileção pela manutenção dos laços sanguíneos, o

que coloca a adoção, do ponto de vista legal, como a última alternativa, por outro, como visto no ítem 5.4, diversas dificuldades são impostas às famílias que buscam reaver suas crianças, contradizendo a indicação prevista na lei. Para além disso, percebemos, no material reunido neste tema, aquilo que é considerado impedimento para o retorno, bem como até que ponto os profissionais e as instituições investem nas famílias tendo em vista o objetivo da reintegração. Além de questões específicas como dependência química, doença e deficiências mentais, os demais impeditivos, apontados especialmente por Bianca, recaem novamente nos aspectos discutidos nos temas anteriores. Ou seja, estão, em maior ou menor medida, associados a condições de pobreza e vulnerabilidade social.

5.6 E a criança, onde fica?

Considerando que a pesquisa se desenrolou a partir da temática da reintegração familiar de *crianças* acolhidas, nada mais apropriado do que finalizar esse trabalho nos indagando em que lugar a criança aparece nos discursos das participantes e nas narrativas a respeito da reintegração. Apesar da medida protetiva de acolhimento institucional ser aplicável tanto a crianças quanto a adolescentes, esses últimos foram suprimidos da investigação, uma vez que as problemáticas que se colocam a eles no contexto do acolhimento são bastante diversas em relação às questões que envolvem a infância.

Em relação às crianças, algo que foi evocado com bastante frequência, durante as entrevistas, foi a ideia de proteção à infância e da criança enquanto sujeito de direitos, especialmente de direitos violados, como afirma Camila: *“O teu objeto de trabalho é um sujeito de direitos, né? E... tu tem que fazer ele se desenvolver de alguma maneira. Porque quando ele chega aqui, tudo tá fora já... Não deu certo, né?”*. A fala da participante evoca a imagem da criança vitimada de que falam Libardi e Castro (2017), que sustentou a construção das políticas de proteção à infância, juntamente com seu oposto: o menor perigoso e marginal. Todavia, para além desses aspectos, outras discussões importantes a respeito do trabalho com as crianças foram, se não questionados por mim, elencados espontaneamente pelas participantes.

Algumas participantes fizeram significativas distinções a respeito do trabalho com bebês. Paula complementa a fala sobre crianças que desejam visitar as famílias dizendo *“claro que com bebê não dá pra fazer isso, né? No meu ponto de vista. Tem equipes que fazem. Isso é outra questão”*. Na sequência, ela explica que entende, do ponto de vista da psicologia, que o bebê não tem a capacidade de compreender essas idas e vindas entre família

e instituição, sem que haja uma pessoa de referência: *“eu acho que com bebês pequenos é mais complicado. Aonde tu não tem proximidade durante a semana, né...”*.

Um dos principais apontamentos a respeito do diferencial do trabalho com bebês é que é mais fácil promover tanto a reintegração, quanto uma adoção. Luiza diz: *“às vezes o bebê fica mais fácil de ter a Experiência Familiar porque às vezes tem uma família extensa que, por ser bebê, já se sensibiliza mais e consegue dar conta, e consegue ir na Defensoria Pública... solicitar”*. Mas a entrevistada expõe que, às vezes, mesmo com crianças pequenas, outras dificuldades se impõem: *“Tem outros casos que a criança é pequena, 3, 4 anos, mas a família é muito desorganizada e aí acontece o que eu falei... as visitas assistemáticas, a dificuldade de organização, moram numa região perigosa, cercada pelo tráfico, às vezes é do tráfico”*.

Bianca afirma algo semelhante. Segundo ela, é difícil que o juiz autorize o desligamento sem um período de Experiência Familiar, *“a não ser bebê”*, posteriormente a participante explica: *“porque normalmente é mais tranquilo, assim, né, bebê normalmente, como tá em fase muito precoce de desenvolvimento, é pelo interesse maior, assim, do bebê mesmo. É, é, mais, ou, aquela coisa, ou tem condição de cuidar do filho, ou não têm, normalmente é a avaliação é mais nesse sentido, assim, do judiciário [...] normalmente os casos de Experiência Familiar com o bebê, os juízes determinam, assim, 30 dias, não é, assim, prazos muito extensos, assim, né, mas em casos também, assim, que a vulnerabilidade realmente é, não é extrema, né, tipo assim, casos realmente bem pontuais que realmente o juiz percebe que há uma condição bem concreta da família conseguir se responsabilizar pelo bebê, né, e que a família realmente deseja muito, né, ou com os pais biológicos ou a família extensa, assim, familiar muito próximo. Assim, senão não é comum, porque hoje em dia também é todo estímulo pra encaminhar pra adoção o quanto antes possível.”*

Enquanto os bebês têm maiores facilidades tanto na adoção quanto na reintegração, as crianças maiores experimentam dificuldades em ambas. Pereira (2020) cita a Lei n.º 13.509, de 2017, que altera o ECA e acelera o processo de adoção de bebês: recém nascidos serão encaminhados à adoção se, em 30 dias, pais e familiares não se manifestarem. Segundo o autor, essa aceleração não tem qualquer efeito na ampliação da adoção de crianças maiores, negras ou com deficiência. Ou seja, parece servir exclusivamente aos interesses das camadas médias e altas da população que desejam adotar bebês.

Podemos pensar também que estar com e criar uma criança inauguram outras dinâmicas e um exercício da parentalidade diferente do que se impõe ao cuidado com bebês. É nesse sentido, como aponta Rosa (2022, p. 23), que a parentalidade deve ser pensada e

avaliada como uma “operação fundada a cada nascimento de um filho, numa relação social específica”. Ou seja, como um exercício dinâmico, social e mutável, que, no caso do acolhimento institucional, influencia diretamente as crianças no que concerne às possibilidades de reintegração/adoção. Por exemplo, crianças em idade escolar demandam uma disponibilidade de tempo e deslocamento físico diferente do exigido no cuidado com um bebê, o que pode dificultar o processo de reintegração a depender do contexto social, econômico e de trabalho da família, especialmente quando os familiares não encontram na rede o suporte necessário para atender a essas demandas. É o que exemplifica Paula: *“Nós tamos com um caso que foi entendido pela autoridade judicial que já devia ir para a Experiência Familiar, que não foi uma indicação da equipe. Era uma criança que já tinha sido destituída, foi pra adoção com os irmãos, voltou da adoção, os irmãos não, e a mãe teve uma outra filha e a partir do novo relacionamento e essa filha e tal, num determinado período conseguiu se organizar e a autoridade judicial achou que se tinha esse filho aí, se ela estava mais organizada, então vai para Experiência Familiar; mas...uma criança com uma série de dificuldades, assim, e aí com dificuldades até de se manter no período na escola e a mãe vem enfrentando isso. De repente ela tem dois filhos, né, com outras questões de vulnerabilidade pessoal, social, enfim, e...muita dificuldade. Então, o guri não consegue ficar na escola, ela não consegue levar para todos os atendimentos...são vários atendimentos, então tem que organizar todos esses atendimentos, reorganizar, rever.”*

Bianca ainda mencionou um aspecto interessante no que diz respeito às crianças: a intensa medicalização e numerosos acompanhamentos com especialistas a que estão submetidas as crianças acolhidas: *“Mas as crianças quando são um pouco maiores, o que que acontece... Muitas das crianças, quando elas estão aqui, elas estão seguindo os tratamentos de saúde, estão indo no psiquiatra, no psicólogo, estão, às vezes, medicados, seguindo toda uma regularidade de tratamentos. Quando, às vezes, vão pras famílias, as famílias não seguem a regularidade... os tratamentos com a regularidade, os mesmos cuidados, às vezes as famílias param de dar medicação e aí... desorganiza e aí as famílias não conseguem tolerar”*. Conforme a entrevistada, essa extensa gama de atendimentos impacta fortemente no processo de reintegração, como visto no item 5.3, mas também mostra seus efeitos durante a adoção: *“Às vezes até quando as famílias adotantes vêm, eles assim, olham assim pra... eles, às vezes pedem ‘qual é a grade de atividades da criança que a gente vai adotar?’. Principalmente quando a criança é um pouco maior. Aí tem fono, tem psicopedagoga, tem psicólogo, tem colégio, óbvio escola. Daí esses olham assim... quase pede pra sair, né?”*

Teperman (2022, p. 89) ao discutir a utilização do termo parentalidade, informa que uma das principais traduções do mal-estar contemporâneo na família é a “crescente intervenção de especialistas na família e na criação de crianças” como tentativa de correção da suposta incompetência e insuficiência que o mal-estar denuncia. Nesse cenário, como aponta a autora, essas intervenções e tratamentos aparecem vinculadas ao “bem da criança” e “interesse da criança”, tomadas como objeto.

Bianca nomeia esse processo como patologização, *“a gente tem uma medicalização de crianças muito pequenas. Tudo é sintoma, tudo é medicalizado, tudo é patologizado. Né, então, isso também é complicado. A gente tem criança com 4 anos que toma medicação psiquiátrica. Isso é muito preocupante. Eu fico pensando se alguém me disser que vai dar risperidona pro meu filho com 4 anos, eu vou chamar o médico de louco. Aqui é normal, né? [...] É uma coisa assustadora. Criança que com 4 anos toma risperidona. Eu digo que podia vir a água do acolhimento, uns comprimidinhos de risperidona diluída. Já que todos vão tomar em algum momento, podia vir já”*. Logo em seguida, ela reflete sobre os impactos disso no processo de reintegração, e questiona: *“Mas é isso né, aqui ele toma risperidona, a família vai dar a risperidona? Bom, mas aí tu vai deixar a criança acolhida porque a família não vai dar risperidona?”*

Outra leitura possível é que, no contexto do acolhimento institucional, a medicalização pode aparecer como uma estratégia de controle dos corpos das crianças acolhidas. Controle estendido às famílias nos atendimentos a que as crianças e familiares são orientados a se submeter como condição de estarem juntos.

Por último, temos ainda a questão do envolvimento das crianças durante o processo de acolhimento e desacolhimento. Todas as entrevistadas, com exceção de Rafaela, foram questionadas a respeito disso e a maioria confirmou que há, sim, alguma participação, em maior ou menor medida, dependendo da entrevistada. Paula diz que *“o indicador das crianças quererem voltar pra casa sempre é o que... né? Que é o... sempre é um norteador do trabalho ou não. Porque tem criança e tem adolescente que não quer voltar, ou não quer voltar em determinada circunstância, né? Tipo, ‘ah, não quero voltar enquanto a minha mãe...que mora com aquela pessoa lá que foi maltratante’. Então isso é uma condição, né? Não é que a criança vai mandar nesse processo, né? Mas quando a gente avalia, assim, que isso não é... Tem que ser uma condição, se torna sim. Então, sim, você tem o desejo da criança, né? E o que a gente mais encontra é o desejo de voltar, ou pelo menos de passar o final de semana. De passar... a saudade, passar o final de semana para garantir uma proximidade, sabe? [...] acho que se conta, sempre se conta bastante, sim, o desejo e a*

percepção da criança, do adolescente para isso". Ela sinaliza ainda que há uma orientação de que as crianças, durante as audiências, possam ser ouvidas. Sobre isso, Paula se mostra novamente incomodada com a posição adotada por alguns juízes: *"eles [as crianças] podem e devem falar o que querem, o que acham. Nem sempre é o que a gente acha que dá pra fazer, né? Claro. Mas que eles também têm esse espaço pra se manifestar e eles são escutados, às vezes, até demais, né? Que é isso daí, de novo, depende do juiz, que qual é o critério? Não sei, eu já ouvi coisa de juiz em audiência que tu diz... 'Ah, não tinha que ter falado isso"*.

Sobre esse aspecto, Luiza afirma que isso não é algo tão concreto como perguntar para a criança o que ela deseja: *"Mas eu acho que isso no dia-a-dia a gente vai entendendo, a gente vai pescando, a gente vai vendo, né, através do comportamento da criança. O comportamento da criança já nos diz assim, o que ela deseja, o que ela imagina, o que ela gostaria. Porque tu vê às vezes pela falta, né, o déficit que a criança apresenta em algumas situações, o que seria bom pra ela... nesse sentido. Então, é muito subjetivo, não é nada tão objetivo assim ser perguntado o que ela espera, o que gostaria, né? A gente tenta... nosso trabalho também vai nesse sentido assim, a partir do momento que a gente trabalha com as famílias, e que a gente trabalha com as crianças, a gente consegue ter uma leitura daquilo que é importante pra criança, e aquilo que a gente entende que é importante pra criança a gente vai trabalhar como uma perspectiva pra família, entende?".* Em seguida, em consonância com Paula, a entrevistada afirma que essa leitura do que a criança deseja ou necessita é um importante parâmetro para oportunizar uma Experiência Familiar.

Camila, ao responder a essa pergunta, demonstra outra percepção, evocando um estereótipo de criança "malcriada" *"Não participam tanto. Muitas pedem, porque não sabem, né, mas não determina. Porque eles querem estar com a mãe, com o pai. É muito bom ter comida, mas tu quer estar na tua casa, onde tu não tem limite também. Porque os limites, eles não conhecem muito. A questão de... hoje eu tenho que dormir mais cedo porque eu tenho aula pela manhã"*..

Bianca exemplifica essa questão com um caso em que o menino acolhido solicitou que o padrasto não fosse lhe visitar: *"aí a gente mandou um relatório pra juíza, e a juíza, então, emitiu um mandato impedindo esse padrasto de visitar"*. Em outro momento, ao ser questionada a respeito de até que ponto se investe na família de origem, a entrevistada responde que, muitas vezes, quem sinaliza o limite é a própria criança, *"às vezes a própria criança já diz que não dá, né, às vezes a própria, às vezes assim, 'não vai dar'. Se isso está ao ponto que a gente... aconteceu com uma menina nossa esse ano, isso, uma menina foi adotada, por exemplo, ela ficou um mês e ela pediu pra voltar, por exemplo. Porque ela não*

deu certo. Pra ela não deu certo. A família queria ficar, mas ela não queria ficar. Né, então às vezes a própria criança sinaliza que não vai.”.

Sobre isso, Pereira (2020) constatou, nos discursos presentes no processo de destituição do poder familiar, que as crianças geralmente ocupavam uma posição de invisibilidade e assujeitamento frente às intervenções realizadas pelos profissionais da rede de assistência social. Isto é, fala-se delas e por elas a partir de ideais psicológicos, médicos e jurídicos, condenando-as exclusivamente à condição de objeto de cuidado, o que se evidencia, especialmente, na fala de Camila citada acima. Nesse cenário, a máxima do “melhor interesse da criança” é elaborada através de uma perspectiva adultocêntrica, com pouco envolvimento de fato das crianças. Apesar da maioria das participantes ressaltarem que há uma participação nos processos decisivos, nenhuma menção foi feita ao envolvimento das crianças durante a reintegração: como são preparadas para isso? Elas contribuem e participam da elaboração dos projetos interventivos? Etc.

Pereira (2020) ainda expõe que, junto à falta de envolvimento das crianças nesses processos, há uma dificuldade de comunicar a verdade a elas. O autor constata, através de atendimentos clínicos de crianças em processo de adoção, que os momentos de retirada da criança da família (por meio de mandados de busca e apreensão, tal qual se faz com objetos), ficam registrados como momentos de extrema violência. Segundo ele, o sofrimento psíquico decorrente disso é ainda maior quando as crianças constatarem, posteriormente, que as promessas feitas pelos agentes envolvidos na situação eram infundadas: “me disseram que ia ficar uns dias lá, que iria voltar pros meus pais, mas mentiram, ficamos anos e fomos para famílias diferentes, nunca esqueço disso” (Pereira, 2020. p. 120).

Algo parecido aparece no exemplo de Bianca, citado no capítulo anterior, quando ela conta que disse para criança cuja mãe havia perdido o poder familiar “*vocês merecem ter uma família nova*”, na sequência ela complementa: “*Mas é difícil pra criança entender isso mesmo. Até porque daí ‘tá, a minha mãe, a juíza disse que não é boa, então, o que vai vir agora?’. Porque daí não vem uma mãe no outro dia, não vem uma família nova no outro dia. Então, ‘era mãe que não era tão boa, talvez, mas eu tinha. Agora, você me deixou sem nada’*”.

Nogueira (2019, p. 54), partindo da “filosofia afroperspectivista que toma a infância como sujeito interrogante”, propõe que o estado de infância possa ser tomado em uma perspectiva política, a fim de interrogar noções de avanço, progresso e desenvolvimento que compõem o ser adulto, ou o “adulescimento” como diz ele. O autor elabora uma noção de infância, para além do campo geracional, como um sentido humano, isto é, “a possibilidade

de produção de cosmo-sensações inéditas diante dos desafios da vida” (p. 63). A partir disso, infanciar é, de acordo com Nogueira (2019), a infância em exercício, e as pessoas investidas de infância são aquelas capazes de aprender continuamente: “o estado de infância é uma perspectiva que reconhece que podemos aprimorar nossa maneira de interpelar o mundo sempre que estivermos abertos a repensar o que pensamos” (p. 65).

Nessa perspectiva, para além de questionar aquilo que a criança quer ou não em relação a sua família, faz-se necessário criar mecanismos de escuta para elas no campo do acolhimento institucional que permitam, partindo do estado de infância, que os profissionais possam ampliar horizontes, interrogar e qualificar as práticas desse setor que são construídas, quase que exclusivamente, pelo olhar adulto, até mesmo quando se fala do “melhor interesse da criança”.

6. Considerações finais

As discussões apresentadas neste escrito foram divididas nestes temas exclusivamente para fins acadêmicos e de organização. Uma exposição diferente dos dados provavelmente produziria discussões diferentes, e consequentemente trabalhos diferentes, mas, é preciso suportar a angústia do que poderia ser para colocar um ponto final e dar contorno ao que é.

Para isso, façamos uma breve retomada. Essa pesquisa foi pautada pelo desejo de compreender e retirar das sombras o processo de reintegração familiar de crianças acolhidas. O tema, contrariando o que propõe a legislação e as políticas públicas, parece esquecido pelas pesquisas de caráter qualitativo das ciências humanas e sociais. A carência de pesquisas sobre esse assunto pode estar relacionada ao que aponta Nunes (2022) a respeito do ECA: uma tendência de vê-lo como um todo bem acabado, portanto, impassível de discussão, questionamento e reformulação.

Apesar da reintegração ser tida comumente como um avanço na política de proteção à infância, o que procurei conhecer é o que de fato se apresenta na prática. A revisão de literatura revelou que essa prática continua incrustada com resquícios do passado, não estando, como afirma Nunes (2022), à altura do que preconiza a lei, sendo necessária a produção de novas leituras que contribuam na superação dos desafios que permanecem.

Sendo assim, as reflexões propostas nos resultados e discussões partem de uma análise, tanto do modelo atual de acolhimento, quanto de modelos que imperaram durante outros períodos históricos. Compreender as bases nas quais estão assentadas as atuais práticas nesse contexto é fundamental para que essas mesmas práticas possam ser analisadas e

repensadas, a partir do reconhecimento do que carregam do passado. Aliado a isso, foram elaboradas também as noções de proteção da infância, destacando como determinados ideais e modelos influenciam no tratamento destinado a diferentes crianças e famílias nos serviços de assistência social. Essa diferença, especialmente em relação à raça e à classe, foi também demonstrada através da exposição de alguns dados sobre crianças acolhidas e motivos para o acolhimento.

Partindo dessa análise inicial, as entrevistas, método eleito para a coleta de dados, foram realizadas com o intuito de compreender o que é e como funciona o processo de reintegração familiar na instituição, a partir da experiência de profissionais da instituição, sujeitos dessa pesquisa. Embora o conteúdo não tenha sido esgotado, da leitura dos dados obtidos foram decantados 5 temas de análise. Apesar da divisão do conteúdo das entrevistas em temas, todos eles se relacionam e influenciam mutuamente, e apareceram de maneira indissociada nas entrevistas, o que causou imensa dificuldade para definir onde terminaria um e começaria outro.

No primeiro tema, introduzi a reintegração familiar como ela se apresenta na FPE-RS, destacando das entrevistas aquilo que as profissionais apontaram como dificuldades, potências, impasses e conflitos. Nesse item abordei a forma como o trabalho é organizado pelas profissionais, bem como qual o lugar conferido por elas à reintegração. Pude constatar que esse é de fato um dos elementos centrais no trabalho do acolhimento institucional, e uma das principais preocupações das profissionais entrevistada. As dificuldades percebidas e destacadas por elas foram em sua maioria relacionadas ao trabalho pouco integrado dos serviços de assistência às famílias. Enquanto isso, em relação às dificuldades internas, pareceu haver um certo distanciamento, isto é, a maioria das dificuldades foram localizadas fora da FPE=RS.

Nesse primeiro item apresentei também a ideia de Experiência Familiar, desenvolvida no contexto da instituição enquanto uma ferramenta de trabalho para qualificar o processo de desligamento das crianças da instituição. No entanto, uma melhor análise sobre o assunto foi realizada no tema seguinte, onde procurei demonstrar, apoiando-me no conceito de espaço potencial de Winnicott, o lugar *entre* em que está inserida a Experiência Familiar. Lugar este que denuncia tanto as contradições de um trabalho realizado no limiar entre o cuidado e o controle, quanto a possibilidade de construção de uma terceira área de experiência (para referenciar Winnicott), no qual novas possibilidades possam ser exploradas e construídas. É nesse sentido que a Experiência Familiar, apesar das dificuldades elencadas pelas participantes, se mostrou como uma das grandes potências da instituição para o trabalho com

as famílias e as crianças. Com essa aproximação ao conceito Winnicottiano procurei demonstrar que quando a instituição se propõe, dentro de seus limites e possibilidades, a fornecer um suporte alinhado às necessidades da família, disponibilizando escuta e possibilidade de invenção e criação no processo de recuperação da guarda dos filhos, pode oportunizar um espaço potencial no qual as famílias sejam capazes de um novo posicionamento subjetivo frente às suas dificuldades.

Nessa dinâmica, na qual a Experiência Familiar, não está nem de um lado, nem de outro, mas *entre*, é que ela pode também operar, para além do suporte e do cuidado, como um mecanismo de controle sobre as famílias. Esse aspecto relaciona-se profundamente com o desdobrado no terceiro tema de análise, qual seja, o atravessamento de classe presente no contexto do acolhimento institucional e a forma como isso se desdobra nas práticas das profissionais. O que a análise de dados demonstrou é que famílias pobres tendem a ser alvo de controle por meio, inclusive, da Experiência Familiar, através da qual são impostos altos níveis de exigência para que a avaliação das profissionais sobre a capacidade protetiva das famílias seja positiva e elas possam recuperar a guarda dos filhos.

Nos dois últimos temas, procurei abordar, respectivamente, os limites do investimento na reintegração à família de origem e como as crianças apareceram nos discursos das participantes a respeito dos temas abordados nas entrevistas. Primeiramente buscando compreender porque a reintegração se apresenta como a solução preferencial e até que ponto ela é buscada pelos profissionais do acolhimento. E, por último, expor o lugar das crianças no processo de acolhimento e reintegração, constatando, que assim como com os familiares, existem poucos mecanismos para que esses sujeitos se envolvam nos processos decisivos.

Considerando que o trabalho de reintegração envolve principalmente três grupos de sujeitos - profissionais, familiares e crianças - faz-se necessário que trabalhos futuros busquem explorar as perspectivas, percepções, dificuldades, potencialidade e impasses colocados às famílias e às crianças em processo de reintegração a partir da escuta desses sujeitos. Acredito que isso auxiliaria a compor práticas ainda menos excludentes, cada vez mais potentes e criativas.

Não constituiu objetivo deste trabalho fazer juízo de valores a respeito da reintegração ser tida como a solução preferencial, tampouco sobre o trabalho das entrevistadas e o que quer que se apresente como o “melhor interesse da criança”. Uma análise psicanalítica sempre se priva de “certos” e “errados”, “bom” ou “ruim”. É aí que reside o potencial da psicanálise: introduzir furos na consistência que outros discursos pretendem oferecer. Nesse sentido, essa pesquisa demonstrou que o tão enaltecido avanço do ECA, embora não deva ser negado,

ainda esconde as marcas do passado que se presentificam nas práticas das instituições e dos profissionais; que, em nome da proteção da infância e do “melhor interesse da criança”, se perpetuam discursos e práticas que tendem a culpabilizar e promover a separação familiar de famílias empobrecidas; que, a depender da idade da criança e de suas possibilidades de adoção, as condutas adotadas pelos agentes envolvidos no trabalho de reintegração são diferentes; que a atuação dos técnicos é marcada por conflitos inerentes à atividade de avaliar a capacidade protetiva das famílias, o que também lhes produz sofrimento; que as famílias e crianças, principais interessados nesse processo, ainda são pouco escutadas e têm sua participação limitada a condição de objeto de intervenção, cuidado e vigilância, entre outras.

Um caminho possível para a superação das dificuldades apresentadas pelas participantes é o investimento naquilo que essa pesquisa revelou mais potente: a Experiência Familiar. Portanto, o destino ético para essa pesquisa é devolver para os profissionais da instituição a riqueza do que eles mesmos construíram ao propor a Experiência Familiar, de modo a contribuir na contínua apropriação e desenvolvimento dessa ferramenta enquanto condição suporte de subjetivação (Broide & Broide, 2016).

Espero que esses e outros achados da pesquisa possam contribuir na contínua ampliação dos conhecimentos a respeito do campo do acolhimento institucional e da reintegração familiar. E que, mesmo aquilo tido como certo e indiscutível, possa ser repensado a fim de produzir novas ressonâncias.

7. Referências bibliográficas

- Assis, S. G., & Farias, L. O. (2013). Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. Recuperado de: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf
- Brasil. (2006). *Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Brasília. Recuperado de: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf
- Brasil. (2009). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília. Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf
- Brasil. (2009). *Sistema único de assistência social*. Brasília. Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf
- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). Do silêncio à palavra. In: Broide, J., & Broide, E. E., *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. (pp. 13-26). São Paulo: Escuta.
- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). O atendimento em situações sociais críticas: a construção de um método baseado nas ancoragens do sujeito. In: Broide, J., & Broide, E. E., *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. (pp. 27-37). São Paulo: Escuta.
- Dias, E. O. (1999) Sobre a confiabilidade: decorrências da prática clínica. *Natureza Humana*. 1(2), 283-322. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24301999000200004
- Iaconelli, V. (2018). Função parental, papel parental e gênero. In: Mariotto, R. M. M. (org). *Gênero e Sexualidade na Infância e Adolescência: Reflexões Psicanalíticas*. (pp. 157-167) Salvador: Ágalma.
- Ferrari, A. G., & Silva, M da R. (2021). Indagações contranormativas sobre os usos dos conceitos de “função materna”, “função paterna” e maternagem. In: J., Stona (Org.). *Relações de Gênero e Escutas Clínicas*. (1a ed., pp. 141-158). Bahia: Editora Devires.
- Ferreira, T. (2018). Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como ofertas de palavra - a aposta na invenção subjetiva. In: Ferreira, T. & Vorcaro, A. (Orgs.). *Pesquisa e Psicanálise: do campo à escrita*. (1a ed., pp. 129-151). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Fonseca, C. L. W. (1995). *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez.
- Fonseca, C. L. W. (2000). *Família, fofoca e honra: a etnografia da violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

- Fonseca, C. L. W. (2002). Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. *Congresso Internacional Pesquisando a Família*, Florianópolis 24-26 de abril, 2002. Recuperado de: <https://claudialwfonseca.webnode.com.br/files/200000044-9db6f9e355/Olhares>
- Fonseca, C. L. W. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 50-59. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/abstract/?lang=pt>
- Fonseca, C. L. W. (2015). A fabricação estatal da indiferença parental: agruras da reintegração familiar. *Política & Trabalho*, 43, 19-35. Recuperado de: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/24658/14973>
- Fonseca, C. L. W., & Cardarello, A. (2011). Família e parentesco. In: A. C., Moraes (org.) *Sociologia*. (pp. 209-230). Brasília: MEC.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). Maus-tratos entre crianças e adolescentes: perfil inédito das vítimas e circunstâncias desse crime no Brasil. In: Anuário de Segurança Pública, 238-247.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6(1), 115-138. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/agora/a/kMNkRYxpVCBG6NwwVR8Pryd/?lang=pt>
- Janczura, R. (2008). *Abrigos e políticas públicas: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/402/1/400701.pdf>
- Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Libardi, S. S. W & Castro, L. R. (2017). A proteção da infância no Brasil: uma visão crítica das relações intergeracionais. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 17(3), 895-917. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812017000300006&script=sci_abstract
- Licio, E. C., Pinheiro, M. B., & Natalino, M.; Rocha, E. (2021). Nota técnica filhos “cuidados” pelo estado: o que nos informa o relatório do Ipea sobre o reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. In: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: *Diretoria de Estudos e Políticas Sociais*.
- Mata, N. T.; Silveira, L. M. B & Deslandes, S. F. (2017). Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. *Ciência & Saúde Coletiva*. Fortaleza, 22(9), 2881-2888. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pnr7XZk3BHd8dzwK3V3wQtd/>
- Mello, S. L de. (2002). Família, uma incógnita familiar. In: M. L. Agostinho, & T. M. Sanchez (orgs.), *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (1a ed., pp. 15-25). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Moreira, J. de O., Oliveira, N. A., & Costa, E. A. (2018). Psicanálise e pesquisa científica: o pesquisador na posição de analisante. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, 50, 119-142. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200007
- Nogueira, R. (2018). Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. *Revista sul-americana de filosofia e educação*, 31, 53-70. Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28256>
- Nunes, C. H. O. (2022). *A medida protetiva de acolhimento e seu enquadre: uma análise a partir da teoria lacaniana dos quatro discursos*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/59271>
- Pereira, H. R. S. (2020). *Vidas desqualificadas: narrativas sobre (re)destituição do poder familiar* (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/16969>
- Ribeiro, F. B. (2018). O nome da lei: violências, proteções e diferenciação social de crianças. *Problèmes d'Amérique Latine*, 1(108), 41-65
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004) *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza, 4(2), 329-348. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v4n2/08.pdf>
- Rosa, M. D. (2022). Passa anel: família, transmissão e tradição. In: Teperman, D.; Garrafa, T.; & Iaconelli, V. (org) *Parentalidade*. (pp. 23-37). Belo Horizonte: Autêntica.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia e Sociedade*. 22(1), 180-188. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP/?lang=pt&format=pdf>
- Santos, A. B. dos. & Casetto, S. J. (2022). O Caps como espaço potencial: diálogos com a teoria winnicottiana. *Saúde Debate*, 46(135), 1063-1076. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hRSKhtfk8tWcJTNwWf3R8tL/?lang=pt>
- Santos, R. de L. A. dos, & Adorno, R de C. F.. (2002). Um ensaio sobre família (s) e suas intersecções. In: M. L. Agostinho, & T. M. Sanchez (orgs.), *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (1a ed., pp. 15-25). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, A. C. R dos. (2011). *O Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5144/1/000436231-Texto%2BCompleto-0.pdf>

- Santos, W. R. dos (2017) O circuito familista na Política de Assistência Social. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, 16(2), 387-402. Recuperado de: <https://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/fass/article/view/24250/16419>
- Sarti, C. A. (2004) A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*. São Paulo, 15(3), 11-28. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/N8jxmySj8PqRZp6ZnJz7Cwd/?lang=pt#:~:text=Baseia%20Dse%20em%20uma%20concep%C3%A7%C3%A3o,fam%C3%ADlia%20com%20o%20mundo%20externo>
- Serralha, C. A. (2019) O espaço potencial: da origem a evolução. *Estilos da Clínica*. 24(1), 157-172. Recuperado de: <https://revistas.usp.br/estic/article/view/146505>
- Silva, E. R. A. da. (2004). O perfil das crianças e adolescentes nos abrigos pesquisados. In: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Estratégico. Recuperado de: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capit2.pdf>
- Silva, G. B. da. (2022). O espaço potencial é um espaço social: diálogos entre Winnicott e Bourdieu. *Perspectivas Sociais*, 8(2), 235-257. Recuperado de: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/perspectivas/article/view/5469>
- Silva, M. R.; Oliveira, B; C. & Ferrari, A. G. (2022). Da experiência ao relato clínico: desafios do registro em uma pesquisa psicanalítica. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro, 25(2), 31-38. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/agora/a/SXrX63FxFK5bCwcpW9fTG9dc/?lang=pt#>
- Teperman, D. (2022). Parentalidade para todos, não sem a família de casa um. In: Teperman, D.; Garrafa, T.; & Iaconelli, V. (org) *Parentalidade*. (pp. 89-105). Belo Horizonte: Autêntica.
- Winnicott, D. W. (2019). *O Brincar e a Realidade*. São Paulo: Ubu Editora
- Winnicott, D. W. (2019a). A criatividade e suas origens. In: D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 108-140). São Paulo: Ubu Editora
- Winnicott, D. W. (2019b). A localização da experiência cultural. In: D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 154-166). São Paulo: Ubu Editora
- Winnicott, D. W. (2019c). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 13-51). São Paulo: Ubu Editora
- Winnicott, D. W. (2019d). O Brincar: atividade criativa e a busca do Self. In: D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 91-107). São Paulo: Ubu Editora
- Winnicott, D. W. (2019e). O Brincar: proposição teórica. In: D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 69-90). São Paulo: Ubu Editora
- Winnicott, D. W. (2019f). O lugar em que vivemos. In: D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 167-176). São Paulo: Ubu Editora

Winnicott, D. W. (2019g). O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. In: D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 141-153). São Paulo: Ubu Editora

Winnicott, D. W. (1960). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: D. W. Winnicott, *O Ambiente e os Processos de Maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (1983, pp. 38-54). São Paulo: Artmed.

8. ANEXOS

8.1 Anexo A

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Título do projeto: Reintegração familiar: experiência da família¹¹ e da equipe técnica no processo de retorno das crianças às famílias de origem

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o processo de reintegração familiar da criança acolhida através da escuta dos sujeitos envolvidos nesse processo, sendo eles os profissionais da equipe técnica que trabalham com a família em questão e os Agentes Educadores que estão em contato direto com as crianças, para compreender de que forma desdobra-se esse processo, bem como de que maneira é compreendido e experienciado pelos atores envolvidos.

No que tange aos profissionais envolvidos no processo buscaremos compreender suas perspectivas sobre o momento de Experiência Familiar, de que forma o avaliam e o que consideram prioritário em relação à possibilidade de retorno da criança à família de origem.

A escolha pela participação na pesquisa é inteiramente livre e você tem total liberdade de recusar-se a participar, assim como de retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem quaisquer prejuízos. Se for de sua vontade participar da pesquisa, ela se desdobrará em uma entrevista, gravada em áudio, com duração aproximada de 30 a 60 minutos e poderá ser realizada no seu local de trabalho (NAR Leste/Abrigo Residencial), em sala apropriada, ou na Universidade, se você preferir. Você não terá custos com a participação na pesquisa.

Os dados coletados nas entrevistas serão utilizados unicamente para fins desta pesquisa e têm caráter confidencial e serão armazenadas pelo período mínimo de 5 anos na sala 234 do Instituto de Psicologia da UFRGS. A sua identidade permanecerá em sigilo.

Por ser uma pesquisa de baixo risco não se espera que produza danos aos participantes, mas, caso as temáticas abordadas na entrevista ou qualquer outro elemento da pesquisa lhe produzam algum tipo de sofrimento, a pesquisadora estará disponível para

¹¹ Como descrito no item 5.1, a proposta inicial era que uma família também fosse entrevistada, por isso, esse elemento constava no TCLE apresentado às equipes.

acolhimento inicial, bem como, realizar encaminhamento para atendimento psicológico se necessário.

Em termos de benefício, espera-se que a pesquisa contribua para o entendimento sobre o processo estudado, bem como qualificar o trabalho frente à reintegração, tendo em vista a escassez de pesquisas sobre o tema.

As pesquisadoras responsáveis pela pesquisa são a Profa. Dra. Milena da Rosa Silva e a mestranda e psicóloga Amanda Hoffmann de Oliveira. Qualquer dúvida poderá ser esclarecida pelo e-mail amandahoffmannpsic@gmail.com ou milenarsilva@hotmail.com, ou pelo telefone (51) 33085520. Você receberá uma via deste Termo, a qual sugerimos guardar com você para ter em suas mãos todas as informações aqui contidas.

Pelo presente termo de consentimento declaro que fui informado sobre os objetivos da pesquisa: “Reintegração familiar: experiência da família e da equipe técnica no processo de retorno das crianças às famílias de origem”. Estando ciente de que todas as informações obtidas através da pesquisa serão utilizadas para fins acadêmicos de produção e comunicação de conhecimento, e que manterão sigilo quanto à minha identificação. Estou ciente de poder esclarecer dúvidas em qualquer etapa do processo de pesquisa.

O consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012). Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS. Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698 E-mail: ceppsico@ufrgs.br

8.2. Anexo B

Roteiro para as entrevistas

- Identificação, profissão e atuação dentro da FPE, há quanto tempo está na instituição, idade, raça, nível de escolaridade (me fale um pouco de você?).
- Interesse/motivação em participar da pesquisa.
- Como é o processo de reintegração familiar na FPE.
- Quais as especificidades da Experiência Familiar e o que se busca com ela.
- Trabalho da equipe em relação a esse processo.
- De que forma a equipe se envolve e trabalha com as famílias.
- Há alguma formulação teórica a respeito da Experiência Familiar?

- Que crianças ou que casos vão para a reintegração.
- Circunstâncias em que isso não é indicado pela equipe.
- Até que ponto se investe no retorno e na busca pela família.
- O que se avalia para recomendar a reintegração de uma criança.
- O que se espera da família para que essa recomendação seja possível.
- Quais as dificuldades observadas nesse processo.
- Contato entre família e crianças durante o acolhimento.
- Envolvimento das crianças nesse processo.
- Envolvimento dos agentes educadores nesse processo.
- O que você pensa sobre o que as políticas públicas preveem/determinam/indicam quanto a reintegração?